

RAFAEL CANAVEZE

**O BRASIL E A GUERRA DO PACÍFICO:
alianças estratégicas e relações diplomáticas
(1879-1883)**

**ASSIS
2010**

RAFAEL CANAVEZE

**O BRASIL E A GUERRA DO PACÍFICO:
alianças estratégicas e relações diplomáticas
(1879-1883)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Dr. José Luís Bendicho
Beired

**ASSIS
2010**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Canaveze, Rafael
C213b O Brasil e a Guerra do Pacífico: alianças estratégicas e relações diplomáticas (1879-1883) / Rafael Canaveze. Assis, 2010
149 f. : il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: José Luís Bendicho Beired

1. Pacífico, Guerra do, 1879-1884. 2. Brasil – História – Império, 1822-1889. 3. Política externa – Brasil. 4. Chile – História. 5. Relações internacionais. I. Título.

CDD 983.061
327.81

Dedico este trabalho aos meus pais, Paulo e Rosa, que com seus esforços sempre me incentivaram a buscar o conhecimento.

Dedico-o também a minha esposa, Elis, com amor e carinho, companheira de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho contou com a colaboração de muitas pessoas, as quais recebem meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, José Luís Bendicho Beired, pela sua orientação segura e dedicada ao longo da elaboração deste trabalho. A ele agradeço as inúmeras horas dedicadas a mim e à minha pesquisa ao longo desses anos de convivência, os quais me proporcionaram crescer, tanto como pessoa quanto como profissional.

Agradeço aos professores Clodoaldo Bueno e Carlos Alberto Sampaio Barbosa pelas importantes críticas, sugestões e contribuições no Exame de Qualificação.

Agradeço aos professores e alunos integrantes do Projeto Temático “Cultura e Política nas Américas: circulação de idéias e configuração de identidades (século XIX e XX)”, pelos encontros de alto nível intelectual e pela colaboração produtiva entre os pesquisadores.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty e aos funcionários da UNESP/Assis, em especial aos do CEDAP, da Seção de Pós-graduação, da Biblioteca e do departamento de História.

Agradeço aos amigos Jônatas, Denílson, Cíntia, Livia, Paulo e ao meu irmão Renato por partilharem comigo os vários momentos desse trabalho e pela amizade sincera.

Agradeço a minha amada esposa Elis que me ajudou a superar os desafios da vida e da pesquisa, com quem compartilho todos os meus sonhos.

Agradeço ao CNPq pela bolsa concedida, viabilizando a realização dessa pesquisa.

CANAVEZE, R. *O BRASIL E A GUERRA DO PACÍFICO: alianças estratégicas e relações diplomáticas (1879-1883)*. Dissertação de Mestrado. Assis/SP: UNESP-FCL, 2010, 149 p.

RESUMO

A presente dissertação visa a analisar as relações diplomáticas do Império do Brasil em meio à Guerra do Pacífico (1879-1883). Essa guerra foi motivada pela disputa de recursos minerais no deserto do Atacama e envolveu o Chile contra a Aliança de Peru e Bolívia. No caso do Brasil, sua participação restringiu-se ao campo diplomático, ainda que o Chile tenha buscado firmar uma aliança estratégica junto ao Império. Através dos Ofícios da Legação Imperial do Brasil no Chile, analisamos o posicionamento da diplomacia brasileira em meio à guerra e sua implicação no cenário sul-americano. Além disso, consultamos dois periódicos brasileiros, o *Província de São Paulo* e o *Jornal do Comércio*, com o objetivo de compreender a repercussão do conflito na imprensa do país, bem como o posicionamento de cada periódico na questão do Pacífico.

Palavras-chave: Guerra do Pacífico; Brasil; Chile; relações diplomáticas.

CANAVEZE, R. *BRAZIL AND WAR OF THE PACIFIC: strategic alliances and diplomatic relations (1879-1883)*. Dissertation (Master's Degree in History). Assis/SP: UNESP-FCL, 2010, 149 p.

ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze the diplomatic relations of the Empire of Brazil in the midst of the War of the Pacific (1879-1883). This war was motivated by the dispute of mineral resources in the Atacama Desert and it has involved Chile against the Alliance of Peru and Bolivia. In the case of Brazil, its participation has restricted to the diplomatic area, even though Chile has tried to establish a strategic alliance with the Empire. Through the Trades of Imperial Legation of Brazil in Chile, we have analyzed the positioning of the Brazilian diplomacy in the midst of the war and its implication in the South-American scene. Besides this, we have consulted two Brazilian newspapers, *Província de São Paulo* ("The Province of São Paulo") and *Jornal do Comércio* ("Journal of Commerce"), with the objective of comprehending the repercussion of the conflict in the press of the country, and also the positioning of each newspaper in the question of the Pacific.

Keywords: War of the Pacific; Brazil; Chile; diplomatic relations.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Fronteiras de Bolívia e Chile em 1866.....	29
Mapa 2 – Fronteiras de Bolívia e Chile em 1874.....	33
Mapa 3 – Fronteiras de Bolívia, Peru e Chile em 1884.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais produtos de exportação no Brasil, 1851-1890 (%).....	87
Tabela 2 – <i>A Província de São Paulo</i> : número de notícias, artigos e notas (1879-1883).....	118

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1. CHILE, BOLÍVIA E PERU: DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO NACIONAL À GUERRA DO PACÍFICO.....	18
1.1. As fronteiras	24
1.2. A disputa pelo deserto: Bolívia X Chile.....	26
1.3. Condições internas de Chile, Bolívia e Peru.....	34
1.3.1. Chile.....	34
1.3.2. Bolívia e Peru.....	36
1.4. O conflito.....	38
CAPÍTULO 2. AS RELAÇÕES DO IMPÉRIO COM AS REPÚBLICAS DO PACÍFICO.....	47
2.1. A diplomacia brasileira em meio às guerras da Tríplice e Quádrupla Aliança	51
2.2. As alianças estratégicas na América do Sul.....	57
CAPÍTULO 3. O IMPÉRIO E A GUERRA DO PACÍFICO.....	67
3.1. O início da guerra e a neutralidade brasileira.....	67
3.2. A diplomacia brasileira durante o conflito.....	83
3.3. Tratados de comércio, de limites e de paz.....	93
CAPÍTULO 4. A REPERCUSSÃO DA GUERRA NA IMPRENSA BRASILEIRA.....	111
4.1. O jornal <i>Província de São Paulo</i>	112
4.2. A guerra no <i>Província de São Paulo</i>	117
4.3. O <i>Jornal do Comércio</i>	133
4.4. A guerra no <i>Jornal do Comércio</i>	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142

FONTES.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	143

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa visa a fazer uma análise das relações diplomáticas do governo brasileiro diante de um dos maiores conflitos bélicos sul-americanos, a Guerra do Pacífico (1879-1883), que envolveu o Chile e a aliança Peru-Bolívia. Esses países disputaram a hegemonia política e econômica no deserto do Atacama, rico em reservas de nitrato. A guerra foi vencida pelo Chile, que anexou territórios dos outros contendores.

Sobre as relações diplomáticas do Brasil no século XIX, a historiografia brasileira – sobretudo a tradicional – tem dado destaque, principalmente, às relações do Brasil com os países europeus, com os Estados Unidos e com os países platinos. Isso se explica pelo crescente relacionamento comercial e diplomático do Brasil com os norte-americanos e com os ingleses no decorrer do referido século e, quanto aos países platinos, pelas crescentes disputas por territórios e/ou pela livre-navegação dos rios da Bacia do Prata, o que gerou o maior conflito armado do continente sul-americano: a Guerra do Paraguai (1865-1870).

Como é sabido, sobre a Guerra do Paraguai existem várias análises históricas no Brasil, sendo o evento bélico mais conhecido e estudado por historiadores, cientistas políticos e diplomatas. Com relação a outros conflitos no continente existem poucos estudos, como é o caso da Guerra do Pacífico. Porém, nos últimos anos, foi dada uma maior atenção por parte de estudiosos brasileiros às relações diplomáticas do Brasil com os países andinos. Entre eles destacamos o historiador Luís Cláudio Villafañe G. Santos ¹, que fez uma análise inovadora sobre as relações diplomáticas do Brasil com as repúblicas do Pacífico Sul, no decorrer do século XIX. Em sua obra, Villafañe G. Santos procura traçar um panorama geral dessas relações, tratando do conflito do Pacífico e suas implicações.

A Guerra do Pacífico foi um acontecimento importante na medida em que o mapa do continente sofreu significativas modificações, com o Chile tomando o litoral boliviano e anexando duas províncias peruanas. Os territórios anexados pelo Chile, ricos em nitratos, favoreceu o desenvolvimento econômico chileno até as primeiras décadas do século XX, o que, sem dúvida, foi relevante na “balança de poder” do continente. Portanto, o estudo desse conflito é muito significativo, visto que gerou transformações no quadro político, geográfico, econômico e diplomático da América do Sul.

¹ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)* Curitiba: Editora UFPR, 2002.

Apesar de o Brasil se declarar neutro em relação ao conflito do Pacífico, do ponto de vista diplomático sua participação foi importante, tanto que em várias ocasiões os beligerantes procuraram obter apoio brasileiro. Dos contendores, o que mais se empenhou nesse sentido foi o Chile, que, por conta de suas tensões com a Argentina, propôs uma aliança militar ao Brasil, vendo-o como o único país sul-americano capaz de barrar uma possível investida argentina.

De acordo com os objetivos dessa pesquisa, analisamos a atitude do Brasil em relação ao conflito por meio de documentos diplomáticos obtidos no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, mais especificamente os ofícios² e despachos³ da Legação Imperial do Brasil em Santiago durante o período do conflito do Pacífico. Optamos por valorizar a análise dos ofícios, já que os despachos, em sua maioria, tinham uma função técnica-administrativa de pouca relevância para o nosso trabalho. Já os ofícios continham importantes informações, descrições e reflexões sobre a situação política, econômica e diplomática dos contendores, com destaque para o Chile, elaboradas pelo encarregado de negócios brasileiro residente em Santiago. Também foram analisados os Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros⁴, com o objetivo de se obter informações mais gerais sobre as relações diplomáticas do Império no decorrer do conflito.

A análise dessas fontes foi realizada seguindo as concepções metodológicas desenvolvidas por autores da história das relações internacionais, como os franceses Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, os quais afirmam que a escrita da história das relações internacionais não deve versar apenas sobre os chefes de Estado, mas se articular a temas variados como política, economia e cultura. Para realizar isso, com propriedade, o historiador deve estar atento a análise dos documentos diplomáticos, os quais podem aclarar várias questões que não só diplomáticas. Sobre essa questão Sombra Saraiva afirma a respeito de Renouvin:

Desde os anos 30, Renouvin enfatizava aos seus alunos que os arquivos diplomáticos eram relevantes para o campo das relações internacionais, mas não eram suficientes. As forças morais e materiais que agitavam o mundo do seu tempo, como os movimentos nacionais e as forças econômicas, deveriam sempre ser levadas em conta se se pretendia construir conhecimento mais abrangente e

² Documento expedido pela Legação Imperial em Santiago com destino ao Rio de Janeiro.

³ Documento emitido pela chancelaria brasileira no Rio de Janeiro com destino à Legação brasileira em Santiago.

⁴ Esses Relatórios eram apresentados anualmente a Assembléia Geral Legislativa do Império e tinham por função informar o Legislativo dos principais assuntos envolvendo o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

dinâmico da vida internacional. As fontes de pesquisa, portanto, necessitavam ser ampliadas.⁵

Nesse processo de ampliar as fontes, buscamos extrair dos documentos não apenas informações de cunho diplomático, mas também informações dotadas de importância política, econômica e cultural. Para que isso fosse possível, consideramos as várias transformações políticas e socioeconômicas pelas quais os países sul-americanos atravessaram, desde a independência, e as relacionamos com as motivações político-estratégicas desses países.

A escrita da história das Relações Internacionais deve envolver não somente os governos e seus governantes, mas também indivíduos, instituições, empresas, partidos, etc. Com isso, podemos dizer que esse estudo convida o pesquisador a dialogar com outras disciplinas, pois ele deve levar em conta outros agentes e condições. No nosso caso, essa multidisciplinaridade está articulada ao eixo principal de nossa abordagem: a história política. Entretanto, é preciso ter claro que o político não se constitui como um setor separado da prática social e cultural. Sobre isso René Rémond afirmou:

Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu objeto próprio.⁶

O historiador do político não pretende que tudo seja político, mas o percebe como um ponto de condensação dos componentes da sociedade. O político não é algo isolado, mas se comunica em vários níveis e esferas com o social, o econômico e o cultural, concepções abstratas que fazem parte da sociedade e dos indivíduos.

Destas concepções, é indispensável, ao se tratar de século XIX, a noção de identidade. Segundo Serge Berstein⁷, o conceito de identidade liga-se à idéia de cultura política. Essa é constituída por uma gama coerente de fatores – como as relações sociais, culturais, pessoais, políticas, espaço geográfico, etc, dentro de uma historicidade – intimamente relacionados entre si.. A identidade de um grupo político, por exemplo, faz com que seus membros tenham práticas sócio-culturais equivalentes, que dão a eles a noção de pertencimento àquele grupo. Desse modo, os integrantes de um grupo compartilham de

⁵ SARAIVA, José Flávio Sombra (org.), *Relações Internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília, IBRI, 2001, p. 21- 22.

⁶ RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 36.

⁷ Ver: BERSTEIN, Serge A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.p. 349-363.

representações, identidades, comportamentos, concepções e projeções semelhantes que podem alterar-se dentro de sua historicidade, de acordo com as estratégias e necessidades do grupo.

No campo das relações internacionais, a questão da identidade ocupa um espaço significativo, o qual o historiador do político não pode minimizar. Sobre isso, Pierre Milza esclarece que:

(...) [a] identidade da nação, que constitui claramente um dos fundamentos da política externa na época contemporânea. Inicialmente, no nível mais elementar. Para um Estado, garantir sua defesa contra os eventuais avanços dos outros atores do sistema internacional, ou evitar ser pura e simplesmente riscado do mapa, é afirmar sua identidade e sua vontade de sobreviver, as quais determinam diretamente sua política militar e as escolhas de estratégia global.⁸

Com isso, podemos dizer que a identidade está presente nos mais diversos segmentos sociais, que vão desde a identidade de um indivíduo ou de um grupo podendo chegar a uma “identidade nacional”, forjada de acordo com aspectos sócio-culturais e políticos de uma determinada sociedade e que tem por objetivo criar um sentimento de identificação com aquele Estado-Nação.

Apesar de o sentimento nacional estar sendo cada vez mais ampliado, outro fator a ser considerado é a permanência da antiga rivalidade entre Portugal e Espanha no continente americano. Muito além da questão lingüística e cultural, essa oposição deve-se a motivos político-ideológicos. Enquanto na América hispânica os novos países surgiram sob a bandeira do republicanismo, a porção lusitana mantinha o regime monárquico. Assim, a manutenção desse último representava a continuação – em certa medida – da Europa aqui. A identidade das repúblicas foi construída a partir da noção de ruptura com o Antigo Regime e, assim, com a metrópole. Desse modo, o Brasil representava um empecilho à integração americana⁹. Esse fato, sem dúvida, foi um condicionante na postura da diplomacia das repúblicas americanas para o Império e vice versa.

Das nações americanas, o Império possuía maior rivalidade com a Argentina. Muito além da diferença institucional desses países, a rivalidade entre ambos era fruto de seus interesses político-estratégicos na região platina e da questão limítrofe das Missões, motivo de várias tensões entre essas nações no decorrer do século XIX. A aliança de Brasil e Argentina

⁸ MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. In: RÉMOND, René. (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 371.

⁹ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e Europa: o Império e o internacionalismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*, São Paulo; Editora UNESP, 2004, p. 24-25.

contra o líder paraguaio Solano López, não esvaeceu as desconfianças mútuas, permanecendo um clima de tensão.

Quanto ao Chile, este também se envolveu em uma disputa limítrofe com a Argentina. A indefinição sobre a posse da Patagônia e dos Estreitos do Sul abalou as relações entre os dois países, a ponto de iniciarem um reaparelhamento bélico na década de 1870.

Diante desse quadro, Chile e Brasil possuíam rivalidades com um país comum, a Argentina. Justamente por isso, após o fim da Guerra da Tríplice Aliança, Chile e Brasil aproximaram-se, diplomaticamente, ensaiando a formação de uma “aliança estratégica” contra a Argentina, ainda que a proposta da aliança partisse do Chile, o maior interessado nessa questão.

Com o início da Guerra do Pacífico, em 1879, a diplomacia chilena esforçou-se na tentativa de firmar uma aliança com o Brasil, como estratégia para contrabalancear a possibilidade da Argentina se aliar a Peru e Bolívia na guerra. Esse assunto tornou-se recorrente nos círculos diplomáticos e na imprensa sul-americana.

A fim de melhor compreendermos as relações diplomáticas do Brasil com o Chile, consultamos alguns periódicos que circularam no período do conflito. Com o intuito de mostrar a repercussão da Guerra na “imprensa brasileira”, selecionamos dois periódicos de grande circulação, o paulistano *A Província de São Paulo* e o carioca *Jornal do Comércio*; ademais se encontravam no centro da economia cafeeira e na capital federal, respectivamente. Procurando saber a respeito da linha editorial dos jornais mencionados, consideramos vários aspectos, com destaque para o perfil do jornal, o corpo editorial, suas escolhas e estratégias, as suas ligações políticas e econômicas, os grupos e interesses políticos envolvidos, a diagramação, a tiragem, entre outros. Consideramos essa análise necessária por entendermos que por mais modesto que seja o interesse da utilização do periódico pelo historiador, a apreciação de uma coluna, por exemplo, requer uma análise conjunta de todo o jornal, uma vez que essa não é uma produção independente e sim parte dela, ou seja, dialoga e conecta-se com as outras partes do jornal.

Com a análise das relações diplomáticas e do posicionamento do governo brasileiro frente à Guerra do Pacífico, pretendemos realizar uma nova contribuição sobre esse tema, pouco conhecido e estudado pela historiografia brasileira.

Pelo fato de a Guerra do Pacífico ser um evento pouco conhecido no Brasil, fizemos um panorama sobre as origens e o desenrolar do conflito no Capítulo 1, no qual destacamos as relações entre os contendores, ou seja, Chile, Bolívia e Peru.

No Capítulo 2 tratamos das relações diplomáticas do Império com as repúblicas do Pacífico, desde meados do século XIX até o início do conflito. Assim, pretendemos traçar um panorama histórico sobre o desenvolvimento dessas relações, buscando compreender, inclusive, a formação das alianças no subcontinente.

No Capítulo 3¹⁰ discorremos sobre as relações diplomáticas do Brasil com as repúblicas do Pacífico no período do conflito. Nesse capítulo, priorizamos as relações entre Brasil e Chile pelo relacionamento diplomático mais próximo entre eles e pelo próprio material analisado, os ofícios da Legação Imperial em Santiago, os quais privilegiaram a relação entre esses dois países. É nesse capítulo que reforçamos, através da documentação citada, a neutralidade do Império na guerra, bem como os principais motivos dessa sua postura.

O capítulo 4 foi dedicado à repercussão do conflito no Brasil, com destaque para o que saía na imprensa brasileira, de modo a verificar como essa noticiou a guerra e as questões em torno da atuação da diplomacia brasileira.

¹⁰ Em boa parte dos ofícios, fizemos adequações ortográficas de acordo com a linguagem contemporânea.

CAPÍTULO 1. CHILE, BOLÍVIA E PERU: DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO NACIONAL À GUERRA DO PACÍFICO

Para tratar de qualquer assunto relacionado à América Latina no século XIX, o pesquisador tem que considerar as inúmeras transformações do campo político, social, econômico, etc. Assim, ao contextualizarmos a Guerra do Pacífico, é preciso levar em conta todas as questões que a cercaram. No caso dos contendores, temos que analisar a evolução política dos mesmos, a inserção no mercado internacional, as formações de alianças estratégicas no continente, entre outros pontos. Para tanto, torna-se necessário traçar um panorama geral do contexto latino-americano no decorrer do século XIX, período de grandes transformações e agitações que contribuíram para eclosão de enfrentamentos armados, como o caso do Pacífico.

A hegemonia econômica da Inglaterra, bem como das idéias livre-cambistas, contribuiu para a formação de um sistema de divisão internacional do trabalho no século XIX. O desenvolvimento tecnológico teve uma grande contribuição nesse processo que, com o aumento da malha ferroviária e da mecanização dos transportes marítimos, modificou, consideravelmente, as condições do comércio internacional. Nesse novo cenário, as economias menos desenvolvidas, como o caso da América Latina, passaram a integrar, gradativamente, esse sistema internacional, o qual passou a ser mais articulado.

Segundo Celso Furtado, esses fatores, em conjunto, contribuíram para o crescimento da economia mundial, “ao mesmo tempo [em] que se intensificava a divisão internacional do trabalho”¹¹. Graças ao desenvolvimento do capitalismo internacional, tanto os países industrializados como os exportadores de produtos primários tiveram um crescimento econômico considerável no decorrer do século XIX.

Nesse grupo de países exportadores de produtos primários cabe especial destaque aos latino-americanos. A maior parte desses países seguiu um padrão de comportamento econômico que visava ao seu crescimento com base na ampliação do modelo agromineiro-exportador e também na manutenção da ordem social existente. Para garantir a expansão econômica nesses moldes, a atuação do Estado era demasiadamente necessária. Assim, o Estado buscou várias estratégias para garantir seus objetivos, sendo a principal delas a expansão do setor primário, o qual passou a ser ampliado e convertido em atividade

¹¹ FURTADO, Celso. *A Economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 4ª edição. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p.93.

fundamental para o desenvolvimento nacional, já que era a principal forma de vínculo com o mercado internacional.

Foi a partir da década de 1840, com o fim das guerras de independência e a conseqüente estabilização política, que os países latino-americanos passaram a integrar o mercado internacional. Sobre esse processo de inserção, Celso Furtado classificou os diferentes países latino-americanos em três tipos distintos de economia primário-exportadora:

a) economia exportadora de produtos agrícolas de clima temperado, b) economia exportadora de produtos agrícolas tropicais, e c) economia exportadora de produtos minerais. Em cada um deles, o comércio exterior contribui para moldar uma estrutura econômica particular.¹²

Assim, os Estados latino-americanos acabaram especializando-se na produção de produtos primários, ou melhor, no novo cenário de divisão internacional do trabalho o único papel que puderam desenvolver foi o de fornecedor de matérias-primas e/ou alimentos.

Segundo Furtado, dos três tipos mencionados o primeiro corresponde à Argentina e ao Uruguai. A produção agrícola desses países baseou-se, de uma maneira geral, no uso extensivo da terra que, aliado às condições climáticas e aos solos favoráveis, permitiu uma rentabilidade elevada a esses países. Esse modelo de produção gerou um grande volume de carga e exigiu vultosos investimentos no sistema de transportes, provocando, assim, a integração do mercado interno em torno dos grandes portos de exportação.

De acordo com a referida classificação do autor, o segundo grupo de países caracteriza-se pela exportação de produtos agrícolas tropicais. É sabido que esse modelo de produção esteve presente na maior parte do continente americano, com destaque para o Brasil, Colômbia, América Central e Caribe, grandes produtores de algodão, açúcar e fumo.

No decorrer do século XIX, esses produtos tropicais tradicionais perderam espaço para novas culturas agrícolas, como o café e o cacau. A rápida expansão da demanda por esses produtos favoreceu os países produtores a obterem uma maior integração na economia mundial. O exemplo mais expressivo disso foi o Brasil, sendo o café produzido na região de São Paulo o principal responsável pelo desenvolvimento da economia do país naquele período. A somatória de terras férteis, lavoura extensiva e mão-de-obra abundante favoreceram à produção do café, em larga escala, e demandou uma rede de transportes eficiente que garantiria sua exportação para Europa e EUA. Assim, a produção e exportação do café geraram transformações socioeconômicas substanciais no Brasil, que iam desde a

¹² Idem, p.97.

modernização de infra-estrutura, dinamização do mercado interno, expansão do sistema financeiro, até a decadência do sistema escravista e a consolidação do trabalho assalariado.

O terceiro tipo de economia, segundo Furtado, corresponde à produção e exportação de minérios. No cenário sul-americano, do século XIX, Chile, Peru e Bolívia destacaram-se na produção mineral, voltada aos mercados europeus e norte-americanos. O setor mineiro passou a ser estratégico para os países industrializados, os quais investiam seus capitais na formação de grandes conglomerados empresariais nos países periféricos, inclusive os países da América do Sul. Com isso, o desenvolvimento do setor mineiro-exportador, nos países sul-americanos, fez-se com a entrada do capital estrangeiro e, não raro, com a desnacionalização do mesmo. Sobre esse cenário Celso Furtado afirmou:

O controle estrangeiro de uma atividade altamente capitalizada que utiliza pequena quantidade de mão-de-obra significaria desvincular da economia interna a parte principal do fluxo de renda a que dá origem essa atividade. Em tais condições, o seu valor como fator de transformação direta das estruturas internas se reduz a quase nada¹³.

O número reduzido de trabalhadores e uma malha ferroviária altamente especializada na produção mineral, aliados à utilização de insumos industriais quase sempre importados, não favoreceram o desenvolvimento do mercado interno. Especialmente na Bolívia e no Peru, o crescimento econômico sempre esteve ligado aos investimentos estrangeiros no setor mineiro, muitas vezes realizados por países não industrializados, como o caso do Chile. Aliás, o Chile foi a grande exceção nesse processo, pois, desde a sua independência, usufruiu de um sistema político estável, no qual a elite pôde traçar um plano econômico para o país.

Híbrido em relação a essa tipologia lançada por Celso Furtado, o Chile possuía uma economia baseada tanto nas exportações de minérios – como cobre, prata e salitre – como na produção agrícola temperada. Com essa relativa diversidade econômica, o Chile foi um dos poucos países do continente que teve crescimento destacado nas exportações, no decorrer do século XIX.¹⁴

Como a economia da maior parte dos países latino-americanos girou em torno da exportação de produtos primários, não houve esforço para que se desenvolvesse um setor

¹³ Idem, p. 100.

¹⁴ O valor do comércio externo chileno saltou de 7,5 milhões de pesos em 1825, para 74 milhões em 1875. O peso chileno teve poucas oscilações e seu valor esteve sempre próximo aos 45 *pence* em termos de libras esterlinas. Ver: COLLIER, Simon. O Chile da independência à Guerra do Pacífico. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina: Da Independência a 1870, volume III*; tradução de Maria Clara Cescato, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, DF, Brasília, 2001, p.602.

industrial. As classes dirigentes, que na maioria das vezes se beneficiavam desse processo, associavam o desenvolvimento nacional com o crescimento dessas exportações. A equação era simples: quanto maior a exportação de trigo ou café, mais divisas o Estado acumulava, e maior o desenvolvimento nacional.

Entretanto, a irregularidade das exportações¹⁵, decorrente das oscilações do mercado, somada à forte dependência dos importados, refletiram de forma negativa na balança comercial dos países latino-americanos. A única forma encontrada para solucionar essa situação foi a contratação de vultosos empréstimos. Em vários momentos eles se tornaram indispensáveis para o bom funcionamento da máquina pública, o que tornou esses Estados cada vez mais “dependentes” dos credores internacionais.

Na América Latina, em meados do século XIX, o mercado consumidor era bastante limitado. A escassez de recursos para a ampliação do mesmo, bem como o número reduzido de consumidores, devido à baixa renda e à sua dispersão espacial, gerou um grau de desenvolvimento desigual e reduzidos laços de interdependência.

No entanto, a partir da década de 1870, as economias latino-americanas desfrutaram de um desenvolvimento econômico relativamente intenso, ainda que desigual de um país para outro. A inserção desses países no mercado internacional acabou por gerar várias transformações socioeconômicas em uma velocidade cada vez maior. A sociedade tornou-se mais urbana e, por conseqüência, as camadas médias passaram a ter maior participação na vida política desses países. Além do mais, as regiões meridionais do continente americano¹⁶ contaram com um grande fluxo de imigrantes europeus, fato que favoreceu a urbanização e a modernização da economia. A ampliação da oferta de alimentos, bem como a consolidação do trabalho assalariado, acelerou as transformações em curso. O crescimento das exportações e da urbanização promoveu uma diversificação nos mercados de bens de consumo que, por sua vez, permitiu o acesso das classes populares aos produtos nacionais, desenvolvendo, assim, o mercado consumidor. Apesar das circunstâncias desfavoráveis, houve um aumento do parque industrial, principalmente nas capitais, o que acabou por gerar um desenvolvimento desequilibrado em relação às áreas interioranas, provocando, portanto, desníveis regionais. Tais desníveis eram ainda mais acentuados devido aos investimentos do setor privado e público que se concentravam nos grandes centros urbanos.

¹⁵ Houve crise econômica em 1857, 1866, 1873, 1882 e 1890, as quais afetaram as importações de produtos primários pelos países industrializados.

¹⁶ Refiro-me à Argentina, Uruguai, Chile e ao Sudeste e Sul do Brasil.

Isso não quer dizer que o Estado não fazia esforços para o desenvolvimento do interior, uma vez que a ampliação da agricultura, pecuária e mineração, nessas regiões, representava o aumento das exportações, fundamentais para o desenvolvimento estatal. Sobre isso Marcos Kaplan afirmou:

O Estado assume as tarefas de extensão das fronteiras internas e de conquista e ocupação dos espaços livres ou habitados por trabalhadores crioulos nômades e pelas tribos indígenas. Elimina desta forma focos de conflito armado, de pilhagem e destruição, e formas primitivas de produção e comercialização. Abre novas terras à apropriação e exploração privadas e à produção mercantil. Dá segurança definitiva às velhas e novas regiões rurais. Contribui para a expansão do mercado interno, rede urbana secundária, e a mão-de-obra.¹⁷

Portanto, segundo Kaplan, a ocupação de áreas interioranas tornou-se fundamental para o crescimento das exportações, o que propiciou o desenvolvimento de um mercado interno que acabou por diversificar a economia desses países tornando-os menos vulneráveis às oscilações do mercado.

No que se refere à integração nacional, o Estado, consolidado por uma oligarquia nacional, promoveu um crescente investimento para a formação de um exército regular e centralizado, que tinha como função delimitar e ocupar as áreas interioranas. Nesse processo, criou-se um sistema de fortins fronteiriços, os quais demarcaram o espaço “vazio ou bárbaro”, que acabou por contribuir, de certa forma, para um processo de urbanização do interior. A ocupação, defesa e até mesmo a ampliação das fronteiras externas, devido aos interesses de cada país, requeriam a ampliação das forças armadas, o que levou as nações sul-americanas a verdadeiras corridas armamentistas.

No meio político, a ampliação das forças armadas era interpretada como essencial para garantir a soberania do Estado. Ao longo do século XIX, a visão predominante no meio internacional foi o realismo. Nesta concepção, o sistema internacional tem como atores os Estados, os quais buscam formas de garantir a sua sobrevivência e também de ampliar o seu poder nesse meio. Para atingir esses objetivos, esses atores não estão submetidos a qualquer forma de poder, sendo legítimos todos os meios possíveis para que cada país garantisse o seu interesse. Com isso, esse ambiente torna-se anárquico e hostil, sendo necessário a cada Estado garantir a sua sobrevivência frente aos demais. Por isso, um dos recursos mais utilizados foi a guerra, vista como um elemento essencial para consolidação e ampliação do Estado. Entretanto, essa competição poderia levar ao surgimento de um poder dominante que afetaria a existência e a liberdade dos demais atores do sistema. Nesse contexto, um mecanismo

¹⁷ KAPLAN, Marcos. *Formação do Estado nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 196.

essencial para o bom funcionamento do sistema internacional seria o equilíbrio de poder ¹⁸.

Segundo Cristina Soreanu Pecequilo:

Os Estados buscam o equilíbrio de poder não para obter a paz, mas para prevenir o surgimento de um poder único que subjogue os demais, para garantir sua independência e sobrevivência e para preservar o sistema anárquico de soberanias autônomas. Na lógica do equilíbrio, a estabilidade é mantida pela competição entre unidades políticas mais ou menos semelhantes que acabam se anulando mutuamente à medida que cada uma está perseguindo seus interesses. (...) Portanto, a competição automaticamente leva ao equilíbrio entre os principais Estados, que, perseguindo seus próprios interesses, se autocontrolam. ¹⁹

Podemos dizer que o equilíbrio de poder manteve-se como um dos principais aspectos do realismo. Isso se devia a um esforço conjunto dos Estados em manter nivelado o sistema internacional, pois, segundo essa concepção, era o único modo de assegurar os direitos dos Estados.

Essa interpretação foi seguida pela maioria dos países no decorrer do século XIX. Na América do Sul não foi diferente. Nesse período, essa região vivenciou vários conflitos armados, muitos dos quais incentivados pela ótica realista dos diplomatas da época. A Guerra da Cisplatina (1828) e a Guerra contra Rosas (1852) são exemplos claros de que a defesa dos interesses brasileiros estava em primeiro plano na política internacional do Império que, para resguardá-los, não mediu esforços para utilizar, inclusive, a via armada.

Outros exemplos semelhantes são a Guerra da Confederação Peruana-Boliviana contra o Chile (1836-1839) e a Guerra do Pacífico (1879-1883), pelas quais Peru e Bolívia se uniram para conter o expansionismo chileno na região. Dessa forma, vemos claramente a idéia de equilíbrio de poder, à qual aqueles países aderiram, já que a união entre as repúblicas do altiplano objetivava restabelecer o equilíbrio no Pacífico, “ameaçado” pelo crescimento econômico e comercial chileno naquela região.

Assim, no decorrer do século XIX, as relações entre os países sul-americanos pautaram-se pela defesa dos próprios interesses no contexto inter-regional, mesmo que, para isso, fosse necessário utilizar a via armada ou aderir a alianças estratégicas frente às nações vizinhas. No momento em que os jovens países sul-americanos buscavam formas de consolidar-se política e economicamente, a defesa do território nacional tornava-se vital para a sobrevivência desses países no cenário internacional.

¹⁸ Essa linha de conduta fora hegemônica na ordem internacional a partir do Congresso de Viena em 1815, estendendo-se até a Grande Guerra, já no século XX.

¹⁹ PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais: temas autores e visões*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2004, p. 123.

Além desses aspectos, um outro merece especial atenção: a disputa fronteiriça entre as jovens nações sul-americanas. No subcontinente, no século XIX, boa parte das fronteiras ainda não estava totalmente definida. Por isso, cada país lançou estratégias distintas para ampliar seus territórios, com algumas nações optando pela via diplomática e outras pelas armas. O fato é que, na maioria das vezes, as ambições territoriais das oligarquias nacionais aumentaram a tensão entre os países sul-americanos. A Guerra do Pacífico é um exemplo disso.

O deserto do Atacama, região de litígio entre Bolívia e Chile no século XIX, passou a ter grande importância econômica devido à descoberta de vários minérios, o que acirrou a disputa desses países pela região. A disputa ultrapassou as vias diplomáticas convertendo-se em uma das maiores ações bélicas do continente. O presente capítulo irá tratar sobre as origens e o desenvolvimento da Guerra do Pacífico.

1.1. As fronteiras

Desde o período colonial, as fronteiras entre as unidades administrativas da América hispânica foram, em geral, imprecisas. Como a colonização se iniciou pelo litoral, as áreas interioranas foram ocupadas tardiamente pelos europeus, pois, até o início do século XIX, os colonos consideravam essas terras inóspitas ou reduto de índios bravios. A demarcação exata das fronteiras entre as capitanias e os Vice-reinados espanhóis não preocupava a Coroa espanhola, uma vez que se tratava de uma divisão meramente administrativa de territórios da metrópole.

A grande preocupação da Coroa espanhola, nesse sentido, referia-se às áreas de fronteira com os domínios lusitanos. As áreas limítrofes entre as duas Coroas, após inúmeras tentativas de definição, foram determinadas pelo princípio do *Uti Possidetis*, a base do famoso Tratado de Madri, de 1750, e do posterior Tratado de Santo Ildefonso (1777). Esses tratados determinaram a maior parte das fronteiras entre portugueses e espanhóis postergando as demais pendências, as quais foram resolvidas no decorrer dos séculos seguintes.

Dessa forma, as fronteiras entre a América Espanhola e a Portuguesa foram definidas pelo princípio do *Uti Possidetis*, e as pendências restantes foram habilmente negociadas pelo Brasil, sobretudo, com base nesse princípio. No caso da América Hispânica esses princípios não foram tão claros, uma vez que muitas das áreas de fronteira, entre uma unidade administrativa e outra, eram “despovoadas”.

Após o processo de independência de vários países americanos, a definição de fronteiras foi tema de constantes controvérsias, especialmente se considerarmos as várias ações armadas em que as jovens repúblicas se envolveram no decorrer do século XIX. Nos primeiros anos de autonomia, devido às várias guerras civis dos novos Estados, além do fato de alguns governos verem essas regiões como inóspitas e desprovidas de qualquer valor econômico imediato, não houve grande empenho para a fixação dessas fronteiras. No entanto, a partir de meados daquele século, os Estados sul-americanos deram mais atenção às áreas interioranas. Isso se deveu a sua “maior operacionalidade administrativa”²⁰, além do novo significado econômico que tais regiões assumiram por causa da demanda crescente de produtos primários pela Europa²¹. Nessa perspectiva, os governos buscaram diferentes formas para legitimar ou ampliar seus territórios frente aos países vizinhos. Desse modo, de tempos em tempos, eclodiram ações armadas de maior ou menor intensidade, dependendo das condições internas de cada Estado envolvido. Os exemplos mais conhecidos envolvendo questões litigiosas se deram entre Brasil, Argentina e Paraguai, com a Guerra do Paraguai; Brasil e Argentina com a questão das Missões; Argentina e Chile na Questão da Patagônia e dos Estreitos do sul; e Bolívia, Peru e Chile com a Guerra do Pacífico.

Em relação à Guerra do Pacífico, o ponto de discórdia entre bolivianos e chilenos incidia sobre o deserto do Atacama. Localizado na costa central do Pacífico Sul, com aproximadamente 180.000 km²²², o deserto era a fronteira natural entre Chile e Bolívia. Em meados do século XIX, essa região adquiriu importância econômica, dada à descoberta de depósitos minerais, em especial de nitratos, que eram utilizados na fabricação de fertilizantes e pólvora. O deserto passou, a partir de então, a ser uma área de litígio por conta de seu potencial econômico. Apesar da disputa política entre os dois países, havia o predomínio do capital chileno na região, tanto no ramo comercial como no mineiro.

²⁰Expressão utilizada por Francisco Doratioto em DORIATIOTO, Francisco. *Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

²¹ A Europa em meio ao grande desenvolvimento industrial e urbano necessitava de matéria-prima e alimentos. As áreas do interior da América tinham um grande potencial para atender essa demanda, em especial, por minérios e produtos alimentícios. Ver: Idem.

²² ATLAS National Geographic: América do Sul (Volume I). São Paulo, 2008, p. 72.

1.2. A disputa pelo deserto: Bolívia X Chile

Desde o governo de Antonio José Sucre²³, a Bolívia patrocinou a ocupação e o desenvolvimento do porto de Cobija, no litoral do Atacama, com o intuito de ampliar o comércio exterior do jovem país. Até a década de 1850, essa região recebeu considerável investimento em infra-estrutura visando a uma maior operacionalidade do porto. Contudo, esses investimentos não garantiram independência econômica à Bolívia que, desde a década de 1830, com a formação da Confederação Peruana-Boliviana, iniciou um processo de integração econômica da província boliviana de Antofagasta, onde se localiza Cobija, com o Peru. Com isso, o porto peruano de Arica passou a “monopolizar” as atividades econômicas na região do Atacama.

Esse fenômeno encontrou o seu auge no governo de Mariano Malgarejo, quem presidiu a Bolívia entre 1864 e 1870. Em sua administração, foi iniciada uma maior aproximação com o governo de Lima em termos políticos e comerciais, o que acabou aumentando a dependência dos bolivianos em relação ao porto peruano de Arica. Essas condições, acompanhadas da falta de investimentos do governo de La Paz na região do Atacama, iam à contramão do potencial econômico que a região passara a ter, a partir da década de 1850, com a descoberta de várias reservas de guano e nitrato.

Nesse contexto, quase que concomitantemente a isso, em 1842, o Chile reivindicou a posse da parte sul da província boliviana de Antofagasta. As reivindicações chilenas estabeleciam como limite entre Chile e Bolívia o paralelo 23° sul e estavam intimamente relacionadas às descobertas das reservas de nitratos e guano. Em contrapartida, a Bolívia afirmou que sua jurisdição se estenderia até o paralelo 26° sul (Rio Salado). Nesses termos, ambos os países reivindicavam a posse de um território que se estendia do paralelo 23° ao 26° sul. Com isso, nas décadas de 1850 e 1860, as tensões entre as jovens repúblicas só aumentaram. O ápice disso teve início no ano de 1857, quando o governo chileno ocupou a Bahia de Mejilones e, em consequência do fracasso das negociações entre ambos os países, o Congresso Boliviano autorizou a declaração de guerra ao Chile, em 1863.

Entretanto, novos fatos mudaram o rumo dos acontecimentos. Em agosto de 1862, uma esquadra formada por quatro navios partiu da Espanha²⁴ e, segundo o governo espanhol,

²³ Sucre foi o sucessor de Simon Bolívar, sendo o segundo presidente da Bolívia entre dezembro de 1825 e abril de 1828.

²⁴ A esquadra espanhola era formada pelas fragatas *Resolución* e *Triunfo* e pelas galeotas *Vencedora* e *Covadonga*.

realizaria uma expedição científica na costa do Pacífico, além de procurar estreitar os laços de amizade entre as nações da região. Na verdade, os motivos de tal expedição foram fundamentalmente políticos, com o objetivo de obter ganhos diplomáticos e/ou econômicos para a Coroa espanhola.

A flotilha chegou a Callao em 10 junho de 1863, onde ficou ancorada por dezesseis dias antes de se dirigir à costa californiana. Em agosto daquele ano, ocorreu uma revolta de colonos espanhóis numa fazenda peruana, ficando um colono morto e cinco feridos. Alguns meses depois desse incidente, a esquadra espanhola retornou a Callao, como estava previsto, e os espanhóis residentes em Lima pediram proteção ao comandante da frota.

O referido incidente foi comunicado a Madri, que enviou para Lima o ministro espanhol residente na Bolívia, Eusébio de Salazar y Mazarredo, para obter explicações sobre o fato. Mazarredo solicitou ao governo peruano o título de comissário especial, que não foi atendido, uma vez que o governo de Lima não via motivos para a missão especial do espanhol, por entender que aqueles acontecimentos eram exclusivamente domésticos.

Tomando por pretexto esses acontecimentos, em 14 de abril de 1864, a esquadra espanhola hostilizou com o Peru ao ocupar as ilhas Chincha, que tinham uma grande produção de guano, na época, recebendo, em fins do mesmo ano, o reforço de mais quatro navios de guerra.²⁵ A diplomacia peruana hesitou em relação ao ocorrido e, em janeiro do ano seguinte, firmou um tratado cujos espanhóis impuseram várias condições visando à desocupação das ilhas.²⁶ Tal tratado não obteve apoio da opinião pública peruana e, por sua vez, gerou uma revolta liderada pelo general Mariano Ignacio Prado que culminou na deposição do presidente Juan Antonio Pezet..

Concomitantemente a isso, o Chile suspendeu o fornecimento de carvão aos vapores espanhóis, alegando que o produto era contrabando de guerra. Logo após essa declaração, o governo de Santiago recebeu um *ultimatum* do almirante da esquadra espanhola, que solicitou um pedido formal de desculpas. Por não ter o pedido atendido, o almirante ordenou que os navios espanhóis bloqueassem o porto de Valparaíso. Alegando quebra de soberania, o Chile declarou guerra à Espanha, em 25 de setembro de 1865, e contou, imediatamente depois, com a adesão do governo peruano. Formou-se, então, uma aliança entre Chile e Peru, que logo receberia a adesão de Bolívia e Equador. Estava formada a

²⁵ A esquadra nesse momento era composta pelos vasos *Resolución*, *Vencedora* e *Covadonga* que já se encontravam no Pacífico, e do recém chegados *Blanca*, *Berenguela*, *Numancia* e *Villa de Madrid*. A fragata *Triunfo* fora destruída por um incêndio acidental.

²⁶ O Tratado Vivanco-Pareja impunha aos peruanos uma indenização de 3 milhões de pesos, além de o governo do Peru ter de reconhecer a autoridade do ministro Eusébio de Salazar y Mazarredo.

Quádrupla Aliança, com o objetivo de “conter o fantasma da reconquista espanhola”²⁷ nas águas do Pacífico. Mas, efetivamente, somente os dois primeiros tomaram medidas práticas para isso, já que Equador e Bolívia não possuíam marinha de guerra.

Os resultados práticos dos combates entre os navios espanhóis e os aliados foram o aprisionamento da corveta espanhola *Covadonga* pela Armada Chilena, em 1865²⁸ e, os bombardeios dos portos de Valparaíso e Callao pela esquadra espanhola, em 1866.²⁹ Posteriormente a isso, a esquadra espanhola retirou-se das águas do Pacífico, encerrando assim o conflito³⁰.

A formação da Quádrupla Aliança serviu para reafirmar o sentimento de confiança e solidariedade entre as repúblicas sul-americanas envolvidas. Nesse novo cenário de cooperação, as antigas pendências entre chilenos e bolivianos foram minimizadas, e ambos buscaram soluções diplomáticas para a questão do Atacama. Foi em meio a esses acontecimentos que Chile e Bolívia assinaram um Tratado de Limites, em 1866.

Nesse Tratado, ficava fixada a fronteira entre Chile e Bolívia no paralelo 24° sul. Esse paralelo era a região intermediária dentre as aspirações desses países. Definia-se também que entre os paralelos 23° e 25° Sul se instalaria uma Zona Econômica Compartilhada, onde todos os impostos provenientes das atividades mineiras³¹ seriam divididos entre Chile e Bolívia, e esse último ainda reconheceria os investimentos chilenos na região. No mapa, que se encontra na seqüência, podemos visualizar as fronteiras definidas pelo referido tratado:

²⁷ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. Op. cit. p. 89.

²⁸ A fragata espanhola *Covadonga* foi capturada pela corveta chilena *Esmeralda* em 26 de novembro de 1865. Sua captura motivou o suicídio do almirante espanhol Juan Manuel Pareja. Após a sua captura, a *Covadonga* foi incorporada à Armada Chilena.

²⁹ O indefeso porto de Valparaíso (Chile) foi bombardeado pelos navios espanhóis em 31 de março de 1866. Já em 2 de maio fora a vez do porto de Callao (Peru) que oferecera resistência a esquadra agressora por possuir um considerável sistema de defesa formado por baterias terrestres. Além disso, a

³⁰ Após o bombardeio à Callao, a esquadra espanhola retirou-se do Pacífico. Três embarcações seguiram para as Filipinas e as outras quatro dirigiram-se à Espanha.

³¹ As principais atividades naquele momento eram as extrações de guano e minérios metálicos.

Fronteiras de Bolívia e Chile em 1866



Mapa 1³²

Para um maior esclarecimento, podemos observar um trecho do Tratado de Limites de 1866 ratificado por Chile e Bolívia:

Artículo I.- (...) La República de Chile i la República de Bolivia se repartirán por mitad los productos provenientes de la explotación de los depósitos de huano descubiertos en Mejillones i de los demas depósitos del mismo abono que se descubrieren en el terrotorio comprendido entre los grados 23 i 25 de latitud meridional, como también los derechos de esportacion que se perciban sobre los minerales estraidos del mismo espacio de territorio que acaba de desugnarse. (...)

Artículo II.- La República de Bolivia se obliga a habilitar la bahía i puerto de Mejillones, estableciendo en aquel punto una aduana con el número de empleados que exija el desarrollo de la industria i del comercio. Esta aduana será la única oficina fiscal que pueda percibir los productos del huano i los derechos de esportacion de metales de que trata el artículo precedente. (...)³³

³² Elaboração própria.

³³ Fragmento do: TRATADO DE LÍMITES ENTRE BOLÍVIA Y CHILE DE 1866. Retirado do site da Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. <<http://www.leychile.cl>>, acessado em 15/12/2008.

Pelo presente tratado, o porto boliviano de Mejilones ficou responsável pela exportação dos minérios extraídos na região e, por conseqüência disso, recolhia taxas aduaneiras que deveriam ser divididas entre os dois países. O referido porto boliviano seria fiscalizado pelas autoridades chilenas com a finalidade de garantir o cumprimento do Tratado. Todavia, surgiram dois pontos que dificultaram a aplicação do mesmo. O primeiro foi a resistência das autoridades bolivianas em receber os fiscais chilenos. O segundo, ainda mais relevante, foi a descoberta de novas reservas minerais no território compartilhado.

Na virada da década de 1860 para 1870, foram descobertas grandes reservas de salitre nas proximidades de Antofagasta e uma grande reserva de prata em Caracoles, ambas sob a jurisdição do governo de La Paz. Essas reservas se encontravam dentro da zona compartilhada, conforme o Tratado de 1866. Em meio a isso, em 1871, a diplomacia boliviana buscou formas de “flexibilizar” o acordo com o Chile com o objetivo de angariar maior receita através da exploração da prata de Caracoles. Para tanto, o governo do Chile não foi persuadido.

No ano seguinte, a diplomacia chilena propôs comprar a região do Atacama da Bolívia. Os bolivianos recusaram tal proposta e começaram a desconfiar das intenções chilenas no deserto. Esse interesse do governo de Santiago devia-se aos inúmeros investimentos na região, em especial na indústria mineira, já que a maior parte da extração de nitratos, prata e cobre do Atacama estava sob domínio do capital chileno. Por volta de 1870, os portos de Cobija e Antofagasta, ambos bolivianos, tinham uma população com mais de 90% de chilenos³⁴. Essa presença chilena não se restringia à Zona Compartilhada, mas adentrava ao território boliviano e peruano. Com isso, o governo chileno tinha um grande interesse em anexar a região do Atacama, pois além de “proteger” o capital nacional investido na região, o Estado poderia aumentar sua receita num negócio que se mostrava cada vez mais lucrativo.

Dado esse cenário, o governo boliviano desconfiava, cada vez mais, das intenções de Santiago na região. Para minimizar esse relativo “expansionismo chileno”, a diplomacia boliviana buscou uma maior aproximação com os peruanos, a fim de equilibrar as forças no Pacífico. Essa tarefa foi relativamente fácil, já que existia uma antiga rivalidade entre chilenos e peruanos, na região.

³⁴ BONILLA, Heraclio. O Peru e a Bolívia da independência à Guerra do Pacífico. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina: Da Independência a 1870, volume III*; tradução de Maria Clara Cescato, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, DF, Brasília, 2001. p. 574.

Apesar de Chile e Peru unirem-se contra a esquadra espanhola, havia uma rivalidade marítima e comercial entre eles. Desde que Valparaíso tornou-se o principal porto do Pacífico-Sul, superando o tradicional porto peruano de Callao, o Chile passou a ter um maior prestígio internacional, que se converteu em investimentos estrangeiros no país. O acesso ao crédito, aliado à estabilidade política do Chile, provocara um crescimento comercial mais acentuado se comparado aos vizinhos da região. O Peru temia que um expansionismo chileno pudesse pôr em risco a soberania dos países da região.

Desse modo, o interesse de Peru e Bolívia no Pacífico fora o mesmo: conter a expansão chilena. Em meio a isso, ambas as repúblicas, em fevereiro 1873, assinaram, em Lima, um Tratado de Aliança Defensiva. Este foi aprovado secretamente e estabelecia que cada um dos países devesse uma assistência mútua em caso de uma agressão externa. Observe, respectivamente, o artigo I e parte do artigo II do referido tratado:

Artículo I.- Las altas partes contratantes se unen y ligan para garantizar mutuamente su independencia, su soberanía y la integridad de sus territorios respectivos, obligándose en los términos del presente tratado a defenderse de toda agresión exterior, bien sea de uno u otros Estados independientes, o de una fuerza sin bandera que no obedezca a ningún poder reconocido.

Artículo II.- La Alianza se hará efectiva para conservar los derechos expresados en el artículo anterior, y especialmente en los casos de ofensa que consistan:

I) En actos dirigidos a privar a algunos de las altas partes contratantes de una porción de su territorio, con ánimo de apropiarse su dominio o de cederlo a otra potencia.³⁵

Através dos artigos acima transcritos, pode ser observado que o foco do Tratado foi a união de Peru e Bolívia visando à defesa de seus respectivos territórios. Fica evidente que o único poder que poderia agredi-los, naquele momento, era o Chile. Assim, de acordo com o tratado, caso precisasse conter o Chile, ambos os países se uniriam militarmente.

A fim de fortalecer a aliança, Bolívia e Peru convidaram a Argentina para integrar o Tratado. O motivo de tal convite certamente ocorreu por conta de os argentinos também possuírem territórios em litígio com os chilenos. A posse sobre a Patagônia e sobre os Estreitos do Sul gerava desgaste na relação entre chilenos e argentinos.

Entretanto, contrariando as expectativas de Lima e La Paz, Buenos Aires não aderiu ao Tratado. Apesar da grande tensão com os chilenos, a diplomacia argentina evitou

³⁵ Fragmento dos artigos I e II do *Tratado de Aliança Defensiva de 1873* ratificado por Bolívia e Peru. In: BARROS, Mario. *Historia diplomática de Chile (1541-1938)*. Barcelona: Ediciones ariel, 1970, p. 280.

entrar em alianças estratégicas. O principal receio dos argentinos seria que a adesão ao Tratado motivasse a formação de uma contra-aliança entre Chile e Brasil. Concomitantemente a isso, o Chile lançara um plano de rearmamento naval e comprara de estaleiros ingleses dois encouraçados de última geração.³⁶ Além do mais, a Argentina também tinha pendências limítrofes com a Bolívia – região do Chaco – que, mesmo com a adesão portenha ao Tratado, não seria facilmente resolvida.

Assegurada pela aliança com o Peru, a diplomacia boliviana buscou negociar um novo tratado de limites com o Chile. O governo chileno também tinha interesse nisso, na medida em que as tensões na região aumentaram e seus investimentos no deserto, conseqüentemente, estariam ameaçados. No ano de 1874, ambos os países alcançaram um entendimento e firmaram um novo Tratado de Limites, o qual estabeleceu como limite definitivo entre as duas repúblicas o paralelo 24 ° sul. Em troca disso, o governo boliviano se comprometera a não criar novos impostos e a isentar de qualquer reajuste tributário os capitais industriais chilenos localizados entre os paralelos 23° e 24° sul, nos próximos 25 anos. Observe o mapa seguinte:

³⁶ Foram compradas as fragatas blindadas *Cochrane* e *Blanco Encalada* nos anos de 1874 e 1875 respectivamente.

Fronteiras de Bolívia e Chile em 1874



Mapa 2³⁷

Com esse Tratado de Limites, Bolívia e Chile renunciavam às ambições sobre demais territórios, ficando estabelecido o paralelo 24° sul como fronteira definitiva. Isso fica claro ao observar um fragmento do referido tratado:

Artículo I.- El paralelo del grado 24 desde el mar hasta la cordillera de los Andes en el *divortia aquarum* es el límite entre las Repúblicas de Chile y Bolivia.

Artículo IV.- Los derechos de esportacion que se impongan sobre los minerales esportados en la zona de terreno [entre 23° e 24° L. S.] de que hablan los artículos precedentes, no excederan la cuota de la que actualmente se cobra, i las personas, industrias y capitales chilenos no quedarán sujetos amas contribuciones de cualquiera clase que sean que las que al presente existen. La estipulación contenida en este artículo durará por el termino de veinticinco años.³⁸

³⁷ Elaboração própria.

³⁸ Fragmento do: TRATADO DE LÍMITES ENTRE BOLÍVIA Y CHILE DE 1874. Retirado do site da Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. <<http://www.leychile.cl>>, acessado em 15/12/2008.

Firmado o Tratado, bolivianos e chilenos pareciam ter chegado a um acordo positivo entre as partes. Para os primeiros, a integridade territorial estava assegurada. Para os chilenos, os investimentos no Atacama estariam protegidos até o final do século. Nesses termos, os principais temores das duas repúblicas em relação ao vizinho, aparentemente, tinham sido superados.

1.3. Condições internas de Bolívia, Peru e Chile

1.3.1. Chile

O processo de formação do Estado Nacional chileno foi diferenciado se comparado às nações vizinhas. Seu isolamento geográfico e a uniformidade dos interesses econômicos dominantes promoveram a criação de um sistema de governo constitucional que se mostrou excepcional por sua duração³⁹. Esse sistema foi criado por influência dos conservadores, liderados por Diego Portales, os quais, pela Constituição de 1833, criaram um Estado unitário, centralizado e que privilegiava a ação do Executivo sobre os demais poderes. Além disso, foi criado o Exército chileno que, desde o seu início, submeteu-se à autoridade civil⁴⁰. O referido sistema político favoreceu às “classes” dominantes, os grandes proprietários rurais e os comerciantes de Santiago e Valparaíso, os quais procuravam manter inalterado o *status quo* colonial.

Assim, esses grupos dominantes, através do Estado, conseguiram criar condições para o seu enriquecimento e, como consequência, a estabilidade política foi alcançada. Garantida a estabilidade política e institucional, o Estado chileno passou a defender os seus interesses no âmbito externo, como ocorreu na guerra contra a Confederação Peruana-Boliviana, entre 1836 e 1839, e na expansão territorial em direção à Patagônia, com a fundação de Punta Arenas, em 1843, Puerto Montt, em 1853, e a consequente ocupação do Estreito de Magalhães.

³⁹ COLLIER, Simon. O Chile da independência à Guerra do Pacífico. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina: Da Independência a 1870, volume III*; tradução de Maria Clara Cescato, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, DF, Brasília, 2001. p.591.

⁴⁰ Idem. p. 593-597.

Em meados do século XIX, os governos dos conservadores Manuel Bulnes ⁴¹ e Manuel Montt ⁴², com o objetivo de atender às necessidades de uma oligarquia de agricultores e comerciantes da capital e de Valparaíso, deram início a um ciclo de investimentos maciços na infra-estrutura do país, com destaque para estradas, ferrovias, portos e telégrafos, e acabaram por promover uma ampla expansão do setor mineiro e manufatureiro. Nesse momento, a mineração surgiu por iniciativa de empresários chilenos que viam no norte do país – Atacama – um grande potencial econômico. As reservas de cobre e principalmente salitre passam a ser exploradas por empresas chilenas e, em menor número, peruanas. O enriquecimento desses chilenos gerou um excedente de capital que foi aplicado na agricultura chilena. Magnatas da mineração passaram a investir na produção do Vale Central ⁴³, onde implementaram algumas inovações, dentre as mais importantes destacam-se irrigação e maquinário, além de novas culturas.

O destacado desenvolvimento agropecuário e mineiro do Chile possibilitou uma integração e urbanização mais sólida em relação aos países vizinhos. Algumas das novas atividades produtivas e comerciais expandiram-se gerando o desenvolvimento dos setores secundários e terciários e, portanto, fortalecendo a economia. Foi nesse momento que surgiram inúmeras instituições financeiras como bancos e seguradoras, além das primeiras indústrias atreladas ao setor mineiro. Imigrantes, sobretudo alemães, chegam aos grandes centros e passam a compor o recente operariado.

Essa “modernização” promoveu um rápido crescimento da população citadina, o que acabou por alterar as estruturas sociais. Uma “classe urbana” surgiu e com ela novos anseios em relação ao Estado. Entretanto, essa urbanização não deriva de um processo industrializante, mas é resultante de uma economia agro-mineira exportadora. Essas transformações socioeconômicas promoveram a alteração na política chilena. O Partido Conservador, que até então tinha a hegemonia política do país, gradativamente foi cedendo espaço ao Partido Liberal, composto por representantes dos setores mais dinâmicos da economia chilena.

Assim, no início da década de 1860, o Partido Liberal chegou ao poder no país, mantendo-se até o fim dos anos 80. Esse partido, composto principalmente por setores médios urbanos, manufatureiros e os novos empresários mineiros, deu um novo sentido à economia chilena. Nesse momento, houve uma virada do eixo mais dinâmico da economia chilena, ou

⁴¹ Presidente entre 1841 e 1851.

⁴² Presidente entre 1851 e 1861. Foi sucedido por José Joaquín Pérez (1861-1871).

⁴³ O Vale Central se estende desde Valparaíso, passando por Santiago e finda nas proximidades de Concepción.

seja, a agricultura cedeu espaço à mineração. Com isso, a expansão do capital chileno no setor mineiro deveu-se, principalmente, à passagem legal do poder político para os liberais.

O governo dos liberais chilenos favoreceu o desenvolvimento do sistema financeiro e comercial do país. Além disso, a indústria mineira, metalúrgica, naval e bélica recebeu especial incentivo do Estado. Entre os anos de 1875 e 1895, o setor secundário cresceu 62% e o terciário 44%, em contraste com o setor primário que amargou um decréscimo de 30% no mesmo período⁴⁴. Foi nesse contexto que várias empresas mineradoras chilenas se instalaram na região litigiosa do Atacama. Dado o crescente investimento da “burguesia mineradora chilena” nessa região, o governo de Santiago iniciou as negociações com a Bolívia, para resolver os limites territoriais na área do deserto.

1.3.2. Bolívia e Peru

Em meados do século XIX, a economia do Peru e da Bolívia estava baseada na mineração. O crescimento da economia boliviana, nesse período, esteve associado ao renascimento das atividades mineiras⁴⁵, sobretudo na extração e exportação da prata. Já no Peru, o guano – depositado nas ilhas costeiras para ser usado como fertilizante agrícola – predominava de maneira absoluta nas exportações do país. O monopólio do Estado Peruano sobre o guano gerou um crescimento anual médio de 5,2% nas exportações entre os anos de 1852-1878⁴⁶.

Nos primeiros anos da década de 1870, Peru e Bolívia entraram em uma grave crise econômica em decorrência do esgotamento dos depósitos do guano peruano e da brusca queda nas exportações de prata da Bolívia. Além disso, ambos os países não conseguiram liquidar com os credores internacionais os vultosos empréstimos realizados pelos governos anteriores e, por isso, não tiveram acesso ao crédito externo, o que agravou ainda mais a crise. Em consequência disso, ambos os governos civis tomaram medidas externas semelhantes e conjugadas para solucionar seus problemas internos. A primeira medida dos governos do Peru

⁴⁴ BRUIT, H. H. (Org.). *Estado e burguesia nacional na América Latina*. São Paulo: Ícone, Editora da Unicamp, 1985, p. 93.

⁴⁵ Durante as guerras de independência, as minas bolivianas foram destruídas e abandonadas. Posteriormente, havia a falta de capital para investimento, escassez de mão-de-obra em decorrência da extinção da *mita* e a persistência no período pós-colonial do monopólio estatal da compra da prata – a preços abaixo do mercado – que reduzia drasticamente os lucros e os investimentos nesse setor.

⁴⁶ BONILLA, Heraclio. O Peru e a Bolívia da independência à Guerra do Pacífico. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina: Da Independência a 1870, volume III*; tradução de Maria Clara Cescato, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, DF, Brasília, 2001p. 554.

e da Bolívia foi assinar o tratado secreto de 1873 de defesa contra o Chile. Com este tratado, visavam a conter o expansionismo chileno na região do deserto do Atacama, rico em reservas minerais. O tratado previa que em caso de uma ofensiva militar chilena ao Peru ou à Bolívia ambos declarariam guerra ao agressor.

Depois de firmado o tratado, os governos de Peru e Bolívia “avançaram” sobre as possessões do capital chileno em seus territórios, em geral investido nas empresas de nitrato. No Peru, o nitrato, ao contrário do guano, era um recurso da iniciativa privada peruana e chilena. Como estratégia para tirar seu país da crise que vinha atravessando, o primeiro presidente civil do Peru, Manuel Pardo⁴⁷, instituiu, em 1873, o monopólio do nitrato e, em 1875, expropriou seus campos. O objetivo era transformar as reservas de nitrato em um novo recurso capaz de financiar os gastos públicos⁴⁸. Com isso, os ex-proprietários transferiram-se para o Chile, onde contribuíram para a propaganda do que viria ser mais tarde a Guerra do Pacífico.

O monopólio do nitrato não alcançou os resultados esperados. Devido à manutenção da crise, a oposição ao governo civilista começou a aumentar, ocorrendo até algumas insurreições armadas organizadas por militares peruanos⁴⁹. Não suportando a pressão, Pardo renunciou em 1876, o que levou os militares de volta ao poder.

No início da década de 1870, em virtude do potencial de cobre, nitrato e guano no território boliviano, várias empresas estrangeiras, em especial chilenas, dirigiram-se à região do deserto do Atacama a fim de explorá-lo. Muitas dessas empresas conseguiram concessões do governo boliviano, dentre elas a Companhia de S. F. Antofagasta, de capital anglo-chileno⁵⁰. Esses investimentos estrangeiros no Atacama não foram suficientes para tirar a Bolívia da crise que vinha atravessando. Dada essa situação, o governo civil de Tomás Frias⁵¹ não resistiu ao aumento da oposição e foi deposto por um golpe de estado organizado pelo general Hilárion Daza, em 1876.

O novo governo boliviano, “assegurado” pelo acordo militar de 1873 com o Peru, viu como única saída para conter a crise aumentar a tributação sobre a exploração da principal riqueza do país: os depósitos de nitratos na região do Atacama. Em 1878 foi aprovado pelo Congresso Boliviano um reajuste tributário nas exportações de salitre. O imposto de 10 centavos por quintal de salitre exportado seria cobrado a partir do ano seguinte, sob a ameaça

⁴⁷ Presidente do Peru entre 1872 e 1876.

⁴⁸ PEASE, Franklin. *Breve historia contemporánea del Peru*. México D.F: Fondo de Cultura Económica 1995.p. 111-115.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ A C.S.F.A. tinha 70% de seus capitais chilenos e 30% britânicos.

⁵¹ Presidente da Bolívia entre 1874 e 1876.

de confisco dos bens das empresas que não acatassem ao novo tributo. As empresas mineradoras chilenas protestaram a decisão do governo de La Paz e recorreram ao governo de Santiago. Para o governo chileno esse reajuste representava o rompimento do tratado assinado em 1874, como afirma Francisco Doratioto:

Em 1874 os governos chilenos e boliviano assinaram um tratado pelo qual este comprometeu-se a não aumentar, durante 25 anos, os impostos sobre as empresas chilenas dedicadas à extração de nitratos. Contudo, no início de 1878, o Congresso boliviano estabeleceu um imposto de 10 centavos sobre cada 100 quilos de salitre exportado. Simultaneamente, houve a ameaça boliviana de encampar os bens da Companhia Anônima de Salitre e Ferrovia de Antofagasta, de capital chileno. Protestando o não-cumprimento do tratado de 1874, o Chile conhecedor do acordo secreto peruano-boliviano, declarou, em 1879, guerra aos dois países (...). A motivação real para o conflito foi o interesse da burguesia chilena em apoderar-se dos territórios com nitratos, onde havia feito grandes investimentos.⁵²

A Bolívia, anos antes do tratado com o Chile, havia cedido generosas concessões à Companhia de S. F. Antofagasta, da qual diversos políticos chilenos possuíam ações. Quando o governo boliviano decidiu aumentar o imposto sobre as exportações de nitrato na região do deserto, os interesses de importantes membros do governo de Santiago ficaram ameaçados. O governo chileno, com base no Tratado de 1874, exigiu a suspensão de tais tributos e, em virtude da negativa do governo boliviano, os chilenos decidiram intervir militarmente no Atacama. Assim, o aumento do imposto na exportação de nitratos, por parte do governo boliviano, foi o estopim para o início da Guerra do Pacífico, em abril de 1879, com o Chile declarando guerra à Bolívia e ao Peru.

1.4. O conflito

O aumento dos impostos do salitre e o conseqüente entrave entre o governo boliviano e a “Companhia de Salitre e Ferrocarril de Antofagasta” fez com que o governo chileno interviesse nessa questão a fim de garantir o cumprimento do Tratado de Limites de 1874. Em 7 de fevereiro de 1879, o blindado chileno *Blanco Encalada* bloqueou o porto boliviano de Antofagasta, e uma semana depois a Armada Chilena desembarcou um destacamento com 500 homens que acabaram por ocupar a cidade⁵³.

⁵² DORIATOTO, Francisco. Op. cit. p. 105.

⁵³ TAUNAY, Luiz G. Escagnolle. *A Guerra do Pacífico: Chile versus Peru e Bolívia*: 2ª edição, São Paulo, Melhoramentos, 1925, p. 25.

Nessas condições, o governo chileno lançou um *ultimatum* aos bolivianos exigindo o fim de suas pretensões fiscais na região. Em resposta à ação chilena, o governo de La Paz interrompeu as relações com os chilenos e começou preparar o exército para combater os invasores. Entretanto, o presidente boliviano e a maior parte do exército estavam, naquele momento, agrupados nas proximidades da cidade peruana de Tacna, ao norte. Com isso, as tropas chilenas tiveram tempo suficiente para avançar sobre o território boliviano.

Como a Bolívia não possuía marinha de guerra, a Armada Chilena bloqueou e ocupou facilmente os portos bolivianos de Mejillones, Cobija e Tocopilla. Ao mesmo tempo, as tropas chilenas avançaram para o interior do Atacama ocupando, sem resistência, a cidade de Caracoles, muito conhecida por suas grandes reservas de prata, e Calama, cidade estratégica por se encontrar próxima às margens do Rio Loa. Foi neste local, em 23 de março de 1879, onde ocorreu a primeira batalha da Guerra do Pacífico, com as tropas chilenas vencendo uma milícia boliviana⁵⁴. Com isso, em menos de dois meses, os chilenos tinham o controle total do litoral boliviano.

Concomitante ao desenrolar da guerra, o governo peruano estava preocupado com as hostilidades entre Bolívia e Chile e tinha o intuito de mediar a questão. Assim, o presidente do Peru, Mariano Ignacio Prado, enviou José Luís Quiñones a La Paz e José Antônio Lavalle a Santiago. A orientação recebida pelos diplomatas peruanos consistia na prestação de bons ofícios às partes envolvidas e na tentativa de negociar uma solução diplomática para a questão. O esforço da diplomacia peruana relacionava-se ao fato de que o Peru não possuía condições financeiras para arcar com um conflito, pois, com o Tratado de Aliança Defensiva de 1873 firmado com a Bolívia, inevitavelmente seria arrastado para uma guerra que, a princípio, não era sua. Ao mesmo tempo, os peruanos preocupavam-se com o avanço chileno sobre o deserto, que poderia por em xeque os seus interesses econômicos e estratégicos nessa região.

Desse modo, Lavalle procurou negociar com o presidente chileno Aníbal Pinto um fim pacífico para a questão, mas não obteve êxito. O fracasso da mediação peruana, segundo o historiador peruano Jorge Basadre, deveu-se a três fatores: 1) O Tratado de Aliança Defensiva entre Peru e Bolívia, o qual os chilenos já conheciam. 2) A exigência peruana para que os chilenos desocupassem o território boliviano sem oferecer garantias ao Chile. 3) O “ímpeto expansionista do Chile”⁵⁵.

⁵⁴ Essa batalha ficou conhecida como Batalha de Calama. Os cerca de 500 soldados chilenos derrotaram cerca de 130 bolivianos dentre civis e militares.

⁵⁵ BASADRE, Jorge. *Historia de la República del Peru*. Ed. Universitaria, Lima 1983, p. 29.

É certo que a Aliança firmada entre Peru e Bolívia condicionou o fracasso da tentativa de mediação peruana. Por outro lado, os chilenos, em posição vantajosa na guerra, não estavam interessados em fazer concessões, ainda mais nos termos sugeridos pelos peruanos, os quais, para os chilenos, favoreceriam os bolivianos. O governo chileno desejava apropriar-se da província boliviana de Antofagasta, principalmente por motivos econômicos, já que os inúmeros investimentos realizados por cidadãos chilenos só estariam devidamente assegurados se aquele território fosse anexado ao Chile. Por esses motivos, a mediação do ministro peruano fracassou e, apesar do esforço de Lavalle, o Peru não conseguiu evitar a guerra, tanto que em 5 de abril de 1879 o Chile declarou guerra ao Peru.

Às vésperas do início dos combates, nenhuma das três nações estava preparada para uma guerra. Devido à crise financeira de 1873, que atingiu a maior parte das nações sul-americanas, os investimentos no setor militar reduziram consideravelmente.⁵⁶ No Peru e na Bolívia a situação era ainda mais delicada na medida em que os exércitos possuíam um número elevado de oficiais, o que acabava esvaziando os cofres públicos devido ao pagamento de altos salários à oficialidade militar⁵⁷.

Dos Aliados, o Peru tinha melhores condições de travar batalhas. Possuía uma Armada respeitável, composta por duas fragatas blindadas (*Huáscar* e *Independencia*), duas corvetas (*Pilcomayo* e *Unión*) e dois monitores blindados (*Atahualpa* e *Manco Capac*), além de dois torpedeiros e seis navios de transporte. Assim, a esquadra peruana era composta por 14 navios sediados, em sua maioria, no porto de Callao. O exército peruano possuía cerca de 5 mil praças divididos em “cinco batalhões de infantaria, duas brigadas de cavalaria e três regimentos de artilharia”⁵⁸ munidos de armamento obsoleto. Por sua vez, a situação das forças armadas da Bolívia era bem pior. O país não possuía Marinha e tinha um exército regular mal equipado, com pouco mais de 2 mil homens divididos em três batalhões de infantaria, não havendo registro de destacamentos de cavalaria e artilharia⁵⁹. Por outro lado, a situação bélica do Chile era melhor em relação à situação dos Aliados.

⁵⁶ A crise econômica de 1873 fez com que os países industrializados importassem menos produtos primários dos latino-americanos. Com isso, esses estados foram obrigados a reduzir custos para manter as contas e dia. Um dos setores que recebeu cortes foi o militar.

⁵⁷ Idem. Segundo Taunay, mais de um quarto do exército regular da Bolívia era composto por oficiais. Dos 3.300 praças, cerca de 900 eram oficiais. Esse número elevado se deve à estratégia dos caudilhos em distribuir altas patentes como forma de ampliar a sua base de apoio. p. 23.

⁵⁸ RAZOUX, Pierre. *La Guerra del Pacífico (1879-1884)*. Istor, Cidade do México, ano VI, n 21, Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE). 2005, p.112, extraído do site: <<http://www.istor.cide.edu>>, acessado em 15/06/2009.

⁵⁹ Idem.

A Marinha chilena, que recebera consideráveis investimentos no início da década de 1870, era composta por duas modernas fragatas blindadas (*Cochrane* e *Blanco Encalada*), quatro corvetas (*O'Higgins*, *Chacabuco*, *Abtao* e *Esmeralda*), duas canhoneiras (*Magallanes* e *Covadonga*), além de quatro torpedeiros e dez transportes. A maior parte das 22 embarcações chilenas ficava ancorada no porto de Valparaíso, onde a marinha dispunha de um contingente de infantaria de 1.500 homens. O exército chileno era composto por aproximadamente 4.500 homens divididos em seis batalhões de infantaria, três de cavalaria e dois de artilharia. O armamento era de boa qualidade, composto por rifles de repetição, metralhadoras e potentes canhões Krupp de 12 libras⁶⁰.

Fica claro que a relação de forças entre os contendores favorecia os chilenos. Seja por mar ou por terra a superioridade chilena era visível. Apesar de a Marinha Peruana dispor de um número considerável de blindados, os navios chilenos eram mais modernos e equipados, o que os tornavam mais poderosos. Esses aspectos foram decisivos no desenrolar do conflito, já que obter o controle do mar era fundamental para a vitória na guerra.

A primeira fase da Guerra do Pacífico foi a chamada “Campanha Naval”. Logo após a declaração de guerra aos aliados, os chilenos tomaram a ofensiva e converteram Antofagasta em base das operações terrestres. No mar, a esquadra chilena dirigiu-se ao norte a fim de bloquear os portos peruanos. Nesse contexto, em meados de abril de 1879, o porto peruano de Iquique foi o primeiro a sofrer o bloqueio chileno. Posteriormente, ocorreram alguns combates marítimos envolvendo pequenas embarcações, mas sem maiores conseqüências para ambos os lados.

O primeiro combate de grandes proporções ocorreu em 21 de maio de 1879, quando os blindados peruanos *Huáscar* e *Independencia* tentaram romper o bloqueio chileno a Iquique. O combate resultou na perda de uma embarcação para cada país, com o Peru saindo mais prejudicado por perder o *Independencia*, um de seus navios mais poderosos⁶¹.

Mesmo assim, após esse episódio, a esquadra peruana teve ligeira vantagem na campanha naval. O *Huáscar*, durante mais de um mês, assombrou as forças chilenas na costa do Atacama ao bombardear depósitos, afundar navios mercantes, além de afundar a canhoneira *Magallanes*. Mas, o ponto alto das “*Correrias del Huáscar*”⁶² foi o aprisionamento do transportador chileno *Rimac*, que carregava dezenas de canhões, centenas

⁶⁰ Idem, p. 113.

⁶¹ O chamado Combate naval de Iquique foi a primeira grande batalha marítima do conflito do Pacífico. Nesta batalha a fragata chilena *Esmeralda* foi afundada pelo encouraçado peruano *Huáscar*. Foi nesta batalha que “nasceu” o primeiro “herói” chileno do conflito, o comandante da *Esmeralda* Arturo Prat, morto na ação bélica.

⁶² Essa fora a expressão utilizada por grande parte da imprensa sul-americana para referir-se as proezas do navio peruano por toda costa do Atacama.

de cavalos e somas em dinheiro. Esse fato gerou grande revolta da opinião pública chilena, que há algum tempo se impacientava com os resultados da Armada chilena na contenda. Em decorrência dessas agitações, houve uma ampla reforma ministerial e a substituição de todo o alto escalão da Armada Chilena no início de agosto. A partir daquele momento, a prioridade da frota chilena passou a ser o aprisionamento do *Huáscar*.

Em 8 de outubro de 1879, próximo a Arica, os navios chilenos surpreenderam o blindado peruano. Depois de um grande combate conhecido como Combate de Angamos, o *Huáscar* rendeu-se. A fragata blindada foi rebocada até Valparaíso, onde foi reformada e, posteriormente, incorporada à frota chilena. A Marinha Peruana, com a perda de seu principal navio, sofreu um duro golpe e, a partir de Angamos, os chilenos passaram a ocupar a maioria dos portos peruanos sem grande resistência, pois os poucos navios peruanos restantes defendiam o porto de Callao.

Essa vitória deu ao Chile o domínio marítimo da região em conflito e permitiu-lhe realizar uma ofensiva mais eficiente por terra rumo ao território peruano. O deslocamento das tropas chilenas realizou-se por mar, recurso fundamental em uma região tão árida como o deserto do Atacama.

O início da “Campanha Terrestre” foi marcado pelo desembarque de 7 mil soldados chilenos na cidade peruana de Pisagua⁶³. Após algumas batalhas, os chilenos ocuparam toda a província peruana de Tarapacá, região de maior produção mineral no Peru. Com isso, em dezembro de 1879, o Chile havia ocupado as províncias mais ricas de Peru e Bolívia, Tarapacá e Antofagasta, respectivamente. Esse fato gerou alterações políticas em ambos os países. No Peru, o presidente Prado deixou o país a fim de obter empréstimos na Europa e, na sua ausência, o caudilho Nicolás Piérola liderou uma revolta armada e proclamou-se o presidente de país. Na Bolívia, o presidente Daza foi deposto por uma insurreição liderada pelo caudilho Narciso Campero. Evidentemente essa instabilidade política gerou um desgaste maior para as duas nações em guerra. Apesar da alteração do comando político nesses dois países, a postura frente ao Chile continuou a mesma, ou seja, de que continuariam no conflito⁶⁴.

Com as vitórias chilenas, o exército aliado agrupou-se nas cidades peruanas de Tacna e Arica como estratégia para barrar o avanço do inimigo. Em maio de 1880, um grupamento do exército chileno, composto por 12 mil homens, cercou Tacna, que estava

⁶³ RAZOUX, Pierre. Op. cit. p. 117.

⁶⁴ BARROS, Mario. Op. cit. p. 349.

guarnecida por 9 mil soldados aliados⁶⁵. Depois de alguns dias de combate, na batalha conhecida como “Campo de la Alianza”, as tropas chilenas derrotaram o exército aliado e ocuparam Tacna. Esta batalha foi uma das mais cruentas da guerra por gerar mais de 2 mil baixas para cada lado. Mas, apesar do número semelhante de mortos entre as partes, a vitória chilena foi incontestável. Para tanto, os chilenos fizeram cerca de 1.500 militares prisioneiros, obrigando o restante das tropas aliadas a bater em retirada⁶⁶. Após o término dessa batalha, a Bolívia retirou-se das operações bélicas, ficando a guerra restrita ao enfrentamento de Chile e Peru.

No início de junho de 1880, a cidade de Arica estava cercada por mar e por terra por forças chilenas. Os 2 mil soldados peruanos, ali sediados, não resistiram aos bombardeios da fragata *Cochrane* e aos ataques dos 6 mil soldados chilenos, e foram derrotados em poucos dias. Com a ocupação de Tacna e Arica, o Chile obteve grande vantagem militar e econômica uma vez que passou a dominar toda produção mineral da região do Atacama⁶⁷.

Depois da batalha em Arica, teve início um período de negociações diplomáticas entre os contendores por intermédio dos Estados Unidos. Os representantes diplomáticos estadunidenses de Santiago, Lima e La Paz ofereceram a mediação do governo dos Estados Unidos no conflito do Pacífico, medida aceita pelos beligerantes, mas, evidentemente, por motivos distintos. O Chile, de certa maneira, já havia atingido os seus principais interesses no conflito, como o domínio dos ricos territórios do Atacama, e esperava firmar um tratado de paz que garantisse estas suas novas possessões. Já, Peru e Bolívia, em desvantagem militar, apostavam que a mediação norte-americana os fizessem pagar apenas indenizações de guerra ao Chile, ao invés da concessão territorial como pretendia o governo chileno.

As conversações entre os beligerantes ocorreram no navio estadunidense *USS Lackawanna*, fundado na altura de Arica no período de 22 a 27 de outubro de 1880. As três nações envolvidas no conflito enviaram seus representantes que compartilharam da presença dos diplomatas estadunidenses⁶⁸. Contudo, a iniciativa dos Estados Unidos em pôr fim ao conflito não foi bem sucedida, já que não se chegou a um acordo. O principal ponto de inflexão foram as rigorosas exigências chilenas quanto às províncias de Tarapacá e de Antofagasta, as quais não foram aceitas por peruanos e bolivianos.

Diante do fracasso das negociações, Peru e Chile reiniciaram as operações bélicas. No final de 1880, a Armada chilena desembarcou na costa central peruana um exército de 26

⁶⁵ COLLIER, Simon. Op. cit. p. 623.

⁶⁶ RAZOUX, Pierre. Op. cit. p. 119.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Sobre a chamada “Conferência de Arica” ver in: BARROS, Mario. Op. Cit, p. 366-367.

mil homens, que buscaram ocupar Lima⁶⁹. Depois da vitória chilena nas batalhas de Chorrillos e Miraflores, em janeiro de 1881, o exército chileno adentrou Lima.

Ocupada a capital peruana, o presidente Nicolás Piérola refugiou-se em Ayacucho, na *Sierra*, onde gradativamente caiu no ostracismo⁷⁰. A guerra continuou no interior do Peru por mais dois anos com a resistência da guerrilha *montonera*⁷¹ liderada pelo coronel Andrés Cáceres contra o exército de ocupação.

A ocupação da capital peruana garantiu a vitória chilena na guerra. Contudo, um novo impasse surgiu em torno da questão da paz, ou seja, o Chile queria impor um tratado de paz ao Peru que garantisse a posse definitiva da província de Tarapacá, idéia que foi recusada pelo presidente Piérola. Diante desse impasse, o general chileno Patricio Lynch, chefe do exército de ocupação, buscou junto às lideranças limenhas, contrárias ao ditador Piérola, um presidente provisório para o Peru⁷². O escolhido foi o advogado Francisco Garcia Calderón, cuja autoridade não foi reconhecida pelas províncias interioranas, as quais estavam ao lado de Piérola e, sobretudo, de Cáceres. Mesmo assim, em março de 1881, foi empossado o novo presidente peruano, a quem a diplomacia chilena recorreu para firmar a paz. No entanto, Calderón se negou a assinar a paz nos termos propostos pelos chilenos e, por isso, foi preso e deportado para o Chile, sendo deposto oficialmente em novembro de 1881⁷³.

A questão sobre a paz só foi resolvida com a ascensão de Miguel Iglesias à presidência peruana, no início de 1883. O novo mandatário aceitou as imposições chilenas e, em 20 de outubro do mesmo ano, firmou com o governo chileno, na cidade de Ancón, nas imediações de Lima, o Tratado de Paz. O Tratado de Ancón determinava em suas cláusulas a perda de províncias peruanas para o Chile, como podemos ver abaixo:

Artículo 1º: Restablécense las relaciones de paz y amistad entre las repúblicas de Chile y Perú.

Artículo 2º: La República del Perú cede a la Republica de Chile, perpetua e incondicionalmente, el territorio de la provincia litoral de Tarapacá (...).

Artículo 3º: El territorio de las provincias de Tacna y Arica (...) continuará poseído por Chile y sujeto a la legislación y autoridades chilenas durante el término de diez años, contado desde que se ratifique el presente tratado de paz. Expirando este plazo,

⁶⁹ COLLIER, Simon. Op. cit. p.624.

⁷⁰ PEASE, Franklin. *Breve historia contemporánea del Peru*. Cidade do México: Fundo de Cultura Económica 1995, p. 144.

⁷¹ A guerrilha *montonera* era uma resistência armada formada basicamente por indígenas peruanos que habitavam o interior do país sobre as ordens de Cáceres. Suas atuações ficaram restritas a região da *Sierra* peruana, não conseguindo assim, grandes êxitos frente ao exército de ocupação que se fundava nos grandes centros e litoral do Peru.

⁷² BARROS, Mario. Op. cit.. p. 383 e 384.

⁷³ Idem. p. 398.

un plebiscito decidirá, con votación popular, si el territorio de las provincias referidas queda definitivamente del dominio y soberanía de Chile, o si continúa siendo parte del territorio peruano. (...).⁷⁴

Pelo referido tratado, Tarapacá foi concedida em caráter definitivo ao Chile, que ainda recebeu a posse “temporária” de Tacna e Arica. Essas duas últimas províncias ficariam sob o domínio chileno por dez anos e, posteriormente, seria realizado um plebiscito para decidir a posse dessas regiões. O plebiscito foi realizado somente em 1929, com Arica se tornando chilena e Tacna peruana. Ao final do conflito, o Peru perdeu suas províncias meridionais, dotadas de grande riqueza mineral, e seu território acabou recuando do paralelo 21° para o 18° sul⁷⁵.

Quanto à Bolívia, esta somente assinou a trégua com o Chile em 4 de abril de 1884. Nesse pacto de trégua, o Chile apossou-se da província boliviana de Antofagasta até que se celebrasse o tratado de paz entre as nações. O tratado de paz só foi firmado em 1904 e garantiu a posse perpétua de Antofagasta ao Chile. Com isso, a Bolívia perdeu 125.000 km²⁷⁶, toda sua costa do Pacífico, e se converteu em um país mediterrâneo. Podemos observar no mapa seguinte os ganhos territoriais do Chile após a vitória na Guerra do Pacífico:

⁷⁴ TRATADO DE PAZ I AMISTAD ENTRE LAS REPUBLICAS DE CHILE E PERU. Extraído do site da Biblioteca do Congresso Nacional do Chile.< <http://www.leychile.cl>>, acessado em 19/02/2010.

⁷⁵ DORIATIOTO, Francisco. Op. cit. p. 66.

⁷⁶ Atlas National Geographic. *América do Sul* (Volume I). São Paulo: Fevereiro de 2008, p. 72.

Fronteiras de Bolívia, Peru e Chile em 1884



Mapa 3⁷⁷

Com a vitória do conflito, o território chileno foi ampliado 1/3. A posse dos novos territórios, ricos em minérios, garantiu aos chilenos um considerável crescimento econômico até os primeiros anos do século XX. Apesar de muitas empresas mineiras serem de capital estrangeiro, sobretudo britânico, não impediu o desenvolvimento de uma elite mineira que se beneficiava com as exportações. Podemos dizer que no Chile, desde a chegada dos liberais ao poder, na década de 1860, existia um consenso dos grupos políticos e econômicos sobre os interesses do país, o que acabou gerando uma estabilidade institucional rara no subcontinente. Sem dúvida, esse foi o fator que mais contribuiu para a vitória chilena na Guerra do Pacífico, uma vez que a estabilidade política permitiu uma maior coesão nacional. Por outro lado, no Peru e na Bolívia, em vários momentos, eclodiram sérias convulsões políticas, provocadas pelos caudilhos, o que acabou prejudicando o desempenho desses países na contenda.

⁷⁷ Elaboração própria.

CAPÍTULO 2. AS RELAÇÕES DO IMPÉRIO COM AS REPÚBLICAS DO PACÍFICO

Após termos tratado da guerra e de suas implicações, faz-se necessário retomar as relações diplomáticas do Império com os beligerantes, na segunda metade do século XIX, a fim de melhor compreender o contexto em que estas se desenvolveram ao logo do conflito.

No decorrer do século XIX, os principais temas de interesse da diplomacia brasileira, em relação ao continente, estavam relacionados às questões que envolviam o comércio exterior, a definição de regras para a navegação dos rios internacionais, o tráfico de escravos e a definição de limites territoriais. Todas essas questões eram de fundamental importância para o jovem Estado brasileiro, que procurava garantir os seus interesses frente às repúblicas americanas, que o viam com certa desconfiança por conta de seu regime monárquico. Para tanto, o Brasil sempre optou por negociações bilaterais com esses países, por entender que o seu poder de “barganha” seria ampliado nesse tipo de negociação, sobretudo no que se referia às questões litigiosas envolvendo territórios.

Com relação às disputas territoriais no continente sul-americano, a política externa brasileira passou por consideráveis mudanças a partir de 1849, em decorrência de seu novo chanceler, Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, introduzir uma nova doutrina diplomática para o Império. Segundo Amado Cervo, essa nova doutrina pautava-se pela busca em estreitar os vínculos com as nações vizinhas por meio de tratados fronteiriços, comércio, navegação e amizade e, assim, implementar uma política brasileira de limites baseada no princípio do *uti possidetis*⁷⁸. Essa nova postura se explicava pela necessidade de o Império definir as suas fronteiras com as nações vizinhas, já que estas se encontravam perigosamente indefinidas e poderiam gerar conflitos indesejados com esses países. Ademais, como já mencionado, o Brasil era a única monarquia no continente e temia que questões de litígio fronteiriço levassem as repúblicas vizinhas a formarem uma coalizão contra o Império e, dessa forma, impor suas condições pela força. Assim sendo, a política externa brasileira buscou, sistematicamente, a definição das fronteiras com as nações americanas. Sobre isso o próprio Visconde do Uruguai revelou que:

O governo ocupa-se, e continuará a ocupar-se, aproveitando as oportunidades que se oferecem, de regular as nossas fronteiras com os Estados vizinhos, o que muito

⁷⁸ CERVO, Amado. Op. cit., p. 92 e 93.

importa, para evitar as dificuldades e complicações que resultam do estado em que atualmente se acham as coisas.⁷⁹

A explanação do Visconde do Uruguai reforça a idéia de que a diplomacia brasileira deu maior atenção aos países americanos, uma vez que as questões relativas às definições fronteiriças passaram a ter lugar central na política externa imperial. Assim, podemos dizer que, na década de 1850, a diplomacia brasileira articulava-se da seguinte forma: no que se referia à política regional, o Prata continuava a ser o principal ponto de interesse do Brasil no continente, seguido pelas questões de definições de fronteira, em especial, a amazônica e, por conseqüência, a região do Pacífico. Já em relação às grandes potências do norte, as pendências estavam relacionadas ao tráfico de escravos e às pressões norte-americanas pela abertura à navegação internacional dos rios da bacia amazônica.

Ainda que alguns problemas fossem resolvidos, como aquele relacionado ao tráfico negreiro, cuja elaboração da Lei Eusébio de Queirós pôs fim ao desentendimento com os britânicos, uma questão um tanto complicada surgia para o Império: a Confederação Argentina de Juan Manuel Rosas.

A condução da política externa da Confederação Argentina cabia ao presidente da província de Buenos Aires que, desde o início da década de 1840, era exercida por Juan Manuel Rosas. A atuação de Rosas vinha preocupando o Império devido ao desejo dele em restaurar as fronteiras do antigo Vice-reinado do Prata, que seria alcançado através da anexação do Uruguai e Paraguai. Essa pretensão do caudilho argentino, evidentemente, contrariava os interesses brasileiros no Prata, fato que gerou, por parte do Império, um enorme desejo pela deposição de Rosas. A oportunidade de destituir Rosas veio em 1850, quando uma revolta no interior argentino, liderada pelo general Urquiza, exigia o fim da hegemonia de Buenos Aires no governo da Confederação Argentina. Em 1851 o Império liderou uma coligação de forças – composta pelas províncias argentinas de Entre-Ríos e Corrientes, pelo Paraguai e pelos *colorados* uruguaios – para intervir militarmente no Estado Oriental e depor o governo *blanco* de Oribe, aliado de Rosas no Prata. Vitoriosa no Uruguai, a coligação liderada pelo Império marchou para Buenos Aires e depôs Rosas em fevereiro de 1852. A partir desse momento a Confederação Argentina passou a ser governada por Urquiza, aliado do Império no Prata.

Antes mesmo desses acontecimentos, o Império buscou aproximar-se das repúblicas vizinhas, temendo que essas interpretassem a sua intervenção no Uruguai e na

⁷⁹ Idem. p.93.

Confederação Argentina como um ato de hostilidade às nações republicanas. Além disso, a maior parte das fronteiras do Brasil estava indefinida, o que poderia motivar uma ação armada dos vizinhos a fim de obter vantagens territoriais sobre o Império em guerra. Nesse contexto, o Brasil, com o propósito de resolver todas essas questões, deu início a uma ofensiva diplomática, enviando Missões Especiais aos países vizinhos. Em 1851, foi confiada a Duarte da Ponte Ribeiro a “Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela” com a intenção de buscar um estreitamento das relações entre o Império e os países do Pacífico, de modo a apaziguar os ânimos nas fronteiras, além de obter o apoio, ou ao menos a neutralidade, desses países no impasse com Rosas.⁸⁰ Segundo Villafañe G. Santos, as instruções do chanceler brasileiro, Soares de Souza, a Duarte da Ponte Ribeiro eram claras sobre esse último ponto:

O fim principal da missão de Vossa Senhoria é destruir e contrariar as insídias de Rosas, explicar a política larga, franca e generosa do Governo Imperial, bem como os fatos que deram lugar ao rompimento diplomático que pode ser considerado como precursor de uma guerra. Quando esta rebente convém que o direito do Brasil seja conhecido, e que a sua causa, identificada com as das repúblicas do Uruguai e Paraguai tenha simpatias entre outras Nações da América.⁸¹

Como é possível verificar através da passagem acima, o principal objetivo da referida missão foi fazer com que os países vizinhos não repudiassem a investida brasileira no Prata. A vitória sobre Rosas foi rápida e, para tanto, não suscitou protestos dos países americanos.

O objetivo imediato da Missão fora atingido. Entretanto, novas questões surgiram naquele momento. O governo dos Estados Unidos, já havia algum tempo, pressionava o governo Imperial pela abertura da navegação internacional da Bacia Amazônica. Ao governo brasileiro não interessava fazer esta concessão, uma vez que entendia que a navegação e os limites territoriais deveriam ser discutidos conjuntamente, cabendo o direito à livre navegação, se fosse o caso, apenas aos países ribeirinhos. Com a finalidade de discutir essas questões, a Missão Especial de Ponte Ribeiro foi dividida em 1852. Duarte da Ponte Ribeiro ficaria responsável pelas negociações com o Chile, a Bolívia e o Peru, enquanto que Miguel Maria Lisboa iria iniciar os diálogos com a Venezuela, com Nova Granada e com o Equador.

⁸⁰ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da Organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: UNB, 1983, p. 90.

⁸¹ Instruções à Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico. In: SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. Op. cit. p. 78.

Seguindo a orientação do governo imperial, que considerava como o Chile o país mais influente da costa do Pacífico, Duarte da Ponte Ribeiro iniciou sua missão nesse país, chegando a Santiago em maio de 1851. Nessa cidade estabeleceu contato com o encarregado brasileiro no Chile, Juan da Costa Rego Monteiro, nesse posto desde 1849, quem mantinha bons contatos com o governo chileno, fato que certamente faria diferença frente à missão.⁸²

Em contato com o governo chileno, Ponte Ribeiro se desfez das preocupações sobre a possibilidade de um apoio ativo dessa república a Rosas, pois os chilenos deram garantias de sua neutralidade na questão. Sobre isso, Ponte Ribeiro remeteu uma nota ao Rio de Janeiro, afirmando que:

os papéis de Rosas têm aqui poucos leitores; que os chilenos não simpatizam com este; o Governo [chileno] censura a política seguida por ele a respeito das repúblicas do Paraguai e Oriental, e reprova a arrogância com que inculca ser sustentador dos princípios americanos, como se para isso tivesse carta branca dos outros Governos deste continente.⁸³

Portanto, como consta no fragmento acima, os chilenos não tinham qualquer interesse em apoiar a política de Rosas. Caso esse caudilho obtivesse sucesso no projeto de “reconstituir” o Vice-Reino do Prata⁸⁴, o Chile, possivelmente, teria dificuldades em resolver suas pendências limítrofes com a Confederação Argentina, na medida em que ela teria condições de se impor aos chilenos.

Garantida a neutralidade chilena nas questões platinas, Ponte Ribeiro dirigiu-se ao Peru a fim de renovar dois tratados, firmados em 1841, entre essa república e o Império.⁸⁵ Em Lima, Duarte Ponte Ribeiro, em nome do governo brasileiro, firmou o “Tratado de Comércio, Navegação Fluvial, Extradicação e Limites” com o Peru, em outubro de 1851.⁸⁶ Esse tratado, segundo Synesio Sampaio Goes Filho, teve demasiada importância, uma vez que foi o primeiro tratado pelo qual o Império adotou o princípio do *uti possidetis* para o estabelecimento dos limites bilaterais. Além disso, o tratado também introduziu uma nova forma de negociar os limites, ou seja, de apenas com uma república por vez, embora pudesse

⁸² Juan da Costa Rego Monteiro assumiu o posto de Encarregado de Negócios do Império em fevereiro de 1849 permanecendo no posto até abril de 1863.

⁸³ Instruções à Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico. In SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. Op. cit. p. 77.

⁸⁴ No período colonial o Vice-Reino do Prata era formado pelos atuais territórios da Argentina, Paraguai, Uruguai e a porção meridional da Bolívia.

⁸⁵ Os dois tratados firmados entre ambos os países eram o Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação e o Tratado de Limites e Extradicação. Esses tratados não foram ratificados, pois, o Congresso Peruano e o governo brasileiro não os consideraram pertinentes naquele momento.

⁸⁶ O referido tratado foi ratificado pelo governo peruano no mês seguinte e pelo governo brasileiro em outubro de 1852.

haver mais de uma república disputando a soberania da região limitada; também iniciou uma prática de trocar a livre navegação do Amazonas por vantagens territoriais.⁸⁷ Em decorrência desses aspectos, o tratado de limites com o Peru foi favorável ao Império, que anexou um território de aproximadamente 76.500 km² (o que corresponde ao território do Panamá)⁸⁸ na região amazônica.

Celebrado o Tratado entre Peru e Brasil, Duarte da Ponte Ribeiro dirigiu-se à Bolívia com o intuito de iniciar as negociações sobre a definição da fronteira com esse país, por meio do princípio do *uti possidetis*. Chegando ao país andino nos primeiros dias de 1852, Ponte Ribeiro não conseguiu alcançar seus objetivos, na medida em que o presidente Manuel Isidoro Belzú⁸⁹ era simpático à causa de Rosas e não tinha qualquer interesse em colaborar com a diplomacia brasileira, naquele momento. Percebendo a indisposição do governo boliviano para o diálogo, Ponte Ribeiro voltou ao Brasil dando por encerrada sua missão no Pacífico.

A missão especial nas repúblicas do Pacífico foi um dos acontecimentos mais importantes da diplomacia brasileira da década de 1850, pois foi nessa missão que as diretrizes das relações bilaterais, em especial nas questões de litígio fronteiriço, passaram a se nortear pelo princípio do *uti possidetis*, prática que perduraria até os anos finais do Império brasileiro. A atuação de Ponte Ribeiro foi muito significativa, já que o diplomata, além de ser experiente por conhecer a maioria dos países sul-americanos como representante do governo brasileiro, tinha um profundo conhecimento sobre os tratados coloniais e sobre a geografia americana. A missão de Ponte Ribeiro, originalmente criada para dar suporte à política brasileira no Prata, acabou por ganhar cores próprias ao iniciar um relacionamento mais ativo com o Chile e por firmar um tratado de limites com o Peru, sendo assim um marco nas relações do Império com as Repúblicas do Pacífico.

2.1. A diplomacia brasileira em meio às guerras da Tríplice e Quádrupla Aliança

A década de 1860 foi um período de grandes conflitos na América do Sul. No rio da Prata, a política externa do Estado paraguaio levou o Brasil, a Argentina e o Uruguai a unirem forças contra o ditador paraguaio Solano López, fato que resultou na Guerra do

⁸⁷ GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 217.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Militar do exército boliviano chegou a presidência em 1848 permanecendo até 1855.

Paraguai. Enquanto isso, do outro lado dos Andes, uma intervenção militar da esquadra espanhola, no Peru, levou as repúblicas do Pacífico a se unirem com o intuito de afastar o “fantasma da recolonização”⁹⁰, na conhecida Guerra da Quádrupla Aliança. Apesar de tão distintos em seus motivos e circunstâncias, esses conflitos acabaram por alterar as relações diplomáticas entre as repúblicas do Pacífico e o Império, deixando as relações mais tensas entre Brasil e Chile, e resultando no rompimento das relações do Império com o Peru.

É importante destacar que a Guerra da Quádrupla Aliança, travada entre as repúblicas do Pacífico e a Espanha, foi motivada pela presença de uma frota espanhola nas águas do Pacífico que, após um desentendimento com o governo peruano, acabou por ocupar as ilhas Chincha, pertencentes àquela república em abril de 1864. Esse ato de força do governo espanhol para com o Peru recebeu protestos do governo chileno que, em 25 de setembro do mesmo ano, declarou guerra à Espanha, atitude seguida pela Bolívia, pelo Equador e pelo Peru. Após alguns combates travados entre a frota espanhola e as armadas do Peru e do Chile, a esquadra espanhola, antes de se retirar do Pacífico, bombardeou os portos de Callao e Valparaíso, encerrando, assim, as hostilidades nas águas do Pacífico, em maio de 1866.

Acerca desse conflito, o que nos interessa aqui é discutir como ficaram as relações diplomáticas entre os países americanos e, mais especificamente, entre Brasil e Chile. Logo após os primeiros incidentes em 1864, o governo brasileiro, em resposta às notas do governo chileno e peruano, declarou-se neutro na contenda e o próprio chanceler brasileiro ofereceu os bons ofícios brasileiros para solucionar a questão que, até aquele momento, envolvia apenas o Peru e a Espanha.⁹¹

Sobre o impasse hispano-peruano, Francisco Adolpho Varnhagen, que era o encarregado de negócios do Império brasileiro no Peru, Chile e Equador desde o ano 1863, teve uma postura diferente da do governo.⁹² Para tanto, em relação à ocupação das ilhas Chinca pelos espanhóis, o encarregado brasileiro, que naquele momento se encontrava em Santiago do Chile, acabou por emitir, conjuntamente com o governo chileno, um protesto contra o governo espanhol, em decorrência da atuação da esquadra espanhola na América. Essa postura americanista de Varnhagen não foi aprovada pela chancelaria brasileira, que

⁹⁰ Expressão utilizada por Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos.

⁹¹ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. Op. cit. p. 91.

⁹² Francisco Adolpho Varnhagen iniciou sua carreira diplomática em 1843 como adido de primeira classe em Portugal. Posteriormente representou o Brasil na Espanha até ser nomeado ministro residente no Paraguai em 1859. No ano de 1861 representou o Brasil simultaneamente na Colômbia e Venezuela até que em 1863 foi nomeado encarregado de negócios do Brasil no Chile, Peru e Equador permanecendo no posto até 1868. Ver in: VALLADÃO, Alfredo. *Brasil e Chile na época do Império: amizade sem exemplo*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959. p.111-120.

havia se declarado neutra na questão e, desse modo, via no protesto de seu encarregado a quebra dessa neutralidade, por entender que ele tomava partido em prol das repúblicas americanas.

É bem possível que a atitude de Varnhagen não tenha sido apenas política, mas também tenha tido um cunho pessoal, uma vez que ele, além de casado com uma chilena, mantinha bom relacionamento na alta sociedade chilena, tendo, inclusive, contato com renomados intelectuais, como Diego Barros Arana e Andrés Bello.

Pouco depois da declaração de Varnhagen de apoio ao Chile, o governo chileno encaminhou José Victorino Lastarria, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, ao Rio de Janeiro, a Montevideu e a Buenos Aires, com o objetivo de buscar apoio a favor da causa das repúblicas do Pacífico frente ao impasse com a Espanha. Naquele momento, todas as atenções do governo brasileiro estavam voltadas ao Uruguai, lugar onde o Império mantinha uma intervenção militar a fim de garantir seus interesses estratégicos na região platina.⁹³ Dessa forma, o governo chileno acreditava que o Brasil só o apoiaria caso fosse resolvido o impasse brasileiro com o Uruguai. Assim sendo, nas instruções de Lastarria constava uma orientação para que o chileno oferecesse a mediação do Chile à questão brasileiro-uruguaia. Além do mais, como forma de angariar o apoio brasileiro na questão, o ministro chileno proporia ao governo brasileiro a realização de um tratado comercial pelo qual as embarcações, com bandeiras de ambas as nações, teriam tarifas preferenciais se comparadas às de países terceiros. Contudo, os objetivos chilenos com relação ao Brasil não se concretizaram, nem em relação à proposta comercial, uma vez que, desde a década de 1840, o Império não firmava tratados comerciais preferenciais com outras nações, nem com relação à disposição chilena de mediar o impasse brasileiro-uruguaio.

A respeito da missão de Lastarria no Brasil, o historiador chileno Juan José Fernández afirmou que essa teria sido um fracasso por conta da falta de tato do encarregado chileno para a função. Ainda, segundo o historiador, Lastarria era um anti-monarquista convicto, o que teria dificultado o seu entendimento com o governo imperial.⁹⁴ Embora Lastarria não tenha alcançado seus objetivos no Brasil, certamente isso não se deveu às suas convicções políticas, ou ainda ao desempenho de sua função, como interpreta o historiador

⁹³ A chamada Guerra contra Aguirre foi uma intervenção militar do Império do Brasil no Uruguai entre os anos de 1864 e 1865. Essa intervenção tinha por objetivo depor o governo do Partido *Blanco*, que tinha iniciado uma série de hostilidades a população brasileira em seu território e na província brasileira do Rio Grande do Sul, e contribuir para a criação de um novo governo no Uruguai composto pelo Partido *Colorado*, simpático a política do Império na região.

⁹⁴ FERNANDEZ, Juan José. *República de Chile y El Império Del Brasil: história de suas relaciones diplomáticas*. Santiago: Andrés Bello, 1959. p. 47-48.

acima referido. Nesse período, o Império estava muito mais preocupado com os acontecimentos no Prata do que com a intervenção espanhola no Pacífico e, além do mais, não tinha por que mudar sua posição neutra acerca dessa questão. Portanto, a missão de Lastarria dificilmente obteria êxito, uma vez que a intervenção brasileira no Uruguai fora seguida do início do conflito com o Paraguai, inviabilizando, por vez, qualquer engajamento da diplomacia brasileira no Pacífico.

Embora a missão de Lastarria no Brasil não tenha conquistado os objetivos por ela propostos, de acordo com o historiador brasileiro Alfredo Valladão ela teve sua importância, na medida em que o chileno iniciou um frutífero contato com os círculos da intelectualidade imperial, dando assim outro sentido a sua missão no Brasil. Como a maioria dos diplomatas da época, Lastarria era um publicista, sobretudo na área do direito. Tal fato o aproximou do presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, o Visconde de Sapucaí, a quem remeteu o seguinte ofício:

O Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da República do Chile tem a honra de saudar o Exmo. Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e oferecer-lhe para a biblioteca do Instituto uma coleção dos documentos de Estatística do Chile(...). Havendo deliberado o Conselho Universitário do Chile, por proposta do infra-assinado, remeter ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, suas publicações para estabelecer assim uma permuta das obras mais importantes de ambos os países (...). O Infra-assinado junta também algumas de suas próprias obras, esperando se digne aceitá-las o Instituto, como testemunho de seus respeitos, e tenho o prazer de subscrever-se, do Exmo. Sr. Presidente obscuramente servidor.⁹⁵

Como pode ser verificado, Lastarria procurava criar um trânsito de obras entre as principais instituições literárias do Brasil e do Chile, a fim de aproximar, culturalmente, esses dois países. Segundo Valladão, a atitude de Lastarria foi pioneira e contribuiu para criar um “intercambio cultural”⁹⁶ que, com o passar dos anos, foi sendo ampliado a ponto de Lastarria, no ano de 1871, ser nomeado sócio correspondente do IHGB, evidenciando que sua relação com o Brasil não se restringiu à época de sua missão na década de 1860.

Fica claro que as relações entre chilenos e brasileiros eram amistosas no meio político-intelectual. Quanto às relações diplomáticas entre Chile e Brasil, novos acontecimentos, no decorrer da Guerra entre Espanha e as repúblicas do Pacífico, acabaram por alterar as relações entre o Império e o Chile, que passaram a ser marcadas por uma crescente tensão.

⁹⁵ VALLDÃO, Alfredo. Op. cit. p. 104 -105.

⁹⁶ Idem.

Desde o início da Guerra da Quádrupla Aliança o Império buscou manter-se neutro, por entender que o conflito entre a Espanha e suas ex-colônias apenas dizia respeito a elas. Contudo, o bombardeio espanhol ao porto chileno de Valparaíso, em março de 1866, levou a diplomacia brasileira a manifestar um protesto ao governo espanhol:

A esquadra de S. M. Católica que hostiliza a República do Chile, bombardeou a cidade de Valparaíso, destruindo propriedade chilena pública e particular, e propriedade particular pertencente a súditos e cidadãos de potências neutras. Este ato de excessiva e desnecessária hostilidade produz no Brasil a mais penosa impressão. (...) [Valparaíso] Não era uma praça de guerra; era uma cidade comercial, e encerrava, além de propriedade inimiga inteiramente inofensiva, propriedade estrangeira e neutral de valor considerável. A sua destruição em nada aproveitara à Espanha; não tirava recursos do inimigo nem influía direta ou indiretamente no êxito da guerra. Bombardeando aquela cidade, prejudicou a Espanha principalmente aos interesses neutrais e estabeleceu um precedente fatal, que não pode ser sancionado nem pelo silêncio das demais nações. Todas elas devem protestar, e o Brasil protesta.⁹⁷

O protesto brasileiro à chancelaria espanhola deixa claro que o Brasil, apesar de se declarar neutro no conflito hispano-americano, não era indiferente aos acontecimentos da guerra, uma vez que se solidarizou com os chilenos, que tiveram o seu principal porto bastante avariado por conta de uma atitude de força desproporcional dos espanhóis. Essa atitude do Itamaraty, de certa forma americanista, poderia aproximar o Brasil e o Chile por conta do Império pressionar a Espanha sobre o ocorrido em Valparaíso. Contudo, o desenrolar dessa questão acabou por distanciar esses dois países.

Em meados de 1866, após bombardear Valparaíso e Callao, parte da frota espanhola ancorou no Rio de Janeiro, onde foi reparada e reabastecida. Por conta disso, chilenos e peruanos remeteram vários protestos ao governo imperial, por entenderem que o Brasil, ao receber navios de guerra espanhóis em seus portos, estaria quebrando a sua neutralidade na Guerra da Quádrupla Aliança. Os protestos chilenos e peruanos se fundamentavam em duas questões. A primeira, no temor de que a esquadra espanhola, após a estada no Brasil, voltasse ao Pacífico para dar continuidade ao conflito. Já a segunda, consistia na crença de que a monarquia brasileira, pelos seus próprios aspectos institucionais, fosse solidária à causa da Coroa espanhola na América.

Devido aos protestos chilenos e peruanos, a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança criou um novo foco de tensão nas relações entre o Império e o Chile. Juntamente aos protestos, contra a suposta quebra da neutralidade brasileira no conflito hispano-americano,

⁹⁷ LIB em Madri: Despacho de 11/05/1866. In. VALLADÃO, Alfredo. Op. cit. p. 122.

logo se somariam reclamações aos termos do Tratado da Tríplice Aliança impostos ao Paraguai.

A primeira manifestação dos chilenos e peruanos frente à Guerra do Paraguai partiu de seus representantes no Brasil e na Argentina, Benigno Vigil (peruano) e José Victorino Lastarria (chileno) que, juntos a esses governos, em meados de 1866, propuseram uma possível mediação coletiva das Repúblicas Aliadas do Pacífico (Peru, Chile, Bolívia e Equador) no conflito platino. Contudo, tanto o governo argentino como o brasileiro rechaçaram tal proposta por entenderem que a queda de Solano López era fundamental para o equilíbrio do Prata. Assim sendo, qualquer armistício com o país guarani seria impossível.

Depois do Brasil e da Argentina recusarem a mediação do governo chileno e peruano, na referida questão do Prata, Peru e Chile passaram a remeter protestos ao Itamaraty. No caso específico dos chilenos, seus protestos dirigiram-se, sobretudo, à referida questão dos navios espanhóis em portos brasileiros. Essa atitude do governo chileno demonstrou sua grande preocupação com essa questão, uma vez que, mesmo depois da saída desses navios espanhóis do Pacífico, o presidente José Joaquim Pérez⁹⁸ discursou no Congresso Chileno sobre aqueles acontecimentos, como é possível conferir na seguinte passagem:

É lamentável que os Governos do Brasil e do Uruguai não tivessem atendido como era de se esperar, as reclamações e protestos das legações do Chile e do Peru contra o asilo concedido nas costas daqueles países às forças navais do inimigo. Estes haviam convertido, com a tolerância de ambos os Governos, os portos de Montevidéu e do Rio de Janeiro em postos militares. Sua retirada daqueles postos termina com um abuso que cuja repetição não poderia ser tolerada por nossa parte.⁹⁹

De acordo com o historiador Juan José Fernández, a atitude da diplomacia chilena frente ao Brasil se explicaria pela defesa dos interesses nacionais, articulados com certos “postulados morais e doutrinários”, que podem ser resumidos no fato de os chilenos acreditarem ser o “foco divulgador da justiça e do americanismo no continente”.¹⁰⁰ Essa interpretação dos acontecimentos, por parte do governo chileno, teria levado a uma maior aproximação com seu principal antagonista do Pacífico, o Peru, e ao distanciamento do Brasil, país com quem mantinha boas relações há um bom tempo.

A interpretação de Fernández mostra-se pertinente, já que nos permite concluir que a postura da diplomacia chilena frente à brasileira, naquele momento, guiava-se mais por suposições do que por fatos concretos. A atitude do governo chileno em enfatizar a estada de

⁹⁸ Eleito e reeleito presidente do Chile pelo Partido Liberal governando o país de 1861 a 1871.

⁹⁹ LIB em Santiago: Ofício reservado nº 8. 15/06/1867. In. FERNÁNDEZ, Juan José. Op. cit. p. 60.

¹⁰⁰ Idem, p. 61.

navios espanhóis no Rio de Janeiro e ignorar o protesto brasileiro remetido à Espanha, deixou claro que a sua diplomacia se equivocou no entendimento dos fatos, o que, conseqüentemente, abalou as relações com o Brasil. O entusiasmo americanista chileno, que se devia à união das repúblicas do Pacífico contra a madre-pátria, não permitiu que sua diplomacia interpretasse o protesto brasileiro aos espanhóis como um sinal de que o Império não incentivava a ação espanhola no Pacífico. Na verdade, naquele momento, qualquer atitude do Brasil que não fosse um apoio irrestrito às repúblicas do Pacífico, seria mal interpretada pelos chilenos, os quais viam com ressalvas a neutralidade brasileira na questão.

Assim, podemos dizer que o foco das tensões entre a diplomacia chilena e a brasileira, na década de 1860, decorreu de uma postura doutrinária da diplomacia chilena frente à Guerra da Quádrupla Aliança, o que acabou por gerar uma desconfiança frente à neutralidade brasileira na questão. Os vários protestos chilenos sobre o ancoramento da frota espanhola, no Rio de Janeiro, perduraram até fins de 1867, quando, finalmente, os espanhóis retornaram a sua pátria, afastando assim qualquer possibilidade de reiniciar os ataques nas repúblicas do Pacífico. O governo chileno, seguro de que a Guerra da Quádrupla Aliança chegava ao fim, aos poucos, voltou a se aproximar do Brasil, quando, nos anos de 1870, novas tensões do Brasil e do Chile com a Argentina motivaram uma maior aproximação entre esses dois países como forma de conter o país platino.

2.2. As alianças estratégicas na América do Sul

Os cinco anos de conflito contra o Paraguai deixaram profundas marcas no Império, em especial no campo econômico, já que o governo assumiu uma grande dívida com credores europeus, a fim de tentar quitar o enorme déficit no tesouro nacional, equivalente a 11 vezes o orçamento total do país do ano de 1864.¹⁰¹ Essa complicada situação financeira, somada ao início de uma crise política, motivada pela ampliação do movimento republicano, acabou contribuindo para acelerar a crise do regime monárquico nas décadas de 1870-1880. Em meio a essa delicada situação interna, o Império precisava repensar a sua política externa, com o propósito de evitar que um novo conflito internacional surgisse para que, assim, a monarquia brasileira pudesse concentrar-se na resolução de seus problemas domésticos. Nesse sentido, a principal preocupação da diplomacia brasileira foi a Argentina, com quem o Brasil

¹⁰¹ DORIATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 456..

ainda possuía pendências limítrofes que poderiam motivar uma ação mais incisiva dos argentinos contra o Império. Além disso, a diplomacia brasileira desconfiava de um expansionismo político e territorial dos argentinos no Prata, o que poderia prejudicar os interesses estratégicos do Brasil nessa região, que se resumiam, basicamente, na livre-navegação na Bacia Platina.

Terminada a Guerra contra o Paraguai, a diplomacia brasileira atuou de modo a evitar que a Argentina anexasse o Chaco paraguaio, como estava previsto no Tratado da Tríplice Aliança de 1865.¹⁰² A principal ação do Império, nesse sentido, foi assinar o Tratado de Paz em separado com o Paraguai, em 1872, anexando, assim, a área litigiosa que mantinha com aquele país localizada entre o Rio Iguaré e a Serra do Maracajú. Através desse mesmo tratado, o Império reconhecia o direito do Paraguai sobre o Chaco, descumprindo, portanto, o Tratado da Tríplice Aliança, pelo qual o Chaco era considerado território argentino.¹⁰³ É evidente que a Argentina, diante dessas circunstâncias, protestou a iniciativa brasileira, fato que não alterou a posição do Império sobre os termos do Tratado de Paz.

A atuação da diplomacia brasileira em procurar conter a Argentina ocorreu anteriormente ao término da Guerra do Paraguai. Para isso, o Brasil buscou uma maior aproximação com a Bolívia, motivada pela indefinição das fronteiras do Brasil com esse país, e também pelo esforço da diplomacia imperial em melhorar o seu relacionamento frente às repúblicas do Pacífico, que estava abalado em decorrência da eclosão da Guerra Tríplice Aliança e do posicionamento brasileiro frente à Guerra da Quádrupla Aliança. Como já vimos anteriormente, as relações do Império estavam meio abaladas com o Chile e o Peru, por sinal, os dois mais importantes e influentes da costa oeste do Pacífico. É claro que essa situação era incômoda ao Brasil, na medida em que não queria acumular novos desafetos, sobretudo em período de guerra.

A fim de tentar contornar essa situação desagradável com os vizinhos do Pacífico, o Império articulou uma reação diplomática, buscando promover uma maior aproximação com esses países. O primeiro ato do Itamaraty, nesse sentido, foi promover a separação da “Legação do Brasil no Peru, Chile e Equador” ficando, assim, a partir do início de 1867, um agente diplomático fixo em cada um desses países, o que garantiria ao Império uma presença

¹⁰² O referido tratado firmado entre Brasil, Argentina e Uruguai, estabelecia as condições que seriam impostas ao Paraguai quando o conflito terminasse como a definição da fronteira desse país com Brasil e Argentina, com a concessão de parte do território guarani para ambos, e o compromisso dos Aliados de assinarem a paz conjuntamente com o Paraguai. Ambas essas resoluções foram descumpridas pelo governo brasileiro.

¹⁰³ Ver in: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul: Da tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 43-69.

mais incisiva em todos eles.¹⁰⁴ O segundo ato da diplomacia brasileira foi enviar missões especiais à Bolívia e à Colômbia, com o objetivo de fixar os limites territoriais com esses países, utilizando-se, para isso, do princípio do *uti possidetis*. Dessas missões, o Império obteve êxito na missão boliviana, a qual foi dirigida pelo deputado Felipe Lopes Neto que, em março de 1867, depois de rápidas negociações, firmou o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradição entre Brasil e Bolívia. Com esse Tratado, o Império definia a extensa fronteira com o país andino, fato que pôs fim a uma antiga preocupação da diplomacia brasileira.

Enquanto as diferenças do Império com a Bolívia já estavam resolvidas, com o Peru a situação fora mais delicada, na medida em que o governo peruano remeteu vários protestos contra a atuação do Brasil nas Guerras da Tríplice e Quádrupla Aliança. Esses protestos acabaram por irritar Varnhagen, o representante brasileiro em Lima, que, em julho de 1867, acabou pedindo o seu passaporte, rompendo, dessa forma, as relações entre o Império e o Peru. Para tanto, as relações entre ambos os países ficaram suspensas até setembro de 1869, quando Torre Bueno, o novo representante peruano junto ao governo brasileiro, apresentou suas credenciais à chancelaria brasileira, reatando, assim, as relações entre as duas nações.¹⁰⁵ Pouco tempo depois, o próprio Imperador do Brasil enviou uma nota ao governo peruano oficializando a retomada das relações entre os dois países, e comunicou que o novo representante brasileiro em Lima, Felipe José Pereira Leal, já estava a caminho à referida capital. O fato de o próprio Dom Pedro II remeter uma nota à capital peruana, evidencia o quanto o governo brasileiro desejava reatar as relações com o Peru, certamente por entender que o bom relacionamento com as nações vizinhas era de fundamental importância para a segurança nacional.

Nesse período, o bom andamento das relações diplomáticas do Império brasileiro não se estendia apenas ao Peru, mas também ao Chile. A liquidação das questões relativas à Guerra da Quádrupla Aliança serviu para que os chilenos buscassem, novamente, um maior entendimento com o Brasil, que igualmente tinha um amplo interesse de aproximar-se àquele país. O motivo desse interesse mútuo devia ao fato de esses dois países possuírem um antagonista comum: a Argentina.

¹⁰⁴ O decreto 3.758 do ano de 1866, e o decreto 3.808 do ano seguinte garantiram o desmembramento da Legação Imperial no Peru, Chile e Equador. As três novas Legações passaram a ser representadas por Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada no Chile, por Ignácio de Avellar Barbosa da Silva no Equador e no Peru o encarregado era Varnhagen, que já se encontrava em Lima. Ver in: SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. Op. cit. p. 87-109.

¹⁰⁵ Torre Bueno foi enviado ao Brasil por ordem do novo presidente peruano general Canesco, que decidira cancelar todas as decisões tomadas pelo seu antecessor, coronel Prado, inclusive no que se referia ao rompimento das relações com o Império. Ver In: SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. Op. cit. p. 108.

Um dos fatos que elucidam esse esforço de aproximação entre o governo do Chile e o governo do Brasil ocorreu no ano de 1871, quando o diplomata brasileiro, Felipe Lopes Neto, que já havia regressado de sua missão na Bolívia, se estabelece em Santiago a fim de iniciar uma permuta de publicações científicas entre o Chile e o Brasil. Como expõe Alfredo Valladão, Lopes Neto deu continuidade à iniciativa de Lastarria, ou seja, ao “intercâmbio cultural” promovido entre Chile e Brasil até os anos finais do Império. O primeiro gesto de Lopes Neto, nesse sentido, foi oferecer à Biblioteca Nacional de Santiago uma coleção de obras brasileiras composta por cerca de 4 mil volumes¹⁰⁶. Em meados do mesmo ano, a Universidade do Chile, em retribuição à doação de Lopes Neto, enviou para o IHGB duas coleções de obras chilenas acompanhadas de uma carta assinada pelo Sr. Barros Arana, reitor da Universidade, que afirmava:

Pela conduta do Sr. Felipe Lopes Neto, tenho a honra de enviar a V.S. três caixotes de publicações chilenas que o Conselho da Universidade do Chile resolveu enviar ao Instituto Histórico do Brasil. Ao celebrar este acordo, o Conselho deseja que este primeiro envio sirva para iniciar relações entre as duas corporações consagradas ao culto das letras e as ciências, que por meio deste trânsito de publicações possam conhecer mutuamente os progressos políticos, literários e sociais de ambos os Estados.¹⁰⁷

Além de promover um intercâmbio de obras literárias entre Chile e Brasil, Felipe Lopes Neto também acabou por criar laços entre as instituições literárias chilenas e brasileiras, para que, dessa forma, o trânsito de obras e de intelectuais fosse duradouro. Acerca disso, Lopes Neto indicou importantes membros da intelectualidade chilena, como José Victorino Lastarria, Miguel Luis Amunátegui, Diego Barros Arana e Benjamín Vicuña Mackenna, para serem sócios correspondentes do IHGB, indicação aceita pela referida instituição. A partir desse fato, passou a existir uma considerável permuta de obras literárias entre o IHGB e as instituições chilenas, com especial destaque para a Universidade do Chile e a Academia de Belas Letras do Chile.¹⁰⁸

O “intercâmbio literário” entre Chile e Brasil evidencia que as tensões, até então existentes devido às guerras da década anterior, já haviam sido superadas ocorrendo, até mesmo, uma reaproximação diplomática entre eles. Essa reaproximação se fazia necessária no novo contexto político-estratégico do pós-guerra, quando novos conflitos emergiram entre os

¹⁰⁶ VALLADÃO, Alfredo. Op. cit. p. 139.

¹⁰⁷ Idem, p. 139-140.

¹⁰⁸ A Academia de Belas Letras do Chile foi fundada no ano de 1873 pelos Srs. José Victorino Lastarria, Miguel Luis Amunátegui, Diego Barros Arana e Benjamín Vicuña Mackenna, os mesmos que eram sócios correspondentes do IHGB no Chile, o que sem dúvida facilitou o contato com a instituição brasileira. Ver in: VALLADÃO, Alfredo. Op. cit. p.150-152.

países sul-americanos. No Prata, a rivalidade entre o Império e a Argentina voltava à tona, e passava a ser a principal preocupação de ambas as diplomacias. Por outro lado, no Pacífico, o fim da guerra contra a Espanha levou as antigas repúblicas aliadas a uma tumultuada disputa sobre o deserto do Atacama, rico em recursos minerais. Em virtude dessas disputas, a década de 1870 foi marcada pela tentativa desses países em articular alianças político-militares no continente.

As possibilidades de formação de alianças eram inúmeras, pois boa parte dos países sul-americanos possuía disputas territoriais em aberto. Nesse sentido, podemos destacar o Chile, na medida em que a maioria de suas fronteiras não havia sido definida. Ao norte do Chile, na região do deserto do Atacama, Peru e Bolívia disputavam uma área em litígio; enquanto ao sul e a leste do Chile, a posse da Patagônia e dos estreitos do sul era o ponto de recorrente discórdia entre chilenos e argentinos.

Diante desse confuso cenário, em meados do ano de 1872, o representante chileno no Brasil e na Argentina, Guillermo Blest Gana, informou ao chanceler brasileiro que o presidente argentino, Domingo Faustino Sarmiento, buscava formar uma aliança junto aos governos do Chile, do Peru e da Bolívia contra o Império. Imediatamente após o recebimento dessa informação, o governo brasileiro procurou conferir junto aos diplomatas residentes nos referidos países a autenticidade da informação.¹⁰⁹ A fim de esclarecer essa situação, o representante brasileiro no Chile, Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, em audiência com o chanceler chileno Adolfo Ibáñez, o indagou sobre a veracidade da referida aliança contra o Império. Como resposta, o chanceler chileno disse que não tinha meios para provar tal informação, e procurou tranquilizar o brasileiro ao afirmar que “os interesses do Chile estavam hoje intimamente ligados aos do Brasil em tudo que se referisse a Confederação Argentina e a Bolívia, com os quais tem o Chile questões pendentes de limites”.¹¹⁰ Ibáñez aproveitou a ocasião para propor ao encarregado brasileiro a formação de uma aliança chileno-brasileira contra a Argentina e contra a Bolívia, hipótese refutada por Aguiar de Andrada, que não via vantagens por entender que o Chile era um “país pobre, [que] não poderia sustentar os gastos de uma guerra em terras longínquas”.¹¹¹ Além disso, as relações do Império com a Bolívia eram amistosas, não tendo o Brasil, assim, qualquer motivo para hostilizar o vizinho.

¹⁰⁹ FERNANDEZ, Juan José. Op. cit. p.68.

¹¹⁰ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/2). Ofícios reservados n. 1, de 04/05/1872. In: SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. Op. cit. p. 119.

¹¹¹ Idem.

Em meio à preocupação brasileira sobre a formação de uma suposta liga antibrasileira entre as repúblicas sul-americanas, o governo boliviano declarou não haver recebido qualquer proposta nesse sentido e, muito pelo contrário, afirmou que “só do Império a [Bolívia] espera o apoio que necessita contra as exageradas pretensões da República Argentina sobre o Chaco e contra a sua política ambiciosa”.¹¹² Em razão da referida declaração do governo boliviano, a diplomacia brasileira descartou a possibilidade de a Argentina conseguir formar uma ampla aliança contra o Império, já que tanto a Bolívia como o Chile tinham pendências fronteiriças com os argentinos, o que inviabilizaria um entendimento imediato entre essas nações. No desenrolar desses acontecimentos, as relações do Brasil com o Chile e com a Bolívia ocorriam de forma amistosa, ao contrário do que se dava nas relações desses países com a Argentina, como evidencia as declarações do governo chileno e boliviano mencionadas acima.

Mesmo assim, a formação de alianças no continente voltou à cena em meados do ano de 1873, preocupando, particularmente, Brasil e Chile. O principal motivo que deixara intrigada a diplomacia brasileira fora o fato de as tensões entre o Império e a Argentina terem aumentado no pós-guerra, o que poderia levar a diplomacia argentina a articular a formação de uma *entente* contra o Brasil. Já para os chilenos, a principal preocupação era de que Bolívia, Peru e Argentina se unissem para reivindicar a posse dos territórios que possuíam em litígio com o Chile.

Foi em meio a esse clima de desconfianças de chilenos e brasileiros em relação aos argentinos, que o presidente Sarmiento convocou uma sessão secreta do congresso argentino. Essa sessão acabou chamando a atenção do representante brasileiro e do encarregado chileno no Rio da Prata, Barão do Araguaia e Blest Gana, respectivamente, que procuravam, a todo custo, descobrir a pauta dessa reunião, a fim de manter seus governos informados dos últimos acontecimentos. Ambos os diplomatas iniciaram uma investigação sobre o assunto e chegaram à conclusão de que as sessões secretas destinavam-se a discutir um projeto de aliança entre Argentina, Peru e Bolívia.¹¹³ De posse de tal informação, a chancelaria brasileira, preocupada com a possibilidade dessa suposta aliança ser evocada contra o Império, instruiu seus diplomatas em Lima e em La Paz para que buscassem averiguar o seu real teor. O mistério só foi desvendado pelo representante brasileiro em Lima, Filipe José Pereira Leal que, nos últimos dias do ano de 1873, em conversa com o chanceler peruano, José Riva Agüero, fora informado de que o objetivo da tal aliança era reprimir a

¹¹² LIB em La Paz. In: AHI (211/2/20 Ofício confidencial. n. 4, de 28/06/1872. In: Idem. p. 120.

¹¹³ FERNANDEZ, Juan José. Op. cit. p.71-72.

ambição territorial do Chile frente ao rico litoral boliviano e peruano. Além do mais, como prova de que tal aliança não seria direcionada ao Brasil, o chanceler peruano confiou o texto do tratado secreto ao brasileiro por vinte e quatro horas, para que esse pudesse passar informações precisas do conteúdo do tratado ao Itamaraty.¹¹⁴ Com o tratado em mãos, Pereira Leal comunicou ao governo brasileiro o conteúdo desse tratado secreto, assinado em 1873 pelo Peru e pela Bolívia, com a possibilidade de a Argentina integrar o mesmo, uma vez que os argentinos também possuíam pendências territoriais com os chilenos.

Mesmo depois de estar a par do que se passava entre os referidos países sul-americanos, o governo imperial iniciou uma nova estratégia, a fim de evitar que aquela aliança, em algum momento, pudesse ser direcionada contra o Brasil. Essa estratégia se fundamentava em duas ações. A primeira consistia em uma aproximação diplomática com o governo chileno, como forma de contrabalancear as ações da diplomacia argentina e, assim, evitar uma conflagração geral no continente. Já a segunda, procurava pressionar o governo da Bolívia e do Peru para que eles incluíssem uma cláusula no determinado tratado de forma que o mesmo não fosse evocado contra o Brasil. A fim de atingir esses objetivos, a chancelaria brasileira instruiu os seus representantes em Santiago, Lima e La Paz para que tomassem as medidas necessárias.

Em março de 1874, o ministro brasileiro em Santiago, João Duarte da Ponte Ribeiro, seguindo as orientações do Império, informou ao governo chileno sobre a existência do tratado secreto entre Peru e Bolívia, bem como os objetivos nele contidos, ou seja, a existência de uma aliança para “conter” a ação chilena no Pacífico.¹¹⁵ Porém, nesse momento, o governo chileno já havia tomado nota do referido tratado, mas, de qualquer modo, agradeceu à iniciativa da diplomacia brasileira e ainda propôs a Ponte Ribeiro a formação de uma aliança semelhante entre Chile e Brasil.

Para os chilenos, a aliança com o Brasil era fundamental, dada a possibilidade de o país se envolver em uma guerra em todas as suas fronteiras, com Peru, Bolívia e Argentina.

¹¹⁴ Idem, p. 72.

¹¹⁵ João Duarte da Ponte Ribeiro era filho do diplomata Duarte da Ponte Ribeiro, e iniciou a sua carreira diplomática, ao lado de seu pai, na Missão Especial para as repúblicas do Pacífico em 1851, ocupando o cargo de adido de 1º classe. Foi o encarregado de negócios do Império no Peru entre os anos de 1858 e 1859. Depois, foi nomeado encarregado de negócios no Chile, cargo que ocupou de 1874 até 1881, quando foi promovido a ministro residente da Bolívia em 1881, ficando no cargo até 1884 quando realizou uma missão especial no Uruguai como ministro plenipotenciário encerrando, posteriormente, a sua carreira diplomática. In: AHI, GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário Biobibliográfico de diplomacia, política externa e direito internacional*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1938, p. 397-398.

Seguindo as orientações do Rio de Janeiro, Ponte Ribeiro recusou a proposta chilena, fato que, ao que tudo indica, não abalou as relações entre os dois países.¹¹⁶

O motivo da recusa brasileira era muito simples, ou seja, o Brasil não possuía qualquer interesse no Pacífico que justificasse uma intervenção armada. Além disso, o país estava demasiadamente desgastado devido à Guerra do Paraguai e não possuía meios materiais para iniciar outro conflito que, de certo, não teria apoio da opinião pública e ainda contaria com um maior número de opositores ao regime. Em virtude disso, o Império, ao invés de reagir à pretendida aliança com uma contra-aliança, procurou fazer com que a Argentina não aderisse à aliança formada entre Peru e Bolívia ou, ao menos, que essa aliança não fosse direcionada contra o Império. A fim de atingir esse objetivo, a diplomacia imperial exigiu dos governos peruano e boliviano garantias formais de que o tratado não atingiria o Brasil¹¹⁷.

Todas as tensões e preocupações envolvendo uma conflagração geral foram minimizadas apenas com a assinatura de um novo tratado de limites entre Bolívia e Chile, em agosto de 1874. Esse tratado limitava a fronteira entre os dois países no paralelo 24° Sul e isentava de qualquer reajuste tributário as indústrias chilenas entre os paralelos 23° Sul e 25° Sul nos próximos 25 anos. A fixação da fronteira entre Chile e Bolívia, somada à não adesão da Argentina ao Tratado Secreto de 1873, serviu para aliviar as tensões no continente, na medida em que, aparentemente, as discussões em torno da formação de alianças e contra-alianças tinham sido superadas.

Diante desse quadro de apaziguamento, o Chile e a Argentina ainda não haviam encontrado uma solução para a disputa que travavam pela posse da Patagônia e dos Estreitos do Sul. Essa questão já havia sido discutida entre os dois países no ano de 1872, quando o governo chileno enviou uma missão especial à Argentina a fim de resolver o impasse. Contudo, o ministro plenipotenciário chileno não obteve êxito uma vez que não chegou a um acordo com o governo argentino.¹¹⁸

¹¹⁶ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. Op. cit. p. 122-124.

¹¹⁷ Sobre essa questão, o ministro brasileiro na Bolívia, Leonel Martiniano, alegou que dificilmente a Argentina aderiria à aliança peruano-boliviana, uma vez que a Bolívia disputava com a Argentina a posse do Chaco. Idem. p. 124-125.

¹¹⁸ O Ministro chileno Félix Frias exigia que a fixação da fronteira da Patagônia fosse marcada no paralelo 45° e, caso ambos os países não alcançassem o entendimento a questão deveria ser submetida a um árbitro. O governo argentino refutou ambas as propostas com base em títulos da Coroa espanhola que determinavam os limites do Vice-reino da Prata no século XVIII, alegando assim que a patagônia era território argentino e que poderia ser dividida nesses termos com os chilenos. Ver in: EYZAGUIRRE, Jaime. *Breve história de las fronteras de Chile*. Editorial Universitária S. A: Santiago, 1967, p. 79-80.

No ano de 1876, o governo chileno fez uma nova tentativa de firmar um acordo fronteiriço com a Argentina, ao nomear um de seus mais renomados intelectuais, Diego Barros Arana, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário na Argentina e no Brasil. O ministro chileno recebeu instruções de tentar estabelecer um tratado com o governo argentino que submetesse a posse da Patagônia e dos estreitos do sul à arbitragem internacional. Porém, mais uma vez, a proposta chilena foi recusada pelo governo argentino, o que levou Barros Arana a retirar-se da Argentina e dirigir-se ao Brasil em meados de 1877.¹¹⁹

A vinda de Barros Arana ao Brasil tinha especial significado, pois, na medida em que as negociações com a Argentina foram frustradas e as tensões entre chilenos e argentinos aumentavam, a diplomacia chilena tinha necessidade de manter, mesmo que aparentemente, boas relações com o Império. Dessa forma, os argentinos teriam temor em tomar uma atitude de força em relações aos chilenos.

A escolha de Barros Arana pelo governo do Chile certamente não foi aleatória, já que ele era uma pessoa conhecida na corte brasileira desde 1858, quando, voltando de uma viagem à Europa, se estabeleceu no Rio de Janeiro por alguns meses, firmando contato com membros da intelectualidade brasileira. Além disso, o chileno foi reitor, durante dez anos, da Universidade do Chile, instituição que manteve uma constante permuta de obras literárias com o IHGB, como já foi mencionado anteriormente. Esse intercâmbio entre as instituições lhe rendeu o título de sócio-correspondente do IHGB, tornando-se uma figura de renome na instituição brasileira.¹²⁰

No Rio de Janeiro, Barros Arana procurou ampliar os laços entre os governos do Chile e do Brasil, sobretudo no que se referia aos campos intelectual e literário, como ao incentivar um maior trânsito de intelectuais entre os dois países. Depois de pouco tempo de permanência no Brasil, Arana foi convocado pelo governo chileno a retornar a Buenos Aires, a fim de reiniciar as negociações com o governo argentino acerca das questões limítrofes. Essa atitude da diplomacia chilena explica-se pela crença de que algo poderia ser resolvido com a Argentina, naquele momento, em que o presidente argentino, Nicolás Avellaneda, havia conseguido ampliar sua base de apoio no Congresso Argentino, fato que, aos olhos chilenos, poderia resultar na elaboração de um novo tratado que seria ratificado pelo congresso.¹²¹

¹¹⁹ Idem. p. 80-81.

¹²⁰ Ver in: VALLADÃO, Alfredo. Op. cit. p.163-174.

¹²¹ CISNEROS, Andrés & ESCUDÉ, Carlos. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Grupo Editor Latinoamericano: Buenos Aires, 2000, capítulo 33. Extraído do site: <<http://www.argentina-rree.com>>, acessado em 01/04/2010.

Chegando a Buenos Aires, Barros Arana encontrou-se com o novo chanceler argentino, Rufino Elizalde, e depois de uma rápida negociação firmaram um novo tratado, em 18 de janeiro de 1878, o qual propunha como limite entre a Argentina e o Chile a Cordilheira dos Andes, ficando para arbitragem os Estreitos do sul e a Terra do Fogo. No entanto, esse tratado foi rechaçado pelo governo chileno, para o qual a Patagônia também deveria ser alvo de arbitragem e não apenas os territórios do sul. Esse ato do governo chileno gerou grande descontentamento em Buenos Aires, o que levou o presidente Avellaneda a retirar a sua legação de Santiago e, assim, romper relações diplomáticas com o Chile.¹²²

Com o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, mais uma vez as tensões entre os chilenos e os argentinos aumentaram, situação amenizada no final de 1878, com a assinatura de um novo tratado de limites. Dessa vez, a iniciativa de firmar tal tratado partiu do encarregado argentino em Santiago, Mariano Sarratea, que junto ao chanceler chileno, Alejandro Fierro, firmaram o Tratado Fierro-Sarratea, em 6 de dezembro daquele ano. Esse tratado previa a formação de um tribunal arbitral misto formado por representantes de ambos os países e de uma terceira nação, a serem escolhidos, posteriormente, para determinar a fronteira entre as nações.

Apesar de o tratado ser uma iniciativa de Buenos Aires, foi o Congresso Chileno que se apressou por ratificá-lo, em janeiro de 1879. Tal fato se explica pelas crescentes tensões entre Chile e Bolívia pelas fronteiras do Atacama, o que poderia levar ambos os países a um conflito armado. Desse modo, o governo chileno tinha pressa em acertar os seus limites territoriais com a Argentina para reduzir a possibilidade de uma guerra em todas as suas fronteiras. Por outro lado, o Congresso Argentino dava sinais de não ratificar o tratado de limites, gerando uma profunda preocupação em Santiago, já que a não definição dos limites entre Chile e Argentina poderia levar esses países ao campo de batalha.

¹²² Idem.

CAPÍTULO 3. O IMPÉRIO E A GUERRA DO PACÍFICO

Depois de termos feito um panorama das relações diplomáticas entre o Brasil e as repúblicas do Pacífico, procuramos, no presente capítulo, tratar dessas relações ao longo do conflito, objetivo central dessa pesquisa. Dos países envolvidos na ação bélica, demos um maior destaque ao Chile, país com o qual o Brasil teve um relacionamento mais intenso no período da guerra. A fim de melhor compreendermos as relações diplomáticas de ambos os países, utilizamos como fonte os ofícios da Legação Imperial do Brasil em Santiago.

3.1. O início da guerra e a neutralidade brasileira

No final do século XIX, tudo levava a crer que as crescentes tensões entre Chile e Argentina pela posse da Patagônia e dos Estreitos do Sul culminariam numa guerra. Essa questão se iniciara na década de 1840 e chegara ao fim dos anos de 1870 sem solução. Nem mesmo a assinatura do Tratado Fierro-Sarratea entre esses dois países, em 1878, tinha amenizado a situação. Mas, apesar do acirramento das relações entre chilenos e argentinos, o Chile, no início de 1879, entrou em conflito com a Bolívia e não com a Argentina.

O ponto de discórdia entre La Paz e Santiago baseava-se sobre a aplicação do Tratado de 1874, através do qual o governo boliviano, em troca da fixação da fronteira no paralelo 24°, tinha se comprometido a não reajustar os impostos das empresas chilenas no Atacama, até 1899. Contudo, o congresso boliviano aprovava um imposto de 10 centavos sobre o quintal de salitre exportado pela província de Antofagasta, ameaçando encampar os bens das empresas chilenas que não pagassem o novo imposto. As empresas e o governo chileno protestaram o pagamento de tal imposto, alegando o não cumprimento do tratado firmado entre os dois países anos antes, fato que acabou por agravar a situação entre eles.

Toda essa questão envolvendo o salitre do Atacama teve uma grande repercussão no meio diplomático e na imprensa sul-americana. Jornais do Rio da Prata e do Brasil noticiavam, em detalhes, o acirramento das relações entre chilenos e bolivianos. No meio diplomático essa questão era discutida na medida em que poderia levar os países andinos ao campo de batalha. Além do mais, ainda existia a possibilidade de a Argentina intervir na questão contra o Chile, dadas as disputas territoriais entre esses dois países.

Considerando as possibilidades acima descritas, ainda havia outra questão que poderia gerar complicações regionais: a formação de alianças e contra-alianças. O fato de, ao

mesmo tempo, Bolívia e Argentina possuem pendências com o Chile, talvez os levassem a formar uma aliança militar contra Santiago. Por outro lado, a Argentina tinha, igualmente, questões territoriais pendentes com os chilenos e também com o Império, o que poderia levar o Brasil e o Chile a se unirem contra Buenos Aires.

De qualquer forma, a questão chileno-boliviana merecia atenção dos países sul-americanos, em especial do Império, que temia a formação de alianças no continente. Dessa forma, era necessário que os encarregados de negócios brasileiros ficassem atentos a essas questões envolvendo chilenos, bolivianos e argentinos, para que pudessem comunicar à chancelaria brasileira qualquer acontecimento que pudesse pôr em risco os interesses do Império no continente. É evidente que em meio a essas tensões entre Chile, Bolívia e Argentina, o encarregado brasileiro em Santiago ocupou uma função de especial destaque, pois a ele cabia a função de comunicar como andavam as relações entre esses países bem como as possibilidades de guerra ou de formação de alianças.

Assim, o encarregado de negócios do Império em Santiago, João Duarte da Ponte Ribeiro, cumprindo o seu papel, notificou o Itamaraty sobre o aumento das tensões entre chilenos e bolivianos:

A imprensa ocupa-se de um assunto de bastante gravidade que está sendo ventilado atualmente entre os Governos do Chile e da Bolívia. (...) Depois da troca das notas, tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., que pareciam conduzir os dois estados a um conflito, assegura-se que o Governo da Bolívia, apoiando-se em uma das estipulações do mesmo tratado, vai declarar que seja esta controvérsia submetida á decisão de um árbitro.¹²³

Nesse ofício, o representante brasileiro fez um breve histórico dos acordos firmados entre a Bolívia e o Chile, ilustrando, inclusive com periódicos chilenos anexados, as principais cláusulas do Tratado de Limites de 1874 e a decisão do governo boliviano em reajustar o imposto sobre as exportações de salitre em Antofagasta. Ponte Ribeiro viu com gravidade a questão, a ponto de mencionar a possibilidade de um conflito, minimizada pela crença em uma resolução diplomática para a questão.

Contrariando as expectativas de Ponte Ribeiro, o desfecho não ocorreu por via diplomática. Pois, pouco tempo depois do envio do referido ofício à Chancelaria Brasileira, a situação em Antofagasta agravou-se, já que o governo boliviano lançou um ultimato às empresas chilenas, exigindo o pagamento do imposto sobre o salitre sob pena de confisco dos bens das empresas inadimplentes. Diante dessa situação, os chilenos não demonstraram

¹²³ Legação Imperial do Brasil (LIB) em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 1, de 13/01/1879.

qualquer temor, tanto que logo após as cobranças bolivianas, em 14 de fevereiro de 1879, o governo chileno enviou três de seus navios de guerra para bloquear o porto boliviano de Antofagasta, procurando, portanto, pressionar o governo de La Paz para anular o ultimato¹²⁴.

Como é sabido, no meio diplomático, quando um país usa de um ato de força, seja uma declaração de guerra ou ainda a ocupação militar de um território, como fizera o Chile na província boliviana de Antofagasta, esse país procura remeter notas aos países amigos dando explicações sobre tal iniciativa, de modo a justificar sua atitude. Assim sendo, o governo chileno, pouco depois de suas tropas ocuparem o litoral boliviano, enviou uma nota ao governo imperial, datada de 18 de fevereiro de 1879, justificando a invasão e a ocupação da província boliviana. De posse da referida nota, o representante brasileiro em Santiago, João Duarte da Ponte Ribeiro, concluiu que a situação entre chilenos e bolivianos se agravava a ponto de a possibilidade de guerra vir a ser um fato concreto. Preocupado com o acirramento da situação, o encarregado brasileiro remeteu uma declaração ao governo chileno demonstrando o seu pesar pela situação conflituosa na qual se encontrava o Chile. Uma cópia da declaração redigida por Ponte Ribeiro foi enviada, por meio de um ofício, ao Chanceler brasileiro Sinimbú, documento no qual o representante brasileiro em Santiago declarou:

o pesar com que o Governo imperial veria perturbada a tranqüilidade dos dois países amigos e a esperança de que o Governo chileno não poupará ainda os meios decorosos, a seu alcance, para afastar as calamidades da guerra entre as nações vizinhas. Ao expressar esse voto, teria em vista, não somente desvanecer a idéia que nos compromete, muito geral neste país, de que o Brasil correrá em seu auxílio no caso de uma conflagração geral, para sustentar o equilíbrio americano, mas ainda chamar a atenção deste Governo sobre os perigos que poderá encontrar na aliança indicada no Despacho Reservado N.º 2, de 17 de fevereiro de 1874".¹²⁵

Nessa declaração remetida ao governo de Santiago, Ponte Ribeiro buscou deixar claro ao governo chileno que o Brasil não tomaria parte no conflito, contrariando, assim, as expectativas de algumas lideranças chilenas, para as quais o Brasil se uniria ao Chile para conter a possível *entente* entre Bolívia, Peru e Argentina e, dessa forma, garantir o equilíbrio na região. De fato, essa fora uma interpretação recorrente na imprensa sul-americana da época, que via na crescente tensão da Argentina com o Chile e o Brasil uma possibilidade de aliança dos últimos para frear as pretensões “expansionistas” dos argentinos sobre a

¹²⁴ Ver In: RAZOUX, Pierre. La Guerra del Pacífico (1879-1884). *Istor*, Cidade do México, ano VI, n 21, Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE). 2005, p.110, extraído do site: <<http://www.istor.cide.edu>>, em 15/06/2009.

¹²⁵ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 4 de 24/03/1879.

Patagônia, os Estreitos do Sul e a região do Palmas.¹²⁶ Ponte Ribeiro, além de afastar a possibilidade de um posicionamento mais incisivo da diplomacia brasileira na questão, alertou aos chilenos sobre os riscos de um conflito armado com a Bolívia, dada à existência de uma aliança militar entre bolivianos e peruanos, sobre a qual o governo brasileiro já havia notificado às autoridades chilenas em um despacho de fevereiro de 1874.

Em função desse alerta, podemos dizer que Ponte Ribeiro, apesar de ressaltar a neutralidade brasileira no imbróglio do Atacama, tomou uma posição favorável ao Chile quando ressalvou a existência de uma aliança militar entre Bolívia e Peru e, para tanto, deixou claro que se preocupava diante de um possível confronto envolvendo o Chile. Essa postura do diplomata brasileiro talvez se explique pelo fato de o mesmo estar em Santiago desde 1874, quando tomou posse do cargo de encarregado de negócios do Império, e, nesses anos que habitava a capital chilena, ter criado laços de amizade e simpatias com os chilenos, fato que certamente o deixaria preocupado com as conseqüências de uma guerra para a nação chilena.

A possível aliança entre Bolívia e Peru fora um tema freqüente nos meios diplomáticos sul-americanos. Com o agravamento das tensões entre Chile e Bolívia, o Peru, vendo-se pressionado pelo Tratado de 1873 firmado com a Bolívia, teria que agir em favor dela no caso de uma conflagração militar. A fim de evitar o conflito, a diplomacia peruana ofereceu sua mediação ao impasse em torno do salitre do Atacama, enviando a Santiago, em fevereiro de 1879, o ministro plenipotenciário José Antônio Lavalle.

O ministro peruano desembarcou em 4 de março no porto de Valparaíso, onde, segundo o historiador Jorge Basadre, “encontrou uma multidão ameaçadora e uma imprensa sumamente hostil”, a ponto de, dias após sua partida para Santiago, o consulado peruano em Valparaíso ter sido saqueado pela população local.¹²⁷ Essa tamanha hostilidade da opinião pública chilena ao ministro Lavalle devia-se ao fato de a imprensa chilena noticiar que o Peru não estaria interessado em mediar o conflito, mas sim em ganhar tempo para se armar para a guerra. Apesar do ambiente desfavorável, o governo chileno aceitou a mediação do ministro peruano, que encontrou dificuldades para se entender com as autoridades chilenas, as quais exigiam, para aceitar a negociação de paz, a manutenção do *status quo*, ou seja, a permanência de tropas chilenas no litoral boliviano. Por outro lado, o diplomata peruano exigia dos chilenos a desocupação imediata da província boliviana para negociar um possível armistício. Havia ainda outra questão, o conhecimento por parte dos chilenos do Tratado

¹²⁶ Ver no próximo capítulo desta dissertação exemplos de artigos no periódico *Província de São Paulo*.

¹²⁷ BASADRE, Jorge. *Historia de la República del Peru*. Ed. Universitaria, Lima 1983, p. 23.

Secreto de 1873, o qual previa uma aliança militar entre Peru e Bolívia no caso de um conflito armado contra uma terceira potência.

No desenrolar desses acontecimentos, o presidente chileno Aníbal Pinto e o Chanceler chileno Alejandro Fierro, em um encontro com José Antônio Lavalle, apresentaram as condições dos chilenos para cessar as hostilidades em território boliviano e também o indagaram sobre as disposições do Tratado Secreto de 1873. Em resposta, o plenipotenciário peruano afirmou que desconhecia a existência desse tratado e que, portanto, não tinha condições de tecer qualquer comentário sobre esse assunto.¹²⁸ O fato é que essa conferência foi decisiva para o curso dos acontecimentos, pois era evidente que tanto o governo chileno como o ministro peruano sabiam da existência do Tratado Secreto de 1873. Desse modo, a resposta negativa de Lavalle quanto à existência do tratado serviu para aumentar as desconfianças de Santiago sobre a iniciativa mediadora de Lima.

O historiador peruano Jorge Basadre tentou justificar a atitude do plenipotenciário peruano frente à indagação de Fierro sobre o Tratado Secreto de 1873, afirmando que: “Ele [Lavalle] ignorava oficialmente sua existência porque um ministro público não sabe oficialmente exceto o que oficialmente lhe foi comunicado ou o que se indica em suas instruções ou nas comunicações oficiais a ele dirigidas”.¹²⁹ Para Basadre, o ministro Lavalle sabia da existência de tal tratado mas, como representante de governo, desconhecia tal documento, certamente por este não estar inserido em suas instruções, tendo, portanto, que negar aos chilenos essa informação. Fica evidente que o fato de o historiador Jorge Basadre ser peruano contribuiu para essa sua visão dos acontecimentos, ou seja, isentar a diplomacia peruana de qualquer contribuição no desenvolvimento da Guerra.

Essa visão de Basadre deve ser questionada por sua parcialidade, já que a mediação peruana na questão chileno-boliviana estava comprometida com uma das partes. Desse modo, os chilenos relutavam em aceitar a mediação do Peru, país aliado de seu inimigo, a Bolívia. Logo, o resultado da missão diplomática de Lavalle, desde o seu início, estava fadado ao fracasso.

Apesar das dificuldades, Lavalle fez um último esforço, com vistas a resolver o impasse, quando se encontrou com o senador Domingo Santa María, conselheiro pessoal do presidente e líder do Partido Liberal no Congresso chileno. Nessa conversa, ficou clara a postura ponderada de Lavalle que, indagado sobre um possível fracasso de sua mediação,

¹²⁸ Ver In: BARROS, Mario. *Historia diplomática de Chile (1541-1938)*. Barcelona: Ediciones ariel, 1970.p. 336, e BASADRE Jorge. Idem, p. 29-30.

¹²⁹ Idem, p. 30.

declarou que “sendo sua missão especial para um objeto dado, não podia conhecer qual seria a política de seu governo caso essa missão não tivesse êxito”.¹³⁰ Tal declaração não agradou ao governo chileno, que via com maior desconfiança a iniciativa de Lima.

A situação entre Chile e Peru agravou-se ainda mais quando o ministro chileno em Lima, Joaquín Godoy, comunicou à chancelaria em Santiago que os peruanos estavam organizando sua esquadra e seu exército, bem como já estariam enviando tropas, armas e couraçados para o sul do país. Sobre esse assunto, Godoy enviou a Santiago o seguinte telegrama: “O Governo [peruano] teme a guerra, mas excitado pela opinião faz os preparativos sem decidir-se”. Poucos dias depois dessa mensagem, Godoy enviou um novo telegrama: “Lavalle trata de ganhar tempo. Governo [peruano] acredita contar com blindado italiano”.¹³¹ Assim, as desconfianças passavam a fatos concretos: o Peru se preparava para a guerra e a mediação de Lavalle fracassava.

O plenipotenciário peruano, constatando o agravamento da situação, procurou o representante brasileiro em Santiago em busca de apoio, ou ao menos garantias da neutralidade brasileira na questão. Nesse encontro, Lavalle disse qual era o posicionamento que ele esperava do Brasil em relação ao conflito no Atacama, como segue no trecho abaixo:

O Brasil era, nesse momento, o árbitro da paz ou da guerra. Que, se a generalidade dos seus compatriotas não estava persuadida da sua neutralidade, o Governo peruano contava com ela e que, antes de rotas as relações com o Chile, se o Brasil oferecesse sua mediação, seria por ele acatada com grande contentamento e uniria todos os esforços para aconselhar à Bolívia que aceitasse a conciliação; e como beligerante, se por ventura a isso fosse arrastado pelo Chile, aceitaria essa mediação com prazer.
¹³²

O plenipotenciário peruano enxergava o Brasil como uma peça importante na resolução do impasse do Atacama. Cogitada a possibilidade de um conflito entre Peru e Chile, Lavalle mostrou-se simpático à idéia de o Império atuar como mediador. Para tanto, o representante brasileiro, Ponte Ribeiro, mesmo sem instruções de seu governo, fundamentou da seguinte forma a conduta brasileira acerca da questão do Pacífico:

Já uma vez o Governo Imperial havia declarado categoricamente que não existiam tratados secretos de aliança com o Chile, e que em minha concepção particular, fundada em processos materiais, que o Brasil, leal e sincero amigo do Peru, como é do Chile, corroborada pela ausência completa de interesses que o levam a tomar parte na contenda sustentaria a mais perfeita neutralidade.¹³³

¹³⁰ Idem, p. 30.

¹³¹ Idem, p. 28.

¹³² LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 5, de 07/04/1879.

¹³³ Idem.

Como pode ser notado, Ponte Ribeiro refutou as especulações em torno de uma aliança entre chilenos e brasileiros. O diplomata brasileiro esclareceu que o Brasil possuía ótimas relações com o Peru e com o Chile e, por isso, não teria sentido tomar partido no conflito. Além do mais, a contenda não afetava os interesses do Brasil no continente, não tendo o Império motivos para qualquer intervenção, sendo a neutralidade sua única possibilidade de ação.

Poucos dias após esse encontro com Lavalle, o representante brasileiro foi procurado pelo senador chileno Domingo Santa María que, ao constatar o fracasso da mediação peruana, passou a considerar a guerra como algo concreto e, por isso, procurou aproximar-se do Brasil a fim de buscar uma solução conjunta para essa delicada situação. Sobre esse encontro Ponte Ribeiro escreveu:

O Sr. Santa Maria, intimo amigo do Presidente, veio visitar-me ultimamente e referindo-se às indicações que foram por mim feitas a este Governo, (...), assegurou-me que, pela conversação, que tinha tido com o Pres. Pinto, o Governo do Chile receberia com grande satisfação os oferecimentos de bons ofícios do Governo Imperial, e em curso da conversação, perguntou-me se eu via algum modo de arranjar essa questão.¹³⁴

Assim sendo, Santa María procurou pelo representante brasileiro de forma a deixar claro o desejo de seu governo para que o Império mediasse o impasse com a Bolívia. Ponte Ribeiro já havia oferecido bons ofícios ao governo chileno anteriormente, mas o fizera unilateralmente, ou seja, sem qualquer orientação formal do Rio de Janeiro que, mais tarde, aprovou a iniciativa de seu encarregado. Essa iniciativa de Ponte Ribeiro teve apoio de várias autoridades chilenas que advogavam pela mediação brasileira na questão chileno-boliviana:

Além do Srs. Santa María e Lavalle muitos outros personagens distintos desse país entre os quais estavam os Srs. Victorino Lastarria e Adolfo Ibañez, crêem que o Brasil é, neste momento, o árbitro da situação e, abrigam a esperança de que o Governo Imperial lhe oferecerá os seus bons ofícios para evitar maiores calamidades. (...) o Sr. Sarratea, que acaba de ser aqui reconhecido no caráter de Encarregado de Negócios da República da Argentina, conversando acerca da atual ordem das coisas, disse-me que ia indicar ao seu Governo a conveniência de propor a V.Ex.^a que as duas Potencias unam seus esforços para obter a paz deste lado do continente, oferecendo coletivamente os bons ofícios, quando se apresentar a melhor oportunidade.¹³⁵

¹³⁴ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 5, de 07/04/1879.

¹³⁵ Idem.

O representante brasileiro em Santiago foi procurado por representantes dos governos do Peru e do Chile, que desejavam uma mediação brasileira na questão do Atacama. Porém, vale destacar o encontro de Ponte Ribeiro com o recém empossado representante do governo argentino no Chile, Sr. Mariano Sarratea.¹³⁶ Esse diplomata argentino, em 1878, havia firmado com o chanceler chileno o Tratado Fierro-Sarratea¹³⁷.

Dado o início do conflito no Pacífico, o governo argentino enviou Sarratea a Santiago, pelo fato de ser um diplomata experiente que possuía um bom relacionamento com o governo local, além de uma figura conhecida e respeitada no meio político chileno. O representante argentino procurou Ponte Ribeiro para propor uma mediação conjunta entre Brasil e Argentina na questão, sugestão ouvida pelo brasileiro que não se manifestou a respeito, por não ter, segundo ele, nenhuma orientação formal do Rio de Janeiro sobre o assunto. Contudo, o “silêncio” do encarregado brasileiro tinha outra conotação, visto o evidente o interesse da Argentina em se envolver na questão já que ela tinha uma questão não resolvida com o Chile e poderia, de uma forma ou de outra, tirar proveito do conflito caso participasse de uma mediação. Sarratea sabia que a mediação da Argentina jamais seria aceita por Santiago mas, talvez, uma mediação conjugada com o Brasil fosse bem vista pelos contendores. De certa forma, os cálculos de Buenos Aires podem ser resumidos da seguinte forma: melhor mediar com o Brasil do que não mediar.¹³⁸

Nossa hipótese é que a escolha do Brasil como parceiro de bons ofícios pelos argentinos estava fundamentada em seis pontos: 1) Dos países sul-americanos o Império era o que possuía maior prestígio internacional. 2) Os governos de Chile, Bolívia e Peru nutriam simpatias por uma mediação brasileira por acreditarem em sua neutralidade na questão. 3) O Brasil não possuía qualquer interesse econômico ou estratégico na região. 4) Uma mediação conjunta poderia minimizar a tensão entre os países, que só crescia desde o fim da Guerra do Paraguai. 5) Acabar com as desconfianças do Rio de Janeiro em relação a Buenos Aires, o que lhe poderia render o apoio brasileiro na questão da Patagônia e a resolução pacífica da questão do Palmas. 6) Essa associação afastaria de vez a idéia de uma aliança estratégica entre Chile e Brasil e uma outra de Argentina, Peru e Bolívia.

¹³⁶ Mariano Sarratea era o Cônsul Geral da Argentina no Chile onde se casara com uma chilena e vivera muitos anos.

¹³⁷ Esse Tratado foi firmado em 6 de dezembro de 1878. Para ter validade deveria ser aprovado pelo Congresso de ambos os países. No início de 1879 a Câmara e o Senado chileno o aprovaram. Em agosto do mesmo ano o Congresso argentino não ratificou o referido tratado, voltando às negociações sobre os territórios do sul a estaca zero.

¹³⁸ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 5, de 07/04/1879.

Ponte Ribeiro sabia que os chilenos jamais aceitariam qualquer intromissão argentina na questão tanto que, meses antes, Chile e Argentina quase travaram uma guerra devido à disputa pelos territórios do sul. Além do mais, o Tratado Fierro-Sarratea já havia sido aprovado no Chile enquanto o Congresso Argentino dava sinais de não ratificá-lo, fato que não agradava Santiago. Mas, antes mesmo da proposta argentina de mediação conjunta, o diplomata brasileiro já havia indagado à sua chancelaria sobre a possibilidade de o Império oferecer seus bons ofícios no conflito do Pacífico.

Em 9 de abril de 1879, a chancelaria brasileira enviou instruções aos seus representantes em Santiago, Lima e La Paz para que inquirissem esses governos sobre a possibilidade de o Império do Brasil oferecer os seus bons ofícios, ou mesmo sua mediação, na questão do Atacama.¹³⁹ Entretanto, a oferta brasileira não chegou a tempo de evitar a conflagração, pois, em 5 de abril, o Chile declarou guerra ao Peru. A chancelaria chilena comunicou oficialmente a Legação Imperial em Santiago quatro dias após a declaração de guerra:

Tenho a honra de informar a V.Exa. conforme as ordens especiais recebidas do Exmo. Presidente da República que com data de 5 corrente declarou guerra ao Governo do Peru. As razões que obrigaram o meu governo a tomar essa dura e indispensável resolução serão em breve comunicadas a V.Exa.¹⁴⁰

Coincidentemente, o comunicado chileno chegou à Legação Brasileira em Santiago no mesmo dia em que partiram do Rio de Janeiro as instruções relativas ao oferecimento dos bons ofícios do Brasil na questão. A iniciativa brasileira de auxiliar os países andinos a encontrarem uma solução pacífica para suas divergências chegou tarde demais, já que a guerra havia efetivamente começado.

Ponte Ribeiro, ao receber as novas instruções do Rio de Janeiro, entrou em contato com a chancelaria chilena e marcou um novo encontro com Santa María, agora ministro das relações exteriores,¹⁴¹ quem havia anteriormente solicitado os bons ofícios brasileiros. Nesse encontro, o brasileiro expôs ao ministro o desejo de seu governo em mediar o conflito entre as repúblicas andinas, proposta esta que foi recusada por Santa María que alegou:

¹³⁹ Ver in: SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. Op. cit. p. 135.

¹⁴⁰ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 6, de 21/04/1879. (anexo n.º. 1)

¹⁴¹ Com o início da Guerra do Pacífico, o presidente Pinto indicou novos nomes para o seu gabinete. Várias alterações foram feitas privilegiando a base governista, em especial o Partido Liberal. Foram feitas alterações nos Ministérios da Justiça, Fazenda, Guerra, e nas Relações Exteriores, neste último, foi nomeado como encarregado Domingo Santa María. Todos tomaram posse em 17/04/1879.

muito sentia que eu [Ponte Ribeiro] não me tivesse expressado desse modo antes da declaratória de guerra ao Peru; porque então seu Governo se haveria apressado em acolher-se aos seus bons ofícios como meio salvador; mas que, em vista do estado a que chegaram as coisas, parecia-lhe sumamente difícil, senão impossível já, qualquer solução pacífica.¹⁴²

Santa María, que semanas antes havia solicitado a mediação brasileira na questão, no cargo de ministro das relações exteriores de seu país, negou veementemente qualquer solução pacífica para o conflito. O motivo para essa radical mudança de posição do ministro, no mínimo curiosa, ficou claro no decorrer da conferência com o brasileiro, a quem Santa María confidenciou que, além do Brasil, a Inglaterra também havia oferecido seus bons ofícios ao Chile. Segundo o ministro chileno, tal iniciativa do governo inglês tinha por objetivo “salvar quantiosos interesses de seus nacionais”, o que o levou a oferecer a “mediação com grande empenho e insistência”. Para tanto, o chanceler chileno recusou a proposta inglesa por entender que “somente a poderia aceitar depois de saber se as bases das suas propostas eram compatíveis com as exigências do Chile”.¹⁴³

Essa confiança do ministro chileno ao diplomata brasileiro teve singular significado. Por um lado, mostra que o governo chileno não recusou apenas a oferta brasileira de mediação, mas também a oferta de outros países, com destaque para a Inglaterra.¹⁴⁴ Por outro lado, Santa María deixou claro que a negativa de seu governo versa sobre a mediação do conflito e não sobre os seus possíveis árbitros. Assim, o Governo Imperial não tinha motivos para se sentir desprestigiado, uma vez que a posição chilena naquele momento era favorável à manutenção do conflito com Peru e Bolívia.

O governo chileno estava confiante na vitória contra os Aliados, pois, no primeiro mês do conflito, o Chile já ocupava praticamente todo o litoral boliviano onde controlava uma grande produção de salitre e guano, matérias-primas que geravam importantes recursos para aquele país em tempos de guerra. Além disso, Armada chilena já havia bloqueado o porto de Iquique, um dos principais portos peruanos na região atacamenha. Somada a esse momentâneo sucesso nas armas, a opinião pública chilena estava entusiasmada com a guerra e pedia a continuação da mesma. Nesse cenário, qualquer iniciativa que não privilegiasse o uso da força poderia ser mal recebida na sociedade chilena.

¹⁴² LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 1, de 05/05/1879.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ No início de maio de 1879 o governo do Equador ofereceu-se para mediar o conflito; proposta que foi recusada pela chancelaria chilena.

Foi analisando esses acontecimentos que Ponte Ribeiro, ao que tudo indica, entendeu o porquê da recusa chilena à mediação do conflito, o que ficou evidenciado em um ofício enviado ao Rio de Janeiro, no início de maio, pouco após o encontro com o chanceler chileno:

É certo que as facilidades, que poderia encontrar um mediador, desapareceram no dia da declaratória de guerra ao Peru, e a sua realização. Torna-se mais difícil à medida que nos afastam daquela época. Hoje o Chile é dono quase absoluto das costas do pacífico, onde bloqueia e bombardeia impunemente as povoações peruanas, por consequência, está superior àquela República, que já não tem facilidade para trasladar as suas tropas aos pontos ameaçados, enquanto que o Chile poderá escolher o lugar que mais lhe convenha para desembarcar o seu exército, circunstancia que obrigará o Peru a duplicar os seus armamentos.¹⁴⁵

O autor faz referência à mudança de postura da diplomacia chilena no que se refere à mediação do conflito. Segundo o representante brasileiro, o desejo inicial do governo chileno pela mediação desapareceu após o início das hostilidades com o Peru. A partir desse momento, os vários sucessos bélicos das forças chilenas tornavam cada vez mais distantes as possibilidades de qualquer resolução diplomática para a questão. Dado esse cenário, o Chile, possivelmente, teria meios para impor suas condições aos inimigos. Assim, a diplomacia chilena refutava qualquer proposta de trégua ou acordo por acreditar que obteria maiores ganhos com a guerra.

Outro aspecto interessante sobre a confiança de Santa María a Ponte Ribeiro, em relação à proposta da diplomacia inglesa, baseia-se no modo como o chanceler chileno “rotulou” a iniciativa inglesa, ao afirmar ao brasileiro que o desejo da Inglaterra em mediar o conflito devia-se aos “interesses” econômicos britânicos. Talvez, com isso, o chanceler chileno pretendesse valorizar a iniciativa brasileira pela mediação, ao deixar claro, ao diplomata brasileiro, que o governo chileno reconhecia a boa vontade do governo imperial, o qual gostaria de acabar com a guerra no continente não por meros interesses econômicos, como fizera a Inglaterra. Desse modo, pretendia-se mostrar a Ponte Ribeiro que o Chile reconhecia no Brasil um nobre amigo do qual guardava grande simpatia e respeito, como o próprio Santa María afirmou que “não podia guardar reservas ao Brasil, seu amigo íntimo e sincero”.¹⁴⁶

É verdade que o governo chileno não tinha motivos para não ter boas relações com o governo brasileiro, na medida em que as relações diplomáticas entre esses dois países

¹⁴⁵ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 8, de 05/05/1879.

¹⁴⁶ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 1, de 05/05/1879.

se intensificaram desde o início da Guerra do Paraguai. O trânsito de diplomatas, intelectuais e literatos reforçava a idéia de amizade entre as duas nações. Porém, é certo que essa aproximação se dava pela comunhão de interesse de ambos no Prata, pois, tanto o Brasil como o Chile tinham pendências limítrofes com a Argentina e, portanto, buscaram contê-la. A aproximação desses dois países procurava aumentar o poder de barganha em relação aos argentinos, na medida em que a ameaça de uma aliança militar entre Chile e Brasil poderia intimidá-los.

A atitude de Domingo Santa María, em enfatizar o seu apreço pelo governo imperial, tinha por objetivo plantar um sentimento de confiança no representante brasileiro, o qual se fazia demasiadamente necessário aos chilenos, já que em tempos de guerra surpresas poderiam aparecer a qualquer momento, e contar com aliados como o Brasil seria importante. Nesse sentido, o chanceler chileno indagou Ponte Ribeiro: “Diga-me, meu amigo da Ponte, o que opina, nos ajudaria o Brasil, se nos encontrassem em perigo e atacados por todos os lados?”.¹⁴⁷ Aqui, o chanceler chileno fez uma referência clara de uma possível intervenção militar da Argentina na guerra, e indagou ao brasileiro qual seria a postura de seu governo caso isso ocorresse. Dada essa situação, Ponte Ribeiro evitou comprometer-se, alegando que fora instruído, apenas, para oferecer a mediação aos contendores e que não poderia responder tal questão por não ter instruções sobre esse assunto.

Nessa mesma conferência, o representante do governo brasileiro fora informado pelo ministro chileno sobre a nomeação de José Victorino Lastarria como ministro plenipotenciário do Chile no Brasil, que iria ao Rio de Janeiro com o objetivo de “propor ao Governo Imperial que *contenha* a República da Argentina, até concluir a sua questão com o Peru”¹⁴⁸. O próprio ministro adiantou o objetivo da missão do plenipotenciário chileno a Ponte Ribeiro, ato que talvez demonstrasse a expectativa do Chile em relação à diplomacia brasileira, naquele momento.

Já que a mediação do Brasil na Guerra malograra e provavelmente o Império não interviria militarmente no conflito, a última cartada da diplomacia chilena era empenhar-se em manter um bom relacionamento com o Brasil a fim de “conter” qualquer ação da Argentina na Guerra. Assim sendo, o governo chileno escolheu o Brasil como parceiro nessa tarefa devido ao seu prestígio internacional, ao seu poder bélico e ao interesse – em comum com o Chile – de frear qualquer iniciativa militar ou diplomática da Argentina na América do Sul.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Idem, grifo do autor.

A preocupação do governo chileno, naquele momento, não era acabar com o conflito no Atacama, mas evitar qualquer posicionamento mais ativo da Argentina na questão. Para atingir esse objetivo, o bom relacionamento do Chile com o Império era fundamental. Nesses termos, o Brasil não teria motivos para um maior aborrecimento diante da recusa de sua mediação na contenda.

O Itamaraty, a princípio, não compreendeu a recusa chilena pela mediação brasileira no conflito. Sobre isso, Ponte Ribeiro enviou um breve telegrama à Repartição dos Negócios Estrangeiros no Rio de Janeiro comunicando a negativa do governo chileno aos bons ofícios brasileiros. Esse procedimento era usado com relativa frequência no que se referia aos assuntos mais importantes, uma vez que a comunicação por telégrafo era praticamente imediata, já o trânsito dos ofícios de Santiago para o Rio de Janeiro levava aproximadamente vinte dias. Ao tomar conhecimento do referido telegrama, o próprio Ministro de Estado de Negócios Estrangeiros do Império, Visconde de Sinimbu, solicitou maiores esclarecimentos sobre a recusa chilena ao seu encarregado:

A 29 do dito mês [de abril] recebi o telegrama da véspera em que V.M. me disse – não – respondendo assim ao despacho reservado n.º 1 da 1.ª Seção pelo qual o encarreguei de manifestar ao Governo Chileno a disposição (...) do Brasil de oferecer os seus bons ofícios para se evitarem as calamidades de uma guerra. O referido telegrama quer dizer que o Governo Chileno não aceita a nossa intervenção; entretanto, poucos dias antes, segundo o ofício a que respondo uma das pessoas mais importantes da República, e da intimidade do Presidente, dizia a V.M. que este desejava aquela mesma intervenção (...). Que motivos houve para que o Governo Chileno mudasse tão subitamente de parecer? Convém que este ponto seja bem esclarecido, porque muito curto foi o prazo entre as manifestações dos Srs. Santa María, Lastarria e Ibañez e a negativa comunicada pelo telégrafo. ¹⁴⁹

Nesse despacho, como pode ser conferido, o chanceler Sinimbu indagou Ponte Ribeiro sobre os motivos que levaram a diplomacia chilena a recusar a mediação do Governo Imperial na questão do Pacífico. Possivelmente, o ponto que mais incomodou Sinimbu foi a súbita mudança de posicionamento de Domingo Santa María com relação aos bons ofícios. Pois, se no início do mês de abril daquele ano ele havia demonstrado à Legação Imperial no Chile o desejo pela mediação brasileira na questão com a Bolívia,¹⁵⁰ algumas semanas depois recusou, categoricamente, a mediação do Brasil no conflito. O que intrigava o ministro brasileiro era saber o que levava Santa María e, principalmente, o governo chileno, a mudar de opinião tão rapidamente. Para tanto, novos acontecimentos entre abril e maio de 1879

¹⁴⁹ LIB em Santiago. In: AHI (231/3/13). Despacho reservado n. 7, de 07/05/1879.

¹⁵⁰ Ver in: LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 5, de 07/04/1879.

mudaram os cálculos chilenos. Com a declaração de guerra do Chile ao Peru, em 5 de abril, as operações bélicas no Atacama se intensificaram e o bom desempenho das armas chilenas, no início do conflito, criou uma atmosfera de entusiasmo em Santiago, onde crescia o número de partidários da guerra, inclusive no governo chileno. Assim, o próprio governo passou a acreditar na vitória e a descartar as possibilidades de uma solução pacífica para o impasse no deserto.

Em virtude da grande distância geográfica entre Santiago e Rio de Janeiro, o trânsito dos ofícios e dos despachos levava vários dias para ser concluído, por isso, como já foi dito anteriormente, os diplomatas brasileiros utilizavam o serviço de telégrafo para comunicar as notícias mais urgentes. Dessa forma, o representante brasileiro em Santiago, após enviar uma breve nota telegráfica à Chancelaria no Rio de Janeiro, informando a recusa chilena da mediação brasileira na Guerra, imaginou que o chanceler Sinimbú solicitaria maiores esclarecimentos sobre o assunto e, assim, postou o ofício de nº 8 antes mesmo de Sinimbú os solicitar. Desse modo, podemos dizer que a indagação do Visconde Sinimbu, contida no despacho datado de 7 de maio, anteriormente transcrito, fora respondida por Ponte Ribeiro no ofício reservado nº. 8 de 5 de maio, postado, portanto, dois dias antes da emissão do referido despacho.¹⁵¹

Após o conhecimento desse ofício reservado de 5 de maio, muito provavelmente Sinimbú ficou convencido dos motivos da negativa chilena à oferta de mediação brasileira e concluiu que a guerra iria se desenrolar por mais tempo, sendo qualquer solução pacífica recusada pelos chilenos que, até aquele momento, estavam em vantagem no conflito. Com isso, a manutenção da Guerra do Pacífico exigiria um posicionamento formal do governo brasileiro em relação à mesma e, assim, em 27 de maio de 1879, o Brasil declarou-se formalmente neutro ao conflito envolvendo as repúblicas do Pacífico. Nessa data, o governo imperial dirigiu aos seus chefes de províncias e aos Ministérios da Justiça, Fazenda, Guerra e Marinha uma circular do Ministério dos Negócios Estrangeiros notificando aquela decisão:

Ilm e Exm. Sr. – O Governo do Chile declarou a guerra ao do Peru, como consta de comunicação por ele dirigida ao do Brasil em 12 de abril último, e de fato já se acha em guerra com o da Bolívia.

O Governo Imperial lamenta sinceramente que a questão, que deu causa a essa luta, não pudesse ser resolvida por meios pacíficos, e faz votos para que em breve se restabeçam entre as três Repúblicas as relações amigáveis que tanto interessam aos Estados desse continente.

Como, porém, esse desgraçado estado das coisas possa prolongar-se e trazer-nos questões, para a solução das quais cumpre que V. Ex. esteja convenientemente

¹⁵¹ Ver in: LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 8, de 05/05/1879.

habilitado, recebi ordem de Sua Majestade o Imperador para declarar a V. Ex. que o Governo Imperial resolveu manter-se na mais estrita neutralidade.¹⁵²

Apesar da declaração de neutralidade do Brasil ser publicada aproximadamente dois meses depois do início das hostilidades no Pacífico, o Brasil já se mostrava neutro anteriormente. Desde os primeiros desentendimentos entre Chile e Bolívia, os encarregados de negócios locais faziam esforços pela mediação do impasse. Nenhum dos beligerantes demonstrou qualquer dúvida ou descontentamento com a declaração do Brasil, muito pelo contrário, a notícia foi bem recebida pelos países do Pacífico.

Concomitantemente a isso, a diplomacia chilena deu início a uma série de missões no continente de caráter estratégico, pois, ao mesmo tempo em que buscavam uma aproximação com os vizinhos, procuravam defender os interesses de um país em guerra. Naquele momento, os enviados especiais visavam, basicamente, a conter alguma intervenção na Guerra do Pacífico e a resolver, pacificamente, o litígio fronteiriço com a Argentina. Com o propósito de solucionar essas questões, o governo do Chile nomeou José Manuel Balmaceda como plenipotenciário na Argentina e José Victorino Lastarria como plenipotenciário no Brasil e Uruguai.¹⁵³

Segundo o historiador Mario Barros, Balmaceda liderou uma missão *ad hoc*, aparentemente destinada a pressionar o congresso argentino a ratificar o Tratado Fierro-Sarrete, o qual já havia sido aprovado pelo Congresso Chileno.¹⁵⁴ Embora a resolução da disputa limítrofe fosse desejada pelo governo chileno, o seu principal objetivo, naquele momento, era obter garantias seguras da neutralidade argentina na Guerra do Pacífico. Entretanto, Balmaceda encontrou dificuldades para atingir seus objetivos, já que em Buenos Aires havia uma euforia anti-chilena que ressoava na opinião pública e no congresso argentino. Assim, esperar que o governo argentino tomasse qualquer posicionamento favorável aos interesses chilenos, naquele momento, era quase impossível. O governo chileno já esperava que as negociações de seu plenipotenciário, em Buenos Aires, não seriam nada fáceis, pois, em virtude das disputas limítrofes entre Chile e Argentina, parte da opinião pública argentina mostrava-se sistematicamente contrária a qualquer colaboração com os chilenos. Assim, a diplomacia chilena não poderia apostar num “entendimento” imediato com Argentina

¹⁵² Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1880, anexo n. 1, n.3, p. 11.

¹⁵³ Como já fora mencionado no ofício reservado n. 1 de 5 de maio de 1879, ambos os plenipotenciários chilenos foram nomeados em maio.

¹⁵⁴ Integravam a missão liderada por Balmaceda os Srs. Adolfo Carrasco Albano, Guillermo Puelma Tupper, Ramón Balmaceda e Cornélio Saavedra.

Temendo não obter uma declaração de neutralidade do governo argentino, a diplomacia chilena buscou uma aproximação estratégica com o Brasil, a fim de minimizar qualquer reação mais hostil dos argentinos em relação aos chilenos no subcontinente. Para o Chile, a amizade com o Brasil nunca fora tão necessária como era naquele momento, ou seja, estreitar os laços com o Brasil certamente faria com que os argentinos ficassem temerosos em intervir no Pacífico. Assim, no início de junho, pouco após a declaração de neutralidade brasileira na Guerra do Pacífico ser publicada, o ministro plenipotenciário do Chile no Brasil e no Uruguai, José Victorino Lastarria, chegou ao Rio de Janeiro com a missão de iniciar um diálogo com o Império.

Segundo o historiador e diplomata Luís Cláudio Villafañe, o representante chileno, Lastarria, buscava realizar uma aliança estratégica ou, ao menos, uma “íntima inteligência” com o Brasil, visando a dissuadir a Argentina de intervir na Guerra do Pacífico. Pois, na medida em que o Império e o Chile fossem aliados, os argentinos evitariam envolver-se no Pacífico.¹⁵⁵ Além disso, essa aproximação seria uma forma de contrabalancear as ações da diplomacia peruana sediada em Buenos Aires, a qual procurava atrair o governo argentino à Guerra para lutar contra os chilenos.

Pouco após sua chegada na capital brasileira, Lastarria teve um encontro com o chanceler brasileiro Cansansão de Sinimbú. Nesse encontro, Sinimbú refutou qualquer possibilidade de uma aliança militar com o Chile, argumentando que a política americana do Império, após a experiência negativa da Guerra do Paraguai, pautava-se por manter relações amigáveis e pacíficas com os vizinhos. Sobre a relação entre Brasil e Chile, em particular, Sinimbú afirmou que existia uma aliança natural entre ambos, e que essa tinha possibilidade de aumentar o bom relacionamento entre Rio de Janeiro e Santiago.¹⁵⁶

Essa posição do governo brasileiro gerou certo desapontamento em Lastarria que, algum tempo depois, se dirigiu a Montevideú em busca de um apoio mais sistemático do governo uruguaio à causa chilena. Para Luís Carlos Villafañe, essa atitude do plenipotenciário chileno “foi reprovada pela sua chancelaria, pois esta julgava que a sua simples presença no Rio de Janeiro podia ser interpretada como um sinal de íntima inteligência entre os dois países”.¹⁵⁷ De fato, um dos objetivos da missão de Lastarria, no Rio de Janeiro, consistia em manter a aparência de que havia uma especial amizade, ou ainda, uma aliança entre o Império e o Chile. Com a viagem inesperada de seu plenipotenciário para Montevideú, a diplomacia

¹⁵⁵ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. Op.Cit, p. 136.

¹⁵⁶ Ibid., p. 137.

¹⁵⁷ Idem.

chilena temia que isso pudesse ser interpretado pelos argentinos como um sinal de não entendimento entre Lastarria e a chancelaria brasileira, e que pudesse motivar uma intervenção argentina no Pacífico. Mesmo com essa preocupação chilena acerca da Argentina, Lastarria só regressou ao Rio de Janeiro no final de 1879.

O desapontamento de Lastarria diante da neutralidade brasileira frente à Guerra do Pacífico e a sua conseqüente viagem ao Uruguai colocaram fim a um ciclo de negociações entre o Chile e o Império, que se fundamentava na busca dos chilenos em obter uma aliança estratégica com o governo imperial. Com a recusa da diplomacia brasileira em aderir a tal proposta, o objetivo da diplomacia chilena passou a ser a manutenção do bom relacionamento com o governo brasileiro, como trataremos a seguir.

3.2. A diplomacia brasileira durante o conflito

Depois das tentativas do governo chileno em tornar o Império um aliado na guerra, Ponte Ribeiro passou a remeter ao Rio de Janeiro, basicamente, ofícios que destacavam as principais batalhas e operações bélicas dos beligerantes. Num desses ofícios enfatizou um acontecimento militar de especial importância para o andamento do conflito, a captura do navio transportador chileno Rimac pela marinha peruana, como é mostrado no trecho que segue:

Informei a V. Ex. de que se tinha confirmado o apresamento do transporte “Rimac” (...) tinha sido apresado no dia 23 de julho, perto de Antofagasta, pelos navios de guerra peruanos “Unión” e “Huáscar”. Este sucesso [peruano] causou geral irritação em todo o país e a opinião pública [chilena] não sabendo a quem lançar a culpa desta desgraça, dirige as suas agressões contra o Chefe de Estado e o seu Gabinete. Formou-se imediatamente um *meeting* nas ruas da capital.¹⁵⁸

De acordo com Ponte Ribeiro, a captura do Rimac, por forças peruanas, gerou indignação em Santiago, a ponto de a opinião pública organizar vários protestos contra o governo chileno, que mostravam o quanto setores da população chilena estavam insatisfeitos com a condução do conflito. Essa pressão acabou por gerar uma reforma ministerial, pela qual todo o alto comando da marinha e do exército chileno foi alterado bem como os ministros das pastas de Guerra, Interior e Relações Exteriores.¹⁵⁹ De todas essas alterações, a de maior relevância foi, sem dúvida, a da pasta do Interior, tendo assumido o posto Domingo Santa

¹⁵⁸ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 17, de 25/08/1879.

¹⁵⁹ Ver In: RAZOUX, Pierre. Op. cit. p.115.

María, líder de prestígio no meio político chileno e homem de confiança do presidente Aníbal Pinto. Para assumir esse ministério, Santa María teve de abandonar o posto de Ministro das Relações Exteriores, confiado a Miguel Luis Amunátegui. Pouco tempo após a posse do novo chanceler chileno, Ponte Ribeiro participou de uma reunião na qual lhe seria apresentado o novo ministro das relações exteriores. Sobre esse fato, o diplomata brasileiro relatou:

O Sr. D. Miguel Luis Amunátegui, em data de 21 do corrente [mês], deu-me conhecimento de haver lhe sido a pasta de Relações Exteriores. Ao ir cumprimentar o novo ministro e ao ministro Santa María, estes senhores expressaram-se de modo lisonjeiro para o Brasil, e agradecidos para com o Governo Imperial e todos os brasileiros pela a atenção dispensada ao seu representante, Sr. Lastarria. Agradei-lhes esta espontânea manifestação, assegurando ser esse o sentimento geral de todos os brasileiros, os quais não cessam de elevar seus votos pela prosperidade do Chile e pelo restabelecimento da paz e da tranquilidade entre as nações de nosso Continente, de quem somos igualmente amigos sinceros e leais. Não deixei de assegurar a nossa neutralidade, porque esses senhores empenham-se sempre em que devemos ser os seus aliados, chegando a fazer correr o boato de que o Brasil lhes mandaria a esquadra e 20 mil homens.¹⁶⁰

É importante destacar que esta reunião tinha por objetivo, além de apresentar o novo chanceler chileno ao representante brasileiro, deixar claro que a alteração do chefe da pasta das relações exteriores não alteraria a política de amizade do Chile para com o Brasil.

Como expôs Ponte Ribeiro, aos chilenos não bastava a relação amistosa que havia entre Chile e Brasil, ou seja, insistiam em uma aliança estratégica, a ponto de lançarem boatos na imprensa chilena sobre um suposto apoio militar brasileiro. É certo que, ao espalhar tais boatos, o governo chileno tinha por objetivo evitar que a Argentina, em decorrência das disputas limítrofes com o Chile, interviesse na Guerra do Pacífico em favor dos Aliados, pois, na medida em que Buenos Aires tivesse alguma suspeita sobre a existência de um eixo Santiago/Rio de Janeiro, os portenhos evitariam se envolver em questões além dos Andes.

Frente aos ministros chilenos, Ponte Ribeiro procurou enfatizar que a posição da diplomacia brasileira, em relação ao conflito, era a da mais absoluta neutralidade, fato já conhecido pelos chilenos, mas reforçado pelo representante brasileiro na medida em que circulava o boato da suposta aliança entre ambos. No mesmo ofício em que mencionou o seu encontro com o novo chanceler chileno, Ponte Ribeiro também fez um comentário mais enfático sobre os beligerantes ao afirmar que:

A diferença entre Peru e Chile consiste em que, ali, [Peru] sempre divididos na paz, unem-se como num só indivíduo, durante a guerra, em quanto que os políticos do Chile, sempre unidos na paz, somente cuidam durante a guerra, dos mesquinhos

¹⁶⁰ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 17, de 25/08/1879

interesses pessoais e da política, dando ao patriotismo um caráter de arma de partido. São poucos os abnegados cidadãos, como o Sr. Domingo Santa María e Ambrósio Montt que não dispensam sacrifícios pelo bem público e honra nacional desse país.¹⁶¹

Aqui, o encarregado brasileiro fez uma comparação em relação à postura adotada pelos políticos peruanos e chilenos em meio ao conflito. Segundo o encarregado brasileiro, às vésperas do conflito, portanto no período de “paz”, ao contrário do Peru, onde havia uma constante instabilidade política representada pelos sucessivos golpes de Estado desde a sua independência, o Chile, desde sua emancipação política, fora caracterizado por um período de estabilidade institucional pelo fato de a elite dirigente ter um consenso sobre os rumos do país. No entanto, segundo Ponte Ribeiro, iniciado o conflito, a situação praticamente se inverte, com a elite dirigente peruana atingindo o consenso e a “classe” política chilena, em virtude de seus “interesses pessoais”, promovendo a desunião do país, o que, segundo ele, ficaria evidenciado pelas manifestações populares acerca do apresamento do navio Rimac.

Essa interpretação de Ponte Ribeiro deve ser questionada na medida em que o Peru não era politicamente estável nem antes nem durante o conflito, como ficou comprovado, em dezembro de 1879, quando a oposição pierolista consegue, de fato, derrubar o governo do General Prado¹⁶². No caso chileno, ainda que alguns políticos visassem a desestabilizar o governo como forma de ampliar a sua influência no mesmo, não obtiveram tanto êxito, pois, apesar da reforma ministerial ser ampla, o gabinete do presidente Aníbal Pinto continuou sendo reduto do Partido Liberal, o qual continuou exercendo a hegemonia política no país.

Apesar da agitação política em torno da referida reforma ministerial, em nenhum momento a oposição conservadora ameaçou o predomínio político dos liberais chilenos no controle do país. Provavelmente tenha ocorrido até mesmo o contrário, pois, dado esse contexto, Santa María, líder do Partido Liberal no Congresso, foi empossado Ministro do Interior, cargo de destacada importância no país, o que sem dúvida contribuiu para a consolidação dos liberais na política chilena. Assim, podemos afirmar que Ponte Ribeiro se equivocou na análise da situação política dos beligerantes, uma vez que enquanto no Peru a

¹⁶¹ Idem. Ambrósio Montt era um político chileno que foi deputado federal em quatro legislaturas e era membro Comissão Permanente de Governo e Relações Exteriores do Chile. Extraído do site da Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile: <<http://biografias.bcn.cl>>, acessado, 01/04/2010.

¹⁶² O caudilho Nicolás de Piérola já havia tentado tomar o poder pelas armas em 1874 e 1877, contudo, sem sucesso. No Peru em meio a Guerra do Pacífico havia um grupo de oposição denominado pierolistas que defendiam a posse de Nicolas Piérola no comando do país. Ver In: “El Comercio.pe” *El fin de la leyenda negra: la verdad sobre el viaje del general Mariano Ignacio Prado*, <<http://elcomercio.pe>>, acessado, 11/05/2010.

oposição conseguiu chegar ao poder, no Chile a oposição continuou à margem da política, e os liberais à frente do comando do país.

Outro aspecto interessante da análise do diplomata brasileiro refere-se a sua simpatia para com o chileno Domingo Santa María¹⁶³, quem já havia sido ministro das Relações Exteriores e, nesse momento, ocupava o cargo de ministro do Interior do Chile. Esse homem de grande prestígio político no país, mesmo antes de ser o chanceler chileno, por várias vezes, manteve contato com o representante brasileiro em Santiago, sempre demonstrando seu interesse por uma maior aproximação entre Brasil e Chile. Talvez, esses repetidos e cordiais encontros entre Santa María e Ponte Ribeiro contribuíram para que o brasileiro desenvolvesse uma simpatia em relação ao político chileno, a ponto de elogiá-lo por sua índole no meio político chileno. Nesse sentido, acreditamos que se Ponte Ribeiro aprovava a atitude política de Santa María, uma das principais lideranças do governo, também aprovava a postura do governo chileno em relação às tensões políticas no país e ao andamento do conflito.

A reforma ministerial realizada pelo presidente Aníbal Pinto colocou fim ao período de efervescência política em Santiago. Restabelecida a normalidade no meio político, o Congresso chileno, por sugestão do Executivo, reuniu-se para discutir a aprovação de um novo pacote de tarifas alfandegárias, o qual tinha por objetivo aumentar a arrecadação do país que se encontrava em dificuldades financeiras por conta do conflito no Pacífico. A votação desse projeto do governo no Congresso despertou a atenção de Ponte Ribeiro, pois, caso o mesmo fosse aprovado, poderia prejudicar o comércio da erva-mate brasileira no Chile. Sobre isso o brasileiro escreveu:

Ao tratar da tarifas de alfândega alguns deputados pretendiam que se elevassem os direitos específicos de algumas mercadorias entre as quais foram mencionadas o açúcar, o café e a erva-mate, subindo essa última a 10 centavos por cada kilograma. Felizmente, porém, foi rejeitada a proposta relativa à erva-mate, a qual se chegasse a ser adotada, poderia trazer consigo a desapareção da nossa concorrência no mercado chileno, onde o comércio brasileiro está hoje quase exclusivamente representado por aquela produção.¹⁶⁴

Como podemos perceber a partir do ofício acima, há certa preocupação por parte do diplomata brasileiro a respeito da taxaço dos principais produtos brasileiros comercializados no Chile. Ainda que todos os produtos tivessem a sua importância, como no

¹⁶³ Santa María era senador da República, líder do Partido Liberal no Congresso, conselheiro pessoal do presidente Pinto e era uma das principais lideranças políticas do país, sendo presidente do Chile entre os anos de 1882 e 1886.

¹⁶⁴ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 18, de 08/09/1879

caso do café e do açúcar, o aumento do imposto da erva-mate é que causaria uma maior perda comercial para o Brasil. Embora o café e o açúcar fossem os principais produtos brasileiros comercializados no mercado internacional, a erva-mate, apesar de não ter um grande peso nas exportações do Império, era o principal produto brasileiro comercializado no mercado chileno. Observe abaixo a relação das principais exportações brasileiras desse período:

Tabela 1¹⁶⁵

Principais produtos de exportação no Brasil, 1851-1890 - (%)

Período	Café	Açúcar	Algodão	Couros	Fumo	Cacau	Borracha	Mate	Total
1851-1860	48,8	21,2	6,2	7,2	2,6	1,1	2,2	1,5	90,8
1861-1870	45,2	12,1	18,3	6,1	3,0	1,0	3,2	1,2	90,1
1871-1880	56,4	11,9	9,5	5,5	3,4	1,2	5,5	1,5	94,9
1881-1890	61,7	9,9	4,2	3,2	2,7	1,6	7,7	1,1	92,3

Apesar de o café e o açúcar representarem mais de 2/3 das exportações do Brasil, esses produtos brasileiros sofriam, no Chile, a forte concorrência do café colombiano e do açúcar peruano, que tinham um custo menor e, logicamente, estavam na preferência dos chilenos. Como as exportações brasileiras para o Chile se resumiam à erva-mate, Ponte Ribeiro preocupava-se com um possível reajuste desse produto, que poderia inviabilizar o seu comércio no mercado chileno. Para tanto, o volume da erva-mate nas exportações brasileiras não ultrapassava 1,5% do total, não sendo, assim, esse produto, uma prioridade da política econômica do Império. Além do mais, o comércio entre Chile e Brasil, no início da década de 1870, representava, segundo estimativas mais otimistas, menos de 0,5% do total das exportações brasileiras¹⁶⁶, e no que se refere às importações de produtos chilenos pelo Império o comércio era igualmente diminuto, chegando aos portos brasileiros pequenas quantidades de frutas, legumes, farinhas e lã.¹⁶⁷

Ao que tudo indica, o fato de o imposto sobre a erva-mate não ter sido aprovado pelo Congresso chileno se explica mais por uma necessidade política do que econômica do governo. Para os chilenos, que estavam em guerra, o bom relacionamento com o Império era fundamental, já que o governo de Santiago via no Brasil um importante aliado no continente,

¹⁶⁵ Extraído de: ALMEIDA, Paulo Roberto. *Formação da diplomacia econômica do Brasil: as relações econômicas internacionais do Império*. São Paulo: Editora SENAC; Brasília: FUNAG, 2001, p. 83.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ BRASIL. ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO. . Mapas estatísticos do comércio e navegação do porto do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. 12 v. il. [tab.] Extraído do site do Ministério da Fazenda, <<http://biblioteca.fazenda.gov.br>>, acessado no dia 01/05/2010.

capaz de evitar a intervenção de outras nações americanas na contenda. Desse modo, os chilenos acreditavam que o sucesso na Guerra ia além das armas, ou seja, relacionava-se a uma aliança estratégica com o Brasil. Assim, os chilenos, ao não aprovarem o reajuste tributário sobre a erva-mate, mais do que manter ativo o comércio entre os dois países, procuravam não abalar as boas relações que havia entre ambos, uma vez que a aprovação de um eventual reajuste alfandegário sobre o produto em questão pudesse gerar protestos brasileiros e, por consequência, criar um atrito desnecessário entre os dois países.

Terminada a questão sobre o reajuste alfandegário no Chile, Ponte Ribeiro voltou a relatar em seus ofícios as operações bélicas da Guerra do Pacífico. Dentre os vários informes dados pelo diplomata, merece especial destaque o combate naval de Angamos, travado em 8 de outubro de 1879 entre as esquadras chilena e peruana. Essa batalha foi decisiva no desenrolar da Guerra, quando a Armada Chilena capturou o principal encouraçado da marinha peruana, o *Huáscar*, proporcionando aos chilenos a dominação das águas do Pacífico sul-americano. Sobre essa vitória chilena e sua repercussão no meio político chileno, o encarregado brasileiro escreveu:

Destruído o último baluarte do poder marítimo peruano, os chilenos consideram de fácil realização a conquista do Peru. (...) Os mais moderados, asseguram que o plano do governo é, depois do triunfo, exigir do Peru, além de outras coisas de menos importância a quantia de cento e vinte a cento e cinquenta milhões de pesos como indenização pelos gastos de guerra, tomando posse de Tarapacá até o final pagamento.¹⁶⁸

A captura do *Huáscar* foi uma conquista importante para as forças chilenas, pois, com isso, a Armada Chilena alcançava um poder naval muito superior ao do Peru. Tal fato permitiu às tropas chilenas, com apoio da esquadra, iniciar um ataque mais eficiente por terra, expulsando, gradativamente, os exércitos aliados das regiões onde se encontravam as ricas reservas de salitre. Após a vitória chilena na Batalha de Angamos, o exército chileno, no final do ano de 1879, já tinha pleno controle de todo litoral boliviano e do departamento peruano de Tarapacá, territórios ricos em salitre e que passaram a ser explorados pelo governo chileno a fim de obter importantes divisas para cobrir as despesas de guerra.

O governo peruano, como era de se esperar, protestou contra a atitude dos chilenos de comercializarem o salitre de Tarapacá, por entenderem que o produto era um bem do país e não devia ser comercializado sem a sua autorização. Assim sendo, o governo peruano, com o objetivo de ter garantidos os seus direitos sobre o salitre, solicitou apoio a sua

¹⁶⁸ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 19, de 03/11/1879

causa às nações amigas, dentre elas o Brasil. A Secretaria das Relações Exteriores e do Culto do Peru, no início do ano de 1880, enviou uma nota ao Governo Imperial tratando dessa questão:

(...) o departamento de Tarapacá, no limite meridional do território Peruano, foi ocupado militarmente pelo Chile, e o Peru ha de responder a essa ocupação do único modo prescrito indeclinavelmente pela sua altivez e pela sua honra. Mas, entretanto o Chile, que nada pode derivar desse fato transitório que saia da esfera das hostilidades permitida pelo direito das nações, duplamente viola, atentando contra a soberania e a propriedade da República. Arroga a primeira, impondo direitos à industria salitreira do dito departamento, cuja importância é notória em todo o mundo; e atenta contra a segunda, apropriando-se da parte dessa riqueza, que pertence ao fisco Peruano, exportando-a e vendendo-a nos mercados estrangeiros. (...)

A bandeira das nações amigas não pode cobrir uma propriedade violentamente defraudada ao Peru, e sobre a qual há de este exercer o seu domínio, sem mais limite que o das forças de que para isso possa dispor.

A lealdade e as considerações que o Peru tem para com seus amigos ditam-lhe essa franca declaração, que me apresso a fazer a V. Ex. em nome do novo governo da República [do Peru].¹⁶⁹

Como o Peru não tinha mais condições materiais de recuperar a província de Tarapacá, restou denunciar a atitude do governo chileno por comercializar o salitre dessa região, a fim de que outras nações o pressionassem para que este interrompesse a exploração mineral em Tarapacá. No entanto, os planos da diplomacia peruana não se concretizaram, uma vez que nenhuma das nações neutras saiu em defesa dos interesses peruanos. A atitude da diplomacia brasileira evidencia isso, visto que a chancelaria peruana enviou o ofício acima transcrito em 14 de janeiro de 1880 ao Rio de Janeiro, tendo uma resposta do Itamaraty apenas três meses depois. Em resposta, a chancelaria brasileira se limitou a declarar que recebera o referido ofício e que estava inteirada da situação¹⁷⁰, ou seja, nada que atendesse aos interesses peruanos por uma intervenção na questão.

Mesmo se ausentando da referida questão, o governo brasileiro atendeu prontamente aos pedidos dos peruanos e bolivianos quando da necessidade de sua mediação no transporte dos feridos em meio a territórios ocupados por forças chilenas. Esse apelo ao governo brasileiro ocorreu em razão da batalha de Tacna, travada em 26 de maio de 1880 e vencida pelo exército chileno, o que acabou por deixar vários mortos e feridos no lado dos aliados. A derrota dos exércitos peruano e boliviano foi decisiva a ponto da Bolívia retirar-se militarmente do conflito, ficando os combates, a partir daquele momento, reduzidos às forças armadas do Chile e do Peru. Com essa vitória o Chile acabou por conquistar boa parte da

¹⁶⁹ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1880, p. 18

¹⁷⁰ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1880, p. 19

porção meridional do Peru, onde estavam abrigados vários militares bolivianos e peruanos em enfermidade.

Com o objetivo de interceder por seus compatriotas, o bispo de La Paz remeteu uma nota à Legação Imperial na Bolívia solicitando a mediação brasileira para o transporte de militares bolivianos feridos na batalha de Tacna:

(...) O bispo desta Diocese e Presidente da comissão de ambulâncias, tem a honra de dirigir-se ao Senhor Ministro Residente do Brasil, para que, no exercício de seus sentimentos cristãos, e de seu caráter neutral, venha interpor seus bons ofícios ante o Chefe Político e Militar das forças Chilenas que ocupam a cidade de Tacna, em favor do pessoal da Comissão de Ambulâncias, que partirá amanhã desta cidade àquela, com o objetivo de prestar auxílios oportunos aos feridos que resultaram do combate de 26 passado.¹⁷¹

O ministro brasileiro, Leonel Martiniano de Alencar, atendeu ao pedido do Bispo de La Paz e, no dia seguinte, 4 de junho de 1880, enviou uma nota ao Chefe das Forças Chilenas em Tacna na qual consta o seguinte:

Reconhecendo o direito internacional, neutras as ambulâncias, sempre que não sejam guardadas por forças militar, e participando o seu pessoal dos benefícios e privilégios concedidos pela convenção de Genebra, que forma a jurisprudência geralmente seguida entre as nações sobre a matéria, tenho a honra de dirigir-me a V. S. à solicitação do Governo da Bolívia e do Prelado da Diocese de La Paz com o fim de interpor os meus bons ofícios para que seja acolhida benevolmente a Comissão a que se referem os documentos juntos por cópia, e da qual é Chefe e portador desta nota o distinto Boliviano Sr. Frederico Granier.

Cumprindo assim um dever de neutralidade que me dão o direito de exercer tanto os sentimentos de humanidade, como as relações e estrita e cordial amizade que existem entre o Brasil e as Repúblicas do Pacífico atualmente em estado de guerra, me atrevo a esperar que será atendida por V. S. a presente recomendação do representante em Bolívia de uma Potencia neutral e amiga do Chile.¹⁷²

O Comandante chileno em Tacna atendeu ao pedido brasileiro e permitiu que a comitiva médica boliviana atravessasse o território ocupado e executasse o socorro às vítimas da última batalha. Assim, para a realização desta operação, os bons ofícios brasileiros foram de demasiada importância para o sucesso da iniciativa humanitária da Diocese de La Paz.

Além dos bolivianos, os peruanos também solicitaram os bons ofícios brasileiros em questões humanitárias. Em 11 de junho, a Cruz Vermelha do Peru enviou um ofício ao encarregado brasileiro em Lima, Júlio Henrique de Mello e Alvim, para que intercedesse junto ao Chefe da esquadra chilena pelo transporte marítimo de peruanos feridos na guerra para o porto peruano de Callao:

¹⁷¹ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1882, p. 205

¹⁷² Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1882, p. 209

Senhor, Tenho a honra de enviar a V. S., junto a presente comunicação, um ofício, que dirijo ao Sr. Comandante em chefe da esquadra da República do Chile, relativo a conseguir a declaração de que seria respeitado pelas forças do Chile, conforme a Convenção de Genebra, um transporte nacional que o Supremo Governo pusesse a minha disposição para transportar para Callao os feridos dos últimos combates e dos que tenham lugar na guerra atual.

Suplico a V. S. que se instrua desse ofício, pois, conhecendo os sentimentos humanitários de V. S. e as boas relações de amizade que ligam o Império do Brasil com as Repúblicas beligerantes do Pacífico, recorro a V. S. para que minimize os obstáculos, que o Sr. Contra-Almirante Riveros pudesse encontrar para a realização do pedido que trato.¹⁷³

O encarregado brasileiro em Lima, Mello Alvin, rapidamente atendeu à solicitação da Cruz Vermelha Peruana e, no mesmo dia em que recebeu a nota acima transcrita, 11 de junho de 1880, encaminhou-a, acompanhada de um pedido em nome do governo brasileiro, ao Contra-Almirante da Armada Chilena para que ele permitisse o transporte de feridos em embarcações peruanas, conforme estipulava a Convenção de Genebra¹⁷⁴, da qual o Chile era signatário:

Ilm. e Exm. Sr. Contra-Almirante, Monsenhor José A. Roca, Presidente da Associação da Cruz Vermelha, no Peru, recorreu a minha intervenção a fim de obter de V. Ex. que reconheça em um dos navios desta República que pelo governo for cedido a mesma Associação, para o transporte de enfermos e feridos, as garantias e imunidades que a Convenção de Genebra de 22 de agosto de 1864, confere as ambulâncias e hospitais militares.

Confiando na cultura do governo do Chile, que tão logo apressou-se em aderir aos humanitários princípios daquela convenção, e cômico dos sentimentos generosos de que V. Ex. há dado tão exuberantes provas (...) [estou] seguro de merecer de V. Ex. o mais benévolo acolhimento.¹⁷⁵

Ressaltando as disposições da Convenção de Genebra, Mello Alvim apelou ao Chefe da esquadra chilena para que ele permitisse o trânsito de feridos peruanos pelas águas do Pacífico, uma vez que a Armada Chilena tinha pleno controle da região. Nesse caso, as autoridades chilenas também atenderam a solicitação brasileira e permitiram que uma

¹⁷³ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1882, p. 212

¹⁷⁴ Convenção de Genebra foi realizada em 22 de agosto de 1864, e originou-se dos esforços de uma comissão reunida em torno do suíço Henry Dunan que reuniu unicamente potências européias com o objetivo de criar regras sobre o atendimento de feridos em uma situação de guerra. “Ela inaugura o que se convencionou chamar *direito humanitário*, em matéria internacional; isto é, o conjunto das leis e costumes da guerra, visando minorar o sofrimento de soldados doentes e feridos, bem como de populações civis atingidas por um conflito bélico. É a primeira introdução dos direitos humanos na esfera internacional”, desta Convenção nasceu a Cruz Vermelha Internacional. Após esta Convenção, vários países adotaram os seus princípios, dentre eles, Brasil, Chile e Peru. Ver in: COMPARATO, Fábio Konder. *Convenção de Genebra (1864)*, extraído do site: <<http://www.dhnet.org.br>>, acessado em 14/04/2010.

¹⁷⁵ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1882, p. 214

embarcação peruana transportasse os feridos de Tacna para Callao sem maiores dificuldades, em meados de 1880.

Através desses exemplos, podemos perceber que os encarregados brasileiros em La Paz e em Lima se engajaram por interceder, humanitariamente, pelos cidadãos peruanos e bolivianos que se encontravam feridos em decorrência das batalhas com as forças chilenas na porção meridional do Peru. Esses bons ofícios prestados às repúblicas do Pacífico foram de demasiada importância em um contexto de guerra, pois além de salvar vidas, aumentaram a confiança das partes envolvidas em relação à diplomacia brasileira.

É importante destacar que as medidas humanitárias prestadas pelos brasileiros não ficaram restritas às Legações de Lima e La Paz, uma vez que o encarregado no Chile também atuou nesta causa, sobretudo no que se refere aos cuidados com os prisioneiros de guerra peruanos no Chile. Ponte Ribeiro, em Santiago, e Mello Alvim, em Lima, trocaram algumas notas em que mencionavam a situação dos prisioneiros de guerra de ambos os países. Em determinadas notas, cogitaram a possibilidade de promover, junto aos governos de Chile e Peru, uma troca de prisioneiros entre os dois países. Contudo, a idéia não vingou, certamente por conta da instabilidade política peruana e por suas “frequentes mudanças de ministros”¹⁷⁶, que acabaram por frustrar as pretensões dos brasileiros. Mesmo assim, as Legações do Império em Lima e Santiago foram procuradas por autoridades peruanas preocupadas com as condições de suas tropas em território inimigo. As tropas chilenas, ao derrotarem o exército aliado em Tacna, fizeram vários militares peruanos prisioneiros de guerra, os quais em alguns casos, tiveram suas despesas pagas pelo governo peruano. Sobre a questão relativa aos encargos dos prisioneiros peruanos no Chile, a chancelaria peruana enviou uma nota ao encarregado brasileiro em Lima solicitando o apoio de seu compatriota em Santiago:

Havendo V. S. tido bondade de se prestar a servir de órgão reenviar fundos para auxiliar os prisioneiros que se encontram no Chile, tenho a honra de remeter a V. S. uma letra [de câmbio] na quantidade de duas mil libras esterlinas (£ 2.000) endossada ao Sr. Ponte Ribeiro, Representante de S. M. o Imperador do Brasil naquela República. Em conseqüência suplico a V. S. que na primeira oportunidade se digne ao seu Colega em Santiago que mensalmente entregue ao Coronel D. Rafael Ramirez Arellano a soma [em dinheiro] para cobrir os gastos dos ditos prisioneiros.¹⁷⁷

Atendendo a solicitação peruana, o encarregado brasileiro em Lima encaminhou, imediatamente, a seu colega Ponte Ribeiro a nota acima transcrita juntamente com a letra de

¹⁷⁶ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 20, de 30/11/1879

¹⁷⁷ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1882, p. 222

câmbio no valor de £2.000, a fim de que ele repassasse a referida quantia em dinheiro ao exército chileno para que esse cobrisse os gastos dos prisioneiros peruanos. Esse tipo de incumbência continuou sendo exercida por Ponte Ribeiro sempre que solicitado pelo governo peruano¹⁷⁸.

É possível constatar que as Legações brasileiras instaladas nos países beligerantes, por meio de seus bons ofícios, se empenhavam em atender os pedidos do governo boliviano e peruano quanto ao transporte e tratamento de seus militares, que se encontravam em dificuldades por conta das derrotas sofridas frente às forças chilenas. O governo do Chile sempre se mostrou disposto às solicitações brasileiras relacionadas aos prisioneiros de guerra, talvez num esforço de mostrar um sentimento humanitário para com os inimigos e de respeito ao governo imperial. Nesse sentido, a atuação da diplomacia brasileira teve considerável importância no decorrer do conflito, sobretudo no que se refere aos seus bons ofícios relacionados a assuntos de interesse humanitário.

3. 3. Tratados de comércio, de limites e de paz

Em outubro de 1880, Julio Argentino Roca assumiu a presidência da Argentina. Esse militar ficara famoso no meio político americano por coordenar a chamada “Campanha do Deserto”, uma investida militar contra os povos indígenas da porção meridional da América do Sul, pela qual o Estado argentino procurava obter o domínio territorial de toda a Patagônia oriental.

A atitude do governo argentino em promover tal campanha, desde o seu início, em 1878, gerava desconforto no Chile, que reivindicava a posse do mesmo território. Desse modo, a ascensão de Roca gerou grande desconfiança por parte do governo chileno, por temer que os argentinos, a partir de então, retomasse seu interesse na anexação das terras da Patagônia pela via armada.

Ao especular sobre as possíveis investidas de Roca no Chile, a imprensa chilena transparecia a inquietude do governo chileno, e rumores de um conflito entre os dois países já circulavam. Mais uma vez, como forma de neutralizar a possibilidade de conflito, a imprensa chilena especulava sobre a existência de uma aliança entre Chile e Brasil. Um, dentre os vários artigos publicados, chamou a atenção do encarregado de negócios do Império no Chile, a ponto dele escrever o seguinte comentário:

¹⁷⁸ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1882, p. 223.

(...) No final do artigo acima indicado, dá a entender o seu autor que a missão do Sr. Lastarria tem por fim conseguir do Governo Imperial uma intervenção na grave questão que se suscita entre o Chile e a República Argentina. Ainda que esta indiscrição não tem, de modo algum, caráter oficial, deve-se contudo dar-lhe importância, porque está em harmonia com os desejos da generalidade dos chilenos, que, por que a queiram dissimular desejam vivamente uma aliança brasileiro-chilena, que os salve de uma guerra com a Nação vizinha, guerra que apresenta cada dia maior possibilidade de ser declarada, em vista da atitude do atual presidente Roca.¹⁷⁹

Como podemos perceber, Ponte Ribeiro estava atento às especulações que versavam sobre as relações entre Brasil e Chile em decorrência do acirramento das relações entre Santiago e Buenos Aires.¹⁸⁰ Além disso, o próprio encarregado brasileiro considerava essa situação um tanto delicada, na medida em que via o conflito chileno-argentino como algo possível de acontecer.

Em meio a essa atmosfera de simpatia chilena para com o Brasil, em 29 de novembro de 1880, ancorou no porto de Valparaíso a corveta brasileira *Vital de Oliveira*. A embarcação estava realizando uma longa viagem de circunavegação mundial e fez uma parada no Chile para reabastecer-se com carvão e suprimentos¹⁸¹. A chegada da corveta brasileira em Valparaíso gerou grande entusiasmo na opinião pública chilena, cuja imprensa passou a destacar a fraternidade entre as nações e a sugerir, novamente, uma aliança entre o Chile e o Império. Sobre a recepção da corveta brasileira no Chile, Ponte Ribeiro escreveu:

Não poderia passar despercebido que as entusiásticas e ruidosas manifestações dirigidas á oficialidade brasileira da nossa corveta *Vital de Oliveira*, quer em Valparaíso, quer em Santiago, tem tido principalmente fim político (...).¹⁸²

O momento da chegada do navio brasileiro em Valparaíso foi bastante oportuno para o governo chileno que, a todo custo, queria demonstrar a relação amistosa que havia

¹⁷⁹ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 20, de 16/11/1880

¹⁸⁰ A missão Lastarria, a qual Ponte Ribeiro se refere, tinha por objetivo apenas apresentar o novo encarregado chileno no Brasil, o filho de José Victorino Lastarria, Demétrio Lastarria. A atitude do governo chileno em nomear o filho do antigo encarregado de negócios, elucida que as relações entre os dois países não sofrera nenhuma alteração pelo fato da troca de representantes.

¹⁸¹ “Entre 19 de novembro de 1879 e 24 de janeiro de 1881, realizou Viagem de Instrução de Guardas-Marinha e a I Circunavegação realizada por navio da Marinha do Brasil. Em comissão que durou 430 dias, dos quais 268 no mar e 162 nos portos e onde foram navegadas 35.044 milhas. Partiu do Rio de Janeiro sob o comando do Capitão-de-Fragata Júlio César de Noronha, visitando Lisboa, Gibraltar, Toulon, Malta, Port Said, Ismailia, Suez, Aden, Point des Galets, Singapura, Hong Kong, Nagasaki, Yokohama, San Francisco, Acapulco, Valparaíso, Port Otway, Punta Arenas e Montevideo. Nessa viagem também transportou o Chefe-de-Divisão Artur Silveira da Mota (Barão de Jaceguai), nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial na China”. Retirado do site da Marinha do Brasil: <<http://www.naval.com.br>>, acessado em 28/05/2010

¹⁸² LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 21, de 30/11/1880

entre Brasil e Chile, sobretudo no contexto de rivalidade chileno-argentina. Com essa demonstração de amizade, os chilenos acreditavam que uma atitude mais ostensiva dos argentinos na Patagônia seria minimizada, bem como a de um conflito entre Chile e Argentina.

Em razão desses acontecimentos, visando a estreitar os laços com o Império, o governo chileno fez uma nova proposta de firmar um tratado comercial com o Brasil. Sobre essa proposta chilena, Ponte Ribeiro fez a seguinte observação:

Efetivamente não pode apresentar a melhor oportunidade para esta negociação, porque, ultimamente, muito se tem generalizado as simpatias do Chile em relação ao Brasil, simpatias que devido a considerações políticas, se manifestaram claramente por ocasião da permanência da nossa corveta *Vital de Oliveira* no porto de Valparaíso (...)

Quanto às vantagens materiais, que poderia nos trazer esse tratado dessa natureza, difícil seria julgá-las a priori, mas inclino-me a crer que, se não forem nulas, as mesmas serão de pouca consideração, já pela concorrência outras Nações colocadas em melhor situação, já pela escassez de artigos de exportação, já, enfim, pela observação aos nossos direitos de exportação. Na minha humilde opinião a única vantagem que enxergo é somente moral, porque a celebração de um tratado de qualquer natureza é sempre uma prova das boas relações entre os países contratantes.¹⁸³

Como o próprio encarregado brasileiro destacou no ofício acima transcrito, um tratado comercial entre Chile e Brasil não traria ganhos econômicos relevantes ao Império, uma vez que o comércio entre as duas nações era irrisório, como já mostramos anteriormente. A atitude do governo chileno em promover tal tratado tem uma conotação política e não econômica, na medida em que o objetivo desse acordo comercial era prover a idéia de que Chile e Brasil eram aliados e não propriamente ampliar o comércio entre ambos. A chegada do navio brasileiro *Vital de Oliveira* em águas chilenas criava a situação perfeita para plantar essa idéia e buscava-se, com isso, dissuadir a Argentina.

O Brasil não aderiu à iniciativa chilena e o referido tratado comercial não foi firmado. Mais importante do que destacar as razões pelas quais o Império recusou tal tratado, nos interessa afirmar que o governo chileno, mais uma vez, utilizou da estratégia de oferecer concessões econômicas em troca do apoio político brasileiro. Na primeira vez, em fins de 1879, o governo chileno não aprovou o reajuste alfandegário sobre a erva-mate brasileira, com vistas em não abalar as boas relações que mantinha com o Império. Desta vez, o governo do Chile, em decorrência da desconfiança do novo presidente argentino, considerava

¹⁸³ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/3). Ofício reservado n. 22, de 14/12/1880

importante mostrar-se como aliado do Brasil e viu na elaboração de um tratado comercial com o mesmo a chance de os argentinos realizarem uma ação mais moderada na Patagônia.

Desse modo, podemos dizer que o governo chileno considerava de fundamental importância ter o apoio brasileiro para garantir a sua integridade territorial frente às pretensões do seu vizinho platino. O governo de Santiago, como forma de obter esse apoio do Brasil, procurou oferecer vantagens econômicas a fim de criar condições, mesmo que aparentes, de se firmar uma aliança estratégica entre Brasil e Chile.

O ano de 1881 foi importante para o Chile, pois, nesse ano, novos acontecimentos foram decisivos para o desfecho de suas pendências limítrofes. Ao Norte, os chilenos venciam militarmente a guerra contra Peru e Bolívia e, ao Sul, firmava o tratado de limites com a Argentina. A resolução dessas questões gerou alterações nas relações entre o Chile e o Brasil, como trataremos a seguir.

Depois de um longo período de batalhas entre os exércitos chileno e peruano, e de sucessivas derrotas, os peruanos davam sinais de que não tinham condições de resistir à invasão das tropas chilenas em seu território. Assim, o ditador Piérola, como medida desesperada de defesa, ordenou a todo o exército peruano que se reunisse em Lima para enfrentar o exército invasor. O bloqueio da esquadra chilena sobre o litoral peruano, somado ao cerco da capital por forças chilenas, acabou por sufocar a resistência do exército peruano que, em 17 de janeiro de 1881, sucumbiu diante das tropas chilenas.

Informado da vitória chilena na Guerra, o encarregado de negócios brasileiro em Santiago encaminhou a seguinte observação ao Rio de Janeiro:

A vitória obtida pelos chilenos e a subsequente ocupação de Lima e Callao não deram, porém, o resultado que geralmente era de se esperar, isto é a conclusão definitiva da guerra. (...) O Ditador Piérola, (...) tinha se dirigido ao Norte acompanhado, segundo dizem de 3 a 4 mil homens, determinado a não ceder. Ali promulgou vários decretos, nos quais declara que continua investido de autoridade suprema [no Peru] (...).¹⁸⁴

Como destacou Ponte Ribeiro, a ocupação da capital peruana por tropas chilenas não colocou fim à contenda, uma vez que o então presidente do Peru, Nicolas Piérola, recusou-se a estabelecer um armistício com as forças de ocupação. Apesar da resistência de Piérola ser pouco relevante do ponto de vista militar, do ponto de vista político gerava um impasse, na medida em que o chefe de Estado do Peru não estava disposto a assinar um tratado de paz com os chilenos.

¹⁸⁴ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/4). Ofício reservado n. 3, de 08/02/1881

Os chilenos queriam impor um tratado de paz aos peruanos com o objetivo de garantir a posse definitiva sobre as províncias peruanas da região atacamenha. No entanto, para que isso fosse realizado, era necessário que o presidente do Peru assinasse tal tratado. Na recusa de Piérola em dialogar com os chilenos, o General chileno Patricio Lynch, nomeado governador militar do Peru, conjuntamente com lideranças limenhas antipierolistas, nomeou, em 22 de fevereiro de 1881, o Sr. Francisco Garcia Calderón como presidente provisório do Peru¹⁸⁵. O novo presidente peruano assumiu o posto com considerável oposição das lideranças do interior do país, as quais não reconheciam o novo governo como legítimo e, ainda, apoiavam a luta de Piérola contra as tropas chilenas. Apesar da fragilidade do governo de Calderón, este conseguiu protelar a assinatura do referido tratado de paz graças ao apoio do ministro estadunidense em Lima, Sr. Christiancy, que se colocava contra o desmembramento territorial do Peru e defendia a idéia de o Peru pagar uma indenização de guerra aos chilenos.¹⁸⁶

Não havendo entendimento entre os beligerantes, a ocupação de Lima por forças chilenas continuava, o que a tornava cada vez mais onerosa para os cofres chilenos. Essa indefinição quanto ao tratado de paz, bem como à manutenção das tropas chilenas em Lima, acabou por gerar profundas críticas da imprensa chilena a respeito da atuação do Chile no Peru. Sobre essa questão, o encarregado brasileiro em Santiago compartilhava do mesmo ponto de vista dos críticos chilenos:

Mas o que há de positivo, é que o Chile não sabe que determinação tomar depois de apoderar-se de Lima, com o sacrifício de 10 mil homens e muitos milhões de pesos, obtendo com esta ocupação somente desvantagens no seu crédito financeiro.¹⁸⁷

Para Ponte Ribeiro, a hesitação do governo chileno, em Lima, estava ofuscando os louros da vitória frente à opinião pública chilena, a qual exigia o retorno de seus soldados para casa. Essa atitude do governo de Santiago certamente se explica pela necessidade que via em garantir a posse dos territórios peruanos conquistados, que só seria confirmada com a assinatura do tratado de paz com o governo do Peru, o qual relutava sobre esse assunto.

Naquele momento, a ocupação de Lima não era o único assunto em discussão no Chile, também se discorria sobre as negociações entre Santiago e Buenos Aires para a confecção de um novo tratado de limites em substituição ao pacto Fierro-Sarratea, que não

¹⁸⁵ BARROS, Mario. Op. cit., p. 383 e 384.

¹⁸⁶ Idem: p. 385.

¹⁸⁷ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/4). Ofício reservado n. 8, de 19/04/1881

havia sido ratificado pelo congresso argentino. A negociação fora iniciada por iniciativa pelos ministros estadunidenses nas referidas capitais:

A notícia mais importante é a que se refere a um ajuste da questão de limites entre o Chile e a república da Argentina, negociada por intermédio dos ministros dos Estados Unidos, acreditados nas duas repúblicas. Como as cláusulas desta negociação não pertencem ainda ao domínio público, limito-me a transmitir o incluso retalho, que há conhecimento do citado agente, sua existência foi me confirmada pelo Sr. Osborn, Ministro Americano.¹⁸⁸

Iniciadas as negociações, chilenos e argentinos chegaram a um entendimento sobre os limites de suas fronteiras. Assim, em 26 de julho de 1881, o cônsul-geral do Chile na Argentina, Francisco Borja Echeverría, e o ministro das relações exteriores argentino, Bernardo Irigoyen, assinaram um novo tratado de limites que colocaria fim à longa disputa travada entre as duas nações pelos “territórios do sul”. O referido tratado determinava o limite entre Chile e Argentina como sendo os pontos mais altos da Cordilheira dos Andes, que toda a Patagônia seria de domínio argentino e que o Chile teria a posse da boca oriental dos Estreitos de Magalhães, o qual deveria permanecer neutralizado e aberto à navegação internacional, e, por fim, a Terra do Fogo seria dividida entre os dois países.¹⁸⁹

O Chile, ao firmar esse tratado, deixou de lado suas pretensões quanto às terras patagônicas. O motivo dessa postura do governo chileno frente aos argentinos deve ser entendido pelo contexto da Guerra do Pacífico. Embora os chilenos já tivessem derrotado a maior parte do exército aliado na Guerra, ainda era necessário manter suas tropas ocupando Lima e a região do Atacama. Os chilenos entendiam que esta era a única maneira de garantir os benefícios econômicos e territoriais de sua vitória na guerra. Por conta disso, o governo de Santiago não podia arriscar envolver-se num conflito com a Argentina, ainda mais com a maior parte de seu território desprotegida, já que suas tropas encontravam-se em território inimigo. Assim, como forma de garantir sua vitória no Pacífico bem como sua integridade territorial, a diplomacia chilena considerou vital firmar um tratado de limites com a nação platina mesmo que, para isso, tivesse que renunciar às suas antigas reivindicações sobre a Patagônia.

A probabilidade de o Chile abandonar, pelo tratado, as reivindicações sobre a Patagônia foi objeto de um grande debate no parlamento chileno, ao qual cabia ratificar o acordo. Dois dias depois de o tratado ser firmado, Adolfo Ibañez, senador chileno e ex-ministro das relações exteriores, procurou Ponte Ribeiro para expor-lhe as discussões do

¹⁸⁸ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/4). Ofício reservado n. 11, de 07/06/1881

¹⁸⁹ FERNANDEZ, Juan José. Op. cit. p. 101.

parlamento chileno sobre o referido acordo. Segundo Ibañez, o Congresso Chileno estava dividido e procurava saber qual o posicionamento do Brasil nessa questão. Para Ibañez, “A poderosa alavanca para vencer a maioria contrária [ao tratado], consiste em persuadi-la de que nenhum apoio deva esperar do Império”¹⁹⁰. O senador chileno era contrário à aplicação do tratado e esperava que o governo brasileiro apoiasse os chilenos no caso de um conflito contra os argentinos para que, assim, o congresso chileno pudesse promover a rejeição do acordo.

Sobre esta questão, Adolfo Ibañez foi bem claro ao afirmar a Ponte Ribeiro que:

O Brasil com uma só palavra que nos inspire confiança, um *sim* transmitido pelo telégrafo, o tratado será imediatamente desaprovado sem que o seu nome apareça até o momento oportuno e, chegada essa oportunidade, poderá contar com um decidido aliado. Se o Chile na guerra impopular contra os povos do norte, pôs sobre armas mais de 40 mil homens, contra o seu verdadeiro antagonista [a Argentina] e ajudado pelo poderoso Império, levantaria sem dificuldades mais de 50 mil.¹⁹¹

Ao que tudo indica, o senador Ibañez procurou o encarregado brasileiro por conta de seu interesse, e do interesse de alguns congressistas, em não ratificar o tratado chileno-argentino, não seguindo, portanto, nenhuma recomendação do poder executivo para esse encontro, uma vez que o presidente Aníbal Pinto estava empenhado na aprovação desse acordo. Ibañez esperava uma resposta positiva de Ponte Ribeiro que, efetivamente, não veio, pelo fato de o mesmo não ter qualquer instrução do Itamaraty a respeito desse assunto. Assim sendo, o encarregado brasileiro se comprometeu em indagar à sua chancelaria sobre a referida proposta do senador chileno.

Em resposta à indagação de Ponte Ribeiro sobre a proposta do congressista chileno, o Diretor Geral de Negócios Estrangeiros do Império, o Sr. Joaquim Tomás do Amaral, o Barão de Cabo Frio, lhe afirmou que:

(...) digo a V.S. que o Governo Imperial não pode anuir à idéia do Sr. Ibañez, como, aliás, V.S. já terá compreendido pela circunstância de lhe não ser dado pelo telégrafo o – sim – que asseguraria a resolução contrária.¹⁹²

Evidentemente que o Império não tinha qualquer motivo para aderir a tal proposta do congressista chileno. A diplomacia brasileira, em outras ocasiões, já havia recusado firmar uma aliança com o Chile, pois a sua política americanista buscava manter boas relações com todos os países, não podendo, assim, firmar alianças que privilegiassem alguns em detrimento

¹⁹⁰ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/4). Ofício reservado n. 15, de 25/07/1881

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² LIB em Santiago. In: AHI (231/1/13). Despacho n. 12, de 12/09/1881

de outros. Ao Império não interessava gerar a animosidade de seus vizinhos, e em especial da Argentina. Além do mais, o Império tinha muitos problemas internos, que iam desde o aumento da oposição ao regime dinástico até o grande déficit orçamentário, e não tinha motivos para aventurar-se em defender o Chile frente à Argentina.

Ponte Ribeiro, orientado pelo despacho acima citado, comunicou a Ibañez que o Brasil não poderia aderir à sua idéia de firmar o referido pacto com o Chile. Desse modo, sem o apoio brasileiro que justificasse a não aprovação do tratado, Ibañez não conseguiu convencer a maioria dos congressistas e presenciou, em outubro de 1881, o Senado e a Câmara do Chile ratificarem o tratado de limites com a Argentina.

Em meados de 1881, período em que havia sido firmado o tratado de limites entre Chile e Argentina, ocorreram as eleições presidenciais no Chile que, de certa forma, não alterou o rumo político do país na medida em que fora eleito Domingo Santa María, candidato governista e membro do partido liberal¹⁹³. Empossado em 18 de setembro de 1881, Santa Maria formou um novo gabinete, cujo cargo de ministro das Relações Exteriores coube a José Manuel Balmaceda, correligionário do presidente.

O novo chanceler chileno tinha como tarefa finalizar a Guerra contra o Peru e, para isso, procurava neutralizar a atuação da diplomacia norte-americana, à qual se opunha a idéia de os chilenos anexarem os territórios peruanos rico em minérios¹⁹⁴. Ainda assim, o chanceler chileno procurou manter as negociações de paz com o Peru, buscando, com isso, garantir a posse de Tarapacá. No entanto, o governo provisório de Calderón relutava em aderir a tal acordo por entender que a perda definitiva de sua província seria um preço muito alto a se pagar pela Guerra. Portanto, no início de 1882, a paz entre Chile e Peru estava longe de ser alcançada, o que levou o chanceler Balmaceda a procurar o encarregado brasileiro em Santiago, a fim de obter do Império algum apoio no desfecho dessa questão. Sobre esse encontro com o chanceler chileno, Ponte Ribeiro observou que:

O Sr. Balmaceda, Ministro das Relações Exteriores, expondo-me todas as suas considerações e simpatias pelo Brasil, declarou-me que, si se apresentasse a oportunidade de aceitar uma mediação relativamente ao Peru, nenhuma lhe seria tão

¹⁹³ Ver In: BARROS, Op. cit. p. 389-391.

¹⁹⁴ Os motivos que levaram os Estados Unidos a “intervirem” na Guerra eram econômicos e estratégicos. No primeiro caso, os norte-americanos temiam que alguns de seus investidores fossem prejudicados pelo fato de as indústrias peruanas ficarem sob a posse dos chilenos, o que não lhes garantia o retorno de seus investimentos. O segundo motivo, e talvez o mais relevante, deve-se ao fato de o governo americano ter firmado um acordo com o governo provisório peruano, no qual o Peru concedia o porto de Chimbote como base militar da Marinha dos Estados Unidos em troca de apoio diplomático na questão do Pacífico. Esta base militar tinha como principal função garantir a “neutralidade” de um canal interoceânico na América Central, ainda a ser construído. Idem. p. 394-420.

grata como a do Governo Imperial, que lhe inspira toda confiança e consideração.
 (...) Quando concluiu, repeti-lhe que as disposições do Governo Imperial no sentido da paz, e que se neste sentido os meus serviços lhe pudessem ser úteis, teria a maior das satisfações em pedir instruções a V. Ex. por meio de telégrafo.¹⁹⁵

Pode-se notar, através do ofício acima, que o chanceler chileno sugeriu que o Brasil mediasse o impasse entre Chile e Peru. Essa postura de Balmaceda explica-se pela crescente intromissão da diplomacia norte-americana no conflito, a qual se mostrava pouco favorável ao Chile. Assim sendo, o Brasil seria, segundo o ministro chileno, o único país em condições de realizar uma mediação desinteressada.

É evidente que Ponte Ribeiro não tinha motivos para se opor à sugestão do ministro chileno, pois o diplomata brasileiro sempre se mostrou solidário às iniciativas que buscassem um maior entendimento entre as partes envolvidas no conflito. Assim, o encarregado brasileiro se dispôs a colaborar com as negociações de paz entre os beligerantes.

A oportunidade para Ponte Ribeiro atuar nessa questão não tardou a vir. Poucos meses após o encontro com Balmaceda, o diplomata brasileiro foi procurado pelo senador chileno Adolfo Ibañez, seu velho conhecido, que viera solicitar sua ajuda na busca por um entendimento com os peruanos:

O Sr. Dom Adolfo Ibañez, senador e um dos homens políticos mais eminentes deste país, (...), procurou-me no dia 6 corrente para pedir-me que eu o acompanha-se à casa do Sr. Dom Manuel Maria Galvez, Ministro de Relações Exteriores do Sr. Garcia Calderón [presidente do Peru]. Com esse motivo tivemos antes uma longa conversação, com que o dito Sr. Ibañez manifestou-me o seu pensamento favorável a uma súbita terminação de guerra (...)
 Ao discutir as bases da negociação, tropeçaram imediatamente com a inevitável dificuldade da cessão de Tarapacá, seguindo-se uma longa discussão por uma e outra parte. Tomando eu então a palavra, propus que em vez de um tratado de paz, que se tornava irrealizável nas outras circunstâncias, eu opinava que aprovassem o tratado definitivo acordando em uma trégua pela qual o Peru fizesse certa concessão que lhe eram exigidas em troca da desocupação de seu território até uma linha estabelecida. Os dois Senhores aceitaram a minha indicação, declarando o Sr. Ibañez que ia submetê-la à consideração do Sr. Dom Domingo Santa María.¹⁹⁶

De acordo com Ponte Ribeiro, Ibañez, em nome do governo chileno, solicitou o auxílio do diplomata brasileiro para buscar um entendimento com o chanceler peruano sobre o tratado de paz entre Chile e Peru. Ponte Ribeiro evidencia que a principal causa do embate político entre os dois países dava-se em torno da província de Tarapacá. Considerando que essa questão não seria facilmente resolvida, Ponte Ribeiro sugeriu uma trégua militar aos

¹⁹⁵ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/4). Ofício reservado n. 1, de 16/01/1882

¹⁹⁶ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/4). Ofício reservado n. 2, de 10/04/1882

beligerantes, já que a negociação pela paz definitiva arrastava-se sem solução, sugestão aceita por ambas as partes.

Depois do referido encontro, ficou acordado que os dois representantes, Ibañez e Galvez, apresentariam as sugestões de Ponte Ribeiro a seus respectivos presidentes, a fim de obter a devida autorização para darem continuidade às negociações. Pouco tempo depois, Ibañez comunicou ao diplomata brasileiro que o presidente Santa María havia concordado com os termos sugeridos pelo brasileiro acerca de uma trégua no Pacífico. Obtida a autorização do presidente chileno, Ibañez deveria discutir com o diplomata brasileiro os termos do armistício, começando pelos territórios peruanos, os quais deveriam continuar sendo ocupados pelas forças chilenas como exigência pela paz:

Conversando preliminarmente com o Sr. Ibañez, declarou-me o pensamento de se estabelecer, de Ilo à Moquegua, a linha de desocupação, a fim de ter algum território a devolver quando se celebre o tratado definitivo de paz. Expressei-lhe a minha opinião, que ele aceitou, de que esta linha deveria ser estabelecida em Tacna, por ser mais natural, menos onerosa para o Peru e limitada por um deserto.

O Sr. Ibañez, achava-se também em grande dificuldade, relativamente à duração da trégua, sobre cujo ponto me permiti indicar-lhe que esta cláusula poderia ser escrita de um modo vago, sem determinação de prazo, a fim de não comprometer os respectivos interesses.¹⁹⁷

Como podemos verificar, Ponte Ribeiro conseguiu convencer o representante chileno a estabelecer a faixa de desocupação em Tacna, limitada por um deserto, o que facilitaria a demarcação geográfica da linha de desocupação e ainda prejudicaria menos os peruanos. O senador Ibañez, convencido dos argumentos do brasileiro sobre os territórios peruanos a serem desocupados, o indagou sobre a periodização dessa trégua, tendo como resposta do diplomata que não haveria necessidade de prazo para o armistício.

Todo esse esforço de Ponte Ribeiro frente ao senador Ibañez evidencia seu desejo pela resolução do conflito, uma vez que o brasileiro procurou contemplar os princípios compatíveis com os interesses de ambas as nações, ao mesmo tempo em que propunha o fim das hostilidades militares no Pacífico, que castigava peruanos e chilenos há anos.

No entanto, os esforços de Ponte Ribeiro pela paz no Pacífico não foram suficientes para a celebração de um tratado de armistício entre os beligerantes, como ele mesmo explica:

Devendo hoje legar o ato da entrega de minha revocatória, e a fim de deixar registrado nos livros da Legação, é do meu dever levar nesta data ao conhecimento

¹⁹⁷ Idem.

de V. Ex. o estado em que se acha a negociação confidencial, de que dei conta pelo meu ofício nº 2, de 10 corrente. (...)

O Sr. Manuel Maria Galvez, (...) depois de ter conferenciado com o Sr. Garcia Calderón, que se escusou categoricamente a celebrar ajustes em que não fossem devidamente considerados os legítimos direitos dos credores do Peru. (...)

Em vista de uma resposta tão terminante, o Sr. Santa María deu por terminada a negociação, o que talvez não teria sucedido, se o seu Governo não tivesse recebido nesta ocasião avisos telegráficos de Lima, anunciando-lhe que ali, [o plenipotenciário norte-americano] Mr. Trescott tinha aberto negociações no mesmo sentido e que se preparava para se encontrar com o vice presidente [peruano] Monteiro, levando em sua companhia alguns distintos peruanos de grande influência política.(...)

Entretanto, o fato de terem sido iniciadas estas negociações, manifesta uma importante modificação de idéias e, ainda que estas primeiras tentativas não tenham sido felizes, são já a expressão dos desejos de reconciliação; desejos que poderiam afirmar-se cada vez mais, dando lugar a compreensão de uma e outra parte.¹⁹⁸

O insucesso das negociações de paz dirigidas por Ponte Ribeiro deveu-se à recusa do presidente peruano em negociar um tratado que não contemplasse as questões econômicas envolvendo o salitre de Tarapacá. Para tanto, o armistício proposto pelo diplomata brasileiro apenas determinava os territórios peruanos que permaneceriam sob ocupação chilena até um tratado de paz definitivo entre ambas as nações, ou seja, não versaria sobre as questões econômicas referentes ao salitre peruano.

Diante do posicionamento do presidente Calderón, a chancelaria chilena também se recusou a dar continuidade às negociações de paz, ou seja, a recusa peruana desmotivou-a seguir em frente na tentativa de paz por intermédio do diplomata brasileiro. Além disso, o plenipotenciário norte-americano, Trescott, fora ao Peru com o objetivo de mediar a paz entre as repúblicas do Pacífico. Para tanto, os estadunidenses mantinham um bom relacionamento com o governo peruano, o que seria um facilitador para os chilenos buscarem a paz por intermédio da diplomacia dos Estados Unidos.

Desse modo, a missão Trescott, no Peru, inviabilizou a mediação de Ponte Ribeiro, uma vez que tanto os chilenos quanto os peruanos acreditavam obter maiores vantagens com a elaboração do tratado de paz por intermédio norte-americano.

Apesar de Ponte Ribeiro não ter obtido sucesso na tentativa de mediar a questão, o encarregado brasileiro sabia que a paz no Pacífico não seria facilmente alcançada e que o simples fato de Chile e Peru terem iniciado um diálogo, na busca pela paz, já era algo louvável e extremamente positivo para as relações diplomáticas no continente.

Depois, de estar à frente dos acontecimentos do Pacífico, Ponte Ribeiro foi promovido à categoria de ministro residente em La Paz, cargo que assumiu pouco depois de

¹⁹⁸ LIB em Santiago. In: AHI (231/1/4). Ofício reservado n. 3, de 18/04/1882.

encerrar as negociações de paz em Santiago¹⁹⁹. Ao que tudo indica, a decisão do Itamaraty de transferir Ponte Ribeiro ocorreu pelos seguintes motivos: primeiramente, que ele estava há mais de vinte anos ocupando o cargo de encarregado de negócios, sendo natural que ascendesse ao cargo de ministro residente; em segundo lugar, a saída do até então ministro residente em La Paz, Leonel Martiniano de Alencar, cujo cargo deveria ser preenchido por alguém que estivesse a par dos acontecimentos relacionados àquele país, sobretudo no que se referia à Guerra do Pacífico²⁰⁰. É evidente que o nome de Ponte Ribeiro faria jus aos requisitos exigidos pela chancelaria, uma vez que ele fez toda a sua carreira diplomática no Pacífico e tinha um profundo conhecimento da região e das questões que envolviam a Guerra.

Para o historiador chileno Juan José Fernández, a transferência de Ponte Ribeiro teve um caráter exclusivamente político. O fato de o diplomata brasileiro ser casado com uma peruana gerava, segundo Fernández, certa desconfiança por parte do corpo diplomático chileno, que o via inclinado à causa peruana na Guerra²⁰¹. Assim, para o referido historiador, a diplomacia brasileira, visando a manter um bom relacionamento diplomático com o Chile, foi “obrigada” a retirar Ponte Ribeiro do posto em Santiago.

É importante destacar que essa visão de Fernández é equivocada, sobretudo se analisado o período da indicação de Ponte Ribeiro ao novo cargo, anterior à sua mediação no conflito, sugerida pelos chilenos²⁰². Além do mais, em nenhum momento o brasileiro teve qualquer dificuldade em exercer sua função por conta de seu casamento com uma peruana. Portanto, o relacionamento de Ponte Ribeiro com as autoridades chilenas sempre fora amistoso, a ponto de o brasileiro, em várias ocasiões, ser procurado por elas para interpor os seus bons ofícios e ainda mediar o conflito no Pacífico.

Como substituto de Ponte Ribeiro foi nomeado José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar. Até então, Ribeiro de Aguiar ocupara o cargo de Secretário da Legação do Brasil na Áustria, e fora promovido a encarregado de negócios em meados de 1881, assumindo o posto, em Santiago, em abril do ano seguinte:

¹⁹⁹ A nomeação de João Duarte da Ponte Ribeiro como novo Ministro Residente em La Paz foi publicada em 22/06/1881. Nesta mesma data foi nomeado o seu substituto a frente da Legação Imperial no Chile, o Sr. José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar. Ver in: DE CAMPOS, Raul Adalberto. *Relações diplomáticas do Brasil: de 1808 a 1912*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), sd, p. 30.

²⁰⁰ Não temos a informação do motivo que levou a chancelaria brasileira a retirar Leonel Martiniano de Alencar do seu posto em La Paz. A única informação que temos é a de que Alencar foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Império na Argentina em março de 1884. Idem. p. 12.

²⁰¹ FERNANDEZ, Juan José. Op. cit. p. 107.

²⁰² A nomeação de Ponte Ribeiro ocorrera em junho de 1881, antes de mediar uma negociação entre os beligerantes, que ocorrera nos primeiros meses de 1882.

Tenho a honra de participar a V. Ex. que havendo chegado a esta capital no dia 13 do corrente, tomei posse do Arquivo da Legação, que devidamente me entregou o Sr. Ponte Ribeiro, meu digno antecessor.

Fui no dia 18 deste mês recebido em audiência particular pelo Sr. Dom Luís Aldunate, Ministro das Relações Exteriores, a quem fiz entrega da minha Carta Credencial.²⁰³

Como exigia o protocolo, Ribeiro de Aguilar apresentou suas credenciais ao chanceler chileno, que nesse breve encontro enfatizou a estima que o governo do Chile tinha para com o Brasil. Passada as formalidades, Ribeiro de Aguilar, à frente da Legação em Santiago, passou a remeter ofícios à chancelaria brasileira, nos quais constavam, basicamente, os inúmeros debates no parlamento chileno em torno das questões orçamentárias, políticas e militares sobre o conflito do Pacífico²⁰⁴.

No segundo semestre de 1882, quando o Chile ainda negociava a paz com o Peru, surgiram novas questões envolvendo nações neutras à guerra. A ocupação chilena em territórios bolivianos e peruanos gerou prejuízos a alguns cidadãos estrangeiros, sobretudo europeus, que passaram a exigir do governo chileno indenizações referentes às suas perdas. A maior parte dos reclamantes estava estabelecida no Peru, onde suas propriedades sofreram algum dano ou foram destruídas por consequência do conflito. Como o número de queixosos era elevado, o chanceler chileno, Luis Adulante, sugeriu aos Governos dos cidadãos reclamantes submeter suas queixas a um tribunal arbitral internacional, idéia que fora aprovada pelos governos envolvidos.

No meio diplomático, os tribunais arbitrais foram muito utilizados para se resolver questões litigiosas entre duas nações. Era formado por representantes das partes reclamantes e de uma terceira nação, a quem cabia a decisão final, caso os demais não entrassem em um acordo.

O primeiro acordo foi firmado em 2 de novembro de 1882 pelos Governos do Chile e da França, que formaram um tribunal arbitral com um juiz de cada nacionalidade. Por indicação do chanceler chileno, ficou reservado ao Brasil o direito de indicar o terceiro juiz ao tribunal, o qual julgaria as reclamações dos cidadãos franceses a respeito dos prejuízos sofridos em decorrência da guerra. Por intermédio do ofício abaixo, Ribeiro de Aguilar comunicou à sua chancelaria, no Rio de Janeiro, a formação do referido tribunal arbitral:

(...) comunicando ter sido assinada a 2 deste mês a Convenção de arbitramento entre o Chile e a França, destinada a decidir, por meio de uma Comissão mista

²⁰³ LIB em Santiago. In: AHI (230/4/8). Ofício ostensivo n. 6, de 18/04/1882

²⁰⁴ Ver in: LIB em Santiago. In: AHI (230/4/8). Ofícios ostensivos n. 10, de 06/06/1882, n. 13, de 04/07/1882 e n. 18, de 17/08/1882.

internacional, as reclamações intentadas contra o Chile pelos cidadãos franceses que sofreram prejuízos em consequência da atual guerra. Nesta Convenção ajustaram os plenipotenciários outorgar a Sua Majestade O Imperador, nosso Augusto Monarca, a atribuição de nomear o terceiro Juiz que deverá completar o Tribunal arbitral, em conformidade do artigo 2º da convenção que acompanha o referido Relatório de Estrangeiros.²⁰⁵

No ofício acima, o diplomata brasileiro anexou o conteúdo do referido tratado, destacando o segundo artigo:

Artigo Segundo: A comissão será composta por três membros. Um nomeado pelo presidente da república do Chile, outro pelo presidente da república Francesa, e o terceiro pela Sua Majestade o Imperador do Brasil, seja diretamente, ou por intermédio do agente diplomático acreditado no Chile.²⁰⁶

A referida Convenção franco-chilena foi a primeira, desse gênero, a ser firmada na Guerra do Pacífico e serviu de modelo para aquelas que a sucederam. Além desta Convenção, foram estabelecidos os tribunais arbitrais com a Itália, pela convenção de 7 de dezembro de 1882, com a Inglaterra, em 4 de janeiro de 1883, e com a Alemanha, em 23 de agosto de 1884²⁰⁷. Em todas essas convenções caberia ao governo brasileiro indicar o terceiro árbitro, uma vez que suas bases eram as mesmas do tribunal franco-chileno, conforme transparece o ofício de Ribeiro de Aguiar, que trata da Convenção ítalo-chilena:

O Governo do Chile celebrou a 7 corrente mês com o da Itália uma Convenção de arbitramento para decidir as reclamações dos italianos prejudicados pela guerra do Pacífico, que é idêntica à estipulada com a França em 2 de novembro último, como V. Ex. dignará de verificar no impresso anexo.²⁰⁸

Como vemos, o governo brasileiro atendeu à solicitação chilena de participar das referidas comissões, uma vez que o Chile mantinha um bom relacionamento com todas as nações envolvidas nesses tribunais. Como fora solicitado por tais comissões, o próprio Imperador do Brasil, Dom Pedro II, nomeou o árbitro para os respectivos tribunais arbitrais:

Sua majestade aceitou com prazer o encargo que assim lhe foi conferido e, de acordo com os seus Ministros, nomeou para as três comissões o Enviado Extraordinário e ministro Plenipotenciário em Washington, Conselheiro Felipe Lopes Neto. Antes de fazer esta escolha entendeu-se o Governo Imperial com o do Chile sobre a conveniência de ser nomeado um só juiz para as três comissões. Pareceu-lhe que

²⁰⁵ LIB em Santiago. In: AHI (230/4/8). Ofício ostensivo n. 26, de 21/11/1882.

²⁰⁶ Idem, anexo 1.

²⁰⁷ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. Op. cit., p. 145.

²⁰⁸ LIB em Santiago. In: AHI (230/4/8). Ofício ostensivo n. 30, de 19/12/1882.

assim se asseguraria a harmonia das decisões, que talvez de outro modo não conseguisse, e o Governo daquela República foi da mesma opinião.²⁰⁹

A indicação do terceiro árbitro pelo monarca brasileiro recebeu a aprovação dos países envolvidos e, em especial, do governo chileno, na medida em que Lopes Neto era figura conhecida e respeitada no meio político e diplomático²¹⁰. Os trabalhos nesses tribunais tiveram início somente em março de 1884, quando alguns pareceres foram emitidos. No decorrer desses julgamentos, o posicionamento do brasileiro não agradou à diplomacia chilena que, alegando o favorecimento de Lopes Neto aos interesses britânicos, solicitou ao governo imperial a substituição do juiz.

Procurando resolver o caso, o Itamaraty remeteu notas de advertência a seu representante, o inteirando da situação, o que não foi suficiente. Para tanto, em 30 de maio de 1885, o Imperador do Brasil indicou um novo árbitro para as comissões mistas, Lafayette Rodrigues Pereira, que logo, por questões de saúde, renunciou ao cargo. Depois desse desfecho, o terceiro e último designado foi Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, o Barão Aguiar de Andrada, que deu conclusão aos trabalhos dos tribunais em 1888²¹¹.

O governo chileno recebeu, ao todo, 759 reclamações de cidadãos que se consideravam prejudicados, de alguma maneira, pelo conflito. Desse total de queixosos, 58% eram de súditos italianos, 16% de súditos ingleses, 12% de cidadãos franceses, 9% de alemães e 5% de outras nacionalidades²¹². Porém, a maior parte das sentenças foi favorável ao Chile, ou seja, a maior parte das queixas analisadas pelos tribunais foram consideradas improcedentes²¹³.

A participação do Brasil, por convite do Chile, nessas Comissões mistas, evidencia a relação amistosa que havia entre esses dois países no decorrer do conflito. Nos cálculos da diplomacia chilena, o Império representava seu principal aliado no continente e, certamente por isso, considerava necessário tê-lo como árbitro frente às grandes potências européias. O Império não tinha motivos para recusar o convite chileno, já que desde o início do conflito fizera esforços para que houvesse o entendimento entre os beligerantes, comportamento que mantinha. Além do mais, a participação da diplomacia brasileira nos

²⁰⁹ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1884, p. 12. Este documento faz menção apenas aos três primeiros tribunais arbitrais, ou seja, o franco-chileno, o ítalo-chileno e o anglo-chileno. Posteriormente, o governo brasileiro designou o mesmo juiz destes tribunais para compor o tribunal germano-chileno.

²¹⁰ Como já referimos anteriormente, Lopes Neto esteve em Santiago em 1871, onde procurou intensificar o trânsito de obras literárias entre Chile e Brasil.

²¹¹ BARROS, Mario. Op. cit. p. 446-450.

²¹² Idem. As outras nacionalidades as quais me referi eram: portugueses, suíços, austríacos e belgas.

²¹³ FERNANDEZ, Juan José. Op. cit. 105-106.

tribunais arbitrais demonstrava o seu prestígio no meio internacional, o que era de extrema importância para o Império em crise.

Em meio a isso, no final do ano de 1882, o governo do Chile ainda encontrava dificuldades em assinar a paz com o governo do Peru. As principais lideranças peruanas, o presidente Lizardo Monteiro e o líder da resistência *montonera*, general Andrés Cáceres, eram contrárias à cessão da província de Tarapacá para os chilenos como condição pelo fim das hostilidades. No entanto, o coronel Miguel Iglesias, chefe militar do Norte do Peru, mostrava-se favorável em firmar a paz com os chilenos naqueles termos e, com apoio do Congresso peruano estabelecido em Cajamarca, acabou por proclamar-se Presidente Regenerador da República, em janeiro de 1883. A ascensão de Iglesias foi vista pelo governo chileno como a oportunidade de se encerrar o conflito no Pacífico. Em razão disso, o presidente Santa María declarou o seu apoio ao novo mandatário peruano²¹⁴.

Assim, em maio de 1883, tiveram início, em Lima, as negociações de paz entre o novo governo peruano e o governo chileno. Sobre estas conversações o representante brasileiro em Santiago escreveu:

As notícias das negociações de paz, que correm nesta capital, indicam que se pensa seriamente em alcançar, o quanto antes, a solução definitiva deste árduo problema. As negociações prosseguem entre o Sr. Novoa, plenipotenciário chileno no Peru e o representante do governo do Coronel Iglesias (...).

Duas tem sido sempre as causas principais do não êxito das questões diplomáticas, durante o longo tempo percorrido desde a ocupação de Lima. De um lado, a falta de estabilidade nas condições de paz exigidas pelo Chile; de outro, a não existência de um governo peruano que estivesse decisivamente resolvido a assumir a responsabilidade de um tratado que envolvesse a cessão territorial. De todos os que têm aspirado constituir governo no Peru, o Coronel Iglesias foi o único que se manifestou franca e decididamente resolvido a obter a paz, aceitando com patriotismo os sacrifícios da triste situação a que chegou o seu país resultante dos acontecimentos.²¹⁵

Como podemos conferir, Iglesias foi o primeiro presidente peruano favorável à anexação da província de Tarapacá pelos chilenos em troca da paz. Esse seu posicionamento permitiu que ambas as diplomacias chegassem a um rápido acordo, a ponto de, em poucos dias, firmarem as bases do tratado definitivo de paz. Sobre isso, Ribeiro de Aguiar escreveu:

aparece em todos os periódicos desta capital, menos no Diário Oficial, o telegrama de Iquique, datado de 13 deste mês, anunciando as negociações de paz entre os plenipotenciários Srs. Novoa e Lavalle, e que os protocolos remetidos a Iglesias contêm estas bases: cessão dos territórios até Camarones, pagamento de uma

²¹⁴ BARROS, Mario. Op. cit. p. 426-430.

²¹⁵ LIB em Santiago. In: AHI (230/4/9). Ofício ostensivo n. 13, de 15/05/1883.

indenização de guerra, ocupação de Arica e Tacna por dez anos findos da guerra, um plebiscito decidirá a quem ficarão pertencendo (...) Estas bases que são muito vantajosas para o Chile foram geralmente bem recebidas [no país], porque, a paz é desejada por todos.²¹⁶

As bases do tratado de paz foram, sem dúvida, extremamente favoráveis aos interesses chilenos, já que lhes permitiam apropriar-se das mais ricas províncias peruanas. Mesmo depois de determinados os principais termos do tratado, esse não pôde ser firmado na medida em que a autoridade do presidente Iglesias fora contestada pelos *montoneros*, grupo ligado a Cáceres. Em razão desse ocorrido, as tropas chilenas se uniram às tropas de Iglesias com o objetivo de derrotar a resistência ligada a Cáceres, esperando gerar condições mínimas de “paz”, no Peru, para que o tratado chileno-peruano fosse, enfim, assinado.

Assim sendo, em meados de 1883, a resistência *montonera* fora derrotada pelas tropas chilenas na batalha de Huamachuco, encerrando, portanto, as operações bélicas na Guerra do Pacífico. A partir desse acontecimento, Iglesias se consolidou enquanto presidente do Peru e assinou a paz com os chilenos em 20 de outubro daquele ano, na cidade portuária de Ancón, colocando fim a um longo período de hostilidades entre as duas nações²¹⁷.

A anexação da província de Tarapacá pelos chilenos, somada à posse temporária das províncias de Tacna e Arica, garantiu a eles praticamente o monopólio mundial das reservas de salitre e guano, fato que colaborou para seu grande desenvolvimento econômico na virada do século XIX para o XX. Além da posse das referidas províncias peruanas, os chilenos tinham se apropriado da província boliviana de Antofagasta, igualmente rica em recursos minerais, que lhes foi garantida pela trégua assinada com a Bolívia em 4 de abril de 1884²¹⁸. Assim, a vitória do Chile na Guerra do Pacífico garantiu sua hegemonia política, econômica e militar no Pacífico Sul, condição que o converteu em uma “potência regional”.

Como vimos, a Guerra do Pacífico não envolveu somente os beligerantes, na medida em que o Brasil também participou, embora apenas no campo diplomático. Ainda que o Chile buscasse uma aliança estratégica com o Brasil, com vistas à rivalidade argentina, esse se manteve neutro, apenas prestando seus serviços na tentativa de busca pela paz e como forma de que seu papel diplomático reforçasse seu prestígio internacional.

²¹⁶ LIB em Santiago. In: AHI (230/4/9). Ofício ostensivo n. 14, de 29/05/1883.

²¹⁷ BARROS, Mario. Op. cit. p. 427-433.

²¹⁸ BARROS, Mario. Op. cit. p. 431-436. O tratado de trégua assinado entre Chile e Bolívia em abril de 1884, garantiu a posse temporária da província de Antofagasta ao primeiro país, até que se firmasse um tratado definitivo de paz e amizade entre ambas as nações. Este tratado de paz e amizade foi firmado somente em 1904, e acabou por garantir a posse perpétua de Antofagasta aos chilenos, convertendo a Bolívia a um país mediterrâneo.

Portanto, o Império optou por uma política neutra na Guerra do Pacífico, procurando manter uma relação amistosa com as nações vizinhas, política que já vinha defendendo há anos, desde o fim da Guerra do Paraguai. Além disso, o Império se encontrava cada vez mais fragilizado e dificilmente tomaria outra decisão que não fosse a neutralidade, já que não dispunha de recursos suficientes para sustentar um conflito no Pacífico, região de pouco interesse econômico e estratégico para o Império.

CAPÍTULO 4. A REPERCUSSÃO DA GUERRA DO PACÍFICO NA IMPRENSA BRASILEIRA

Historiadores das relações internacionais, como Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, sempre argumentaram que a escrita dessa história requer vários ingredientes que não envolvam apenas os governos e seus governantes, mas também indivíduos, instituições, empresas, partidos, etc. O estudo das relações internacionais convida o pesquisador a dialogar com outras disciplinas, pois ele deve levar em conta outros agentes e condições. Essa multidisciplinaridade, além de incentivar o pesquisador a analisar seu objeto por vários ângulos, o convida a trabalhar com novos conceitos e a levantar novos questionamentos.

Nesse esforço por novos questionamentos, a opinião pública vem se tornando ingrediente relevante para a análise das relações entre países, pois, em algumas situações, a opinião pública pode influir no processo decisório das políticas internacionais dos países. Mais do que isso, há uma relação de “influências mútuas entre a política externa brasileira e a opinião pública”.²¹⁹

Essa relação ainda é pouco trabalhada no Brasil. De certa forma, estabelecem-se hierarquias de fatores mais ou menos influentes no meio diplomático, dos quais a opinião pública é tida como algo complementar. É como se a ação diplomática estivesse relacionada apenas a fatores práticos como as decisões políticas dos homens de Estado, as relações econômico-financeiras, a questão militar-estratégica, a geopolítica e as relações culturais entre países.

Sem dúvida, ao tratar da opinião pública, faz-se necessário discorrer sobre a definição desse conceito. Contudo, o objetivo não é discutir os inúmeros significados do termo, mas estabelecer relações entre esse e a política internacional. Assim, utilizaremos o conceito conforme sugere a historiadora Tânia M. P. Gomes Manzur:

(...) opinião pública é o conjunto das correntes de pensamento expressas em um país em determinado período. Com isso, engloba a expressão de grupos definidos politicamente (como, por exemplo, o Parlamento, ou os partidos políticos), economicamente (as elites, as camadas populares) e socialmente (os movimentos sociais, dentre os quais associações, grupos religiosos, militares), naquilo em que apresentem um consenso, uma unidade em torno de posições definidas.²²⁰

²¹⁹ GOMES MANZUR, Tânia Maria Pechir. Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço Historiográfico. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.º. 42 (1): 30-61 [1999], p. 30.

²²⁰ Idem, p. 30e 31.

Dentre esses vários “grupos” mencionados, podemos destacar a imprensa. Sua importância deve-se ao fato de ela concentrar aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais que divulgam e induzem opiniões e tendências em toda a sociedade. Dessa forma, a imprensa tem considerável influência no meio político e em suas decisões. No que se refere à política internacional não seria diferente.

Para tanto, ao tornar a imprensa objeto de pesquisa, o historiador deve estar atento ao método de abordagem a ser utilizado. Sobre isso, Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado advertem sobre o uso de periódicos como objeto:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.²²¹

A imprensa influencia o social e o político, mas essa intervenção não é inocente. Apesar de um discurso probo, jornais, revistas, dentre outros, atendem a interesses próprios e de outros atores sociais. Repletos de interesses políticos, econômicos e culturais, esses meios de comunicação tomam posições que, ao contrário do discurso aferido, estão longe de serem imparciais. Cabe ao historiador não se deixar levar por esse discurso e procurar desvendar a quem ele se destina, entre outras questões.

Com isso, o objetivo do presente capítulo é analisar de que forma a opinião pública brasileira, através da imprensa, analisou e divulgou a Guerra do Pacífico em nosso país.

4.1. O Jornal *A Província de São Paulo*

Como já mencionamos, a expansão da economia cafeeira no centro-sul do país, na segunda metade do século XIX, introduziu consideráveis transformações de infra-estrutura, visualizadas, sobretudo, pelo advento das ferrovias. A chegada do trem diminuiu as distâncias entre o campo e a cidade e entre os próprios centros urbanos²²². Essa maior integração acelerou o processo de urbanização do país, bem como a circulação das idéias e,

²²¹ CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia: o jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Alfa - Omega, 1980, p. XIX.

²²² A primeira linha férrea do país foi inaugurada no Rio de Janeiro em 30 de abril de 1854.

naturalmente, o desenvolvimento da imprensa. As linhas férreas deram agilidade à notícia, que se locomovia em direção às regiões de maior contingente populacional como a capital federal, a capital paulista e seu interior.

Nesse período, a província de São Paulo passou a receber um grande fluxo imigratório. O destino dos inúmeros trabalhadores eram as fazendas de café do Oeste. A inauguração da ferrovia *São Paulo Railway*, em 1867, acabou por acelerar esse processo. Ligando o planalto paulista ao porto de Santos, a ferrovia passou a ser a principal via do país no transporte do café. Construída com a finalidade de atender ao mercado externo, a linha férrea acabou por acelerar o desenvolvimento do mercado interno em São Paulo, incentivando um considerável crescimento comercial, industrial e, conseqüentemente, urbanístico e populacional. A cidade de São Paulo, em 1875, possuía cerca de 31 mil habitantes e já era um dos principais centros urbanos do país.²²³

Além da ferrovia, outras melhorias técnicas também foram relevantes para o crescimento e profissionalização da imprensa. Além do desenvolvimento tipográfico, cabe destacar a introdução do telégrafo e do cabo submarino, tecnologia que ligou a imprensa brasileira ao “centro” político, econômico e intelectual do período, a Europa. Essas inovações deram maior suporte à produção do jornal, transformando-o, gradativamente, em um negócio²²⁴.

O crescimento da imprensa também veio acompanhado pelo aumento das críticas nas páginas direcionadas à monarquia brasileira. A década de 1870 foi decisiva no curso dos acontecimentos históricos do país, quando foi lançado o *Manifesto Republicano*, assinado por bacharéis, intelectuais e jornalistas, alguns dos quais estritamente ligados à imprensa, como Salvador de Mendonça e Quintino Bocaiúva²²⁵. Na capital federal foi fundado o *Partido Republicano* e o jornal do partido, *A República*.

Nesse mesmo período, em São Paulo, foi fundado o PRP (Partido Republicano Paulista)²²⁶ com quadros recrutados entre maçons, estudantes, militares e cafeicultores do oeste paulista. A imprensa paulista também participou desse movimento republicano, com

²²³ Ver: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tânia Regina. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p.

²²⁴ É importante ressaltar que, até esse período, os jornais tinham mais uma função política do que econômica. Os pequenos mercados de leitores além das precárias condições tipográficas não garantiam lucros exorbitantes aos seus proprietários. Assim, podemos dizer que o fator econômico condicionou um maior desenvolvimento da imprensa no século XIX.

²²⁵ Quintino Bocaiúva foi diretor do jornal fluminense *O País* fundado em 1884 e que fazia intensa campanha republicana.

²²⁶ O PRP foi fundado em 18 de abril de 1873 durante a Convenção de Itu. Essa reunião realizada na cidade de mesmo nome no interior de São Paulo reuniu inúmeras lideranças políticas que inauguraram o movimento republicano.

destaque para os periódicos *Correio Paulistano*, *Gazeta de Campinas*, *Diário Popular* e *A Província de São Paulo*.

Desses periódicos, o de maior destaque foi *A Província de São Paulo*. Fundado em 1875 por ex-alunos da tradicional Faculdade de Direito ²²⁷, além de comerciantes, cafeicultores, empresários e jornalistas, o jornal, desde o início, defendeu o ideal republicano sem, no entanto, admitir-se como porta-voz oficial do recém fundado PRP ²²⁸. Sob a direção de José Maria Lisboa e a redação coordenada por Francisco Rangel Pestana e Américo Brasília de Campos ²²⁹, todos engajados no movimento republicano, o periódico foi uma importante voz dos opositores do regime dinástico brasileiro. Além de criticar o regime monárquico, muitas de suas linhas foram dedicadas à “campanha republicana e abolicionista” que, com o decorrer dos anos, passou a contar com o crescente apoio dos vários estratos sociais paulistas.

O *Província* foi inovador em muitos aspectos, sendo o primeiro jornal a ter venda avulsa em São Paulo ²³⁰ e, em termos técnicos, um dos primeiros a adotar a impressora de fabricação francesa *Alauzet*, movida a vapor ²³¹. Com essa máquina, o jornal, desde o seu nascimento, tinha uma tiragem diária de 2.035 exemplares, sendo 1080 destinados aos assinantes ²³². Assim, o periódico, composto por quatro páginas, tinha uma razoável circulação pela província.

O mais singular desse jornal foi o fato de a maior parte de seus fundadores estar ligada à elite cafeeira do Oeste Paulista, ou ainda ser parte dela. Foi um dos primeiros exemplos em que o “capitalismo do interior” se instalou na capital para investir na “indústria cultural”. Havia uma mobilização desses proprietários rurais na defesa de seus interesses, os quais podem ser resumidos em república federativa, trabalho livre e café. Por isso, a especial preocupação do jornal em solucionar os problemas relativos a esse último.

²²⁷ A Academia de Direito do Largo de São Francisco foi fundada na cidade de São Paulo em 11 de agosto de 1827. Essa instituição foi o berço do movimento republicano no país, com destaque para os presidentes Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves.

²²⁸ O *Província* apresentou-se como um jornal neutro. Porém, o periódico defende as mesmas causas do PRP, república, democracia e federalismo. Para Juarez Bahia essa aparente contradição pode ser vista como uma “estratégia para tornar mais eficiente a propaganda republicana, questionar a imparcialidade, observar a prudência e a moderação” Ver in, BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1990, p. 76.

²²⁹ Também contribuíram na redação nesse período Américo Brasiliense e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

²³⁰ O vendedor francês Bernard Gregoire, montado num cavalo, oferecia o jornal em vários recantos da capital paulista.

²³¹ A impressão era, primeiramente, da primeira e quarta página e, posteriormente, da segunda e terceira. Em 13 de setembro de 1881 é instalado um prelo mais veloz, movido por motor a querosene. Ver in: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tânia Regina. Op. cit. p.

²³² Em 1890 O ESP imprimia 8 mil exemplares diários. Informação extraída do site do jornal *O Estado de São Paulo*, < <http://www.estadao.com.br>>, acessado em 21/04/2009.

Representando os setores mais dinâmicos da economia do café, o periódico deu grande importância aos assuntos relativos a esse produto, como o balanço mensal das exportações pelo porto de Santos, as cotações no mercado externo, os problemas relativos ao controle de pragas, a política governamental para o produto, entre outros, todos assuntos corriqueiros do jornal. Muitas das linhas também foram dedicadas à “campanha abolicionista”, com vários editoriais criticando a postura do então fragilizado Império. Discutia-se sobre a chegada dos imigrantes europeus, vistos como fator fundamental para o crescimento do país. Esse tripé – república, abolição e café – foram as diretrizes que nortearam o jornal na sua primeira década de vida.

Apesar desses temas nacionais serem centrais na pauta do *Província*, podemos destacar a considerável importância que o periódico dava aos assuntos do exterior. De fato, a ferrovia, o cabo submarino telegráfico, os vapores vindos de outros continentes e a intensificação das relações diplomáticas, bem como do jornalismo nacional e internacional, possibilitaram um maior acesso e espaço às “notícias do mundo”. Notícias da Europa, Estados Unidos, América Latina e, até mesmo, de áreas mais distantes dos trópicos como o Império Russo e Japão tinham espaço quase que diário.

O jornal de circulação diária começou com 5 colunas largas, em 4 páginas. A partir de 1880 passaram a ser 6 colunas. Era dividido por seções como *Exterior*, *Científica*, *Comércio*, *Livre*, *Questões Sociais*, *Noticiário*, etc, e não continha imagens, exceto nas últimas duas páginas destinadas à seção *Anunciantes*, onde se encontravam os patrocinadores²³³. Esporadicamente, ao pé da primeira página, era reservado espaço para o *Folhetim*, uma espécie de suplemento literário²³⁴.

Das várias seções do jornal, dedicamos especial atenção à seção *Exterior*, localizada quase sempre na primeira página, na qual o periódico noticiava os principais acontecimentos internacionais. Também analisamos uma segunda seção, intitulada *Noticiário*. Esta, de menor importância, por estar na maioria das vezes na segunda ou terceira página, era composta por “notas rápidas” sobre os acontecimentos do Brasil e do mundo. Portanto, para analisar as notícias internacionais é necessário recorrer a essas seções.

Dada essas características, ao observarmos o periódico, identificamos sua particular preocupação com os assuntos da América do Sul. Devido à Guerra do Paraguai e à conseqüente tensão entre Argentina e Brasil na Bacia Platina, o Cone-Sul recebeu demasiado

²³³ Em fins de 1870 o anúncio classificado, sucinto e direto, de natureza meramente informativa, gradativamente fora incorporando recursos visuais que divulgavam produtos e prestavam serviços.

²³⁴ Sob inspiração do jornalismo francês é que o periódico paulistano adota o folhetim de pé de página.

espaço nas linhas do periódico em finais do século XIX. A política externa e interna dos argentinos, inclusive os embates entre unitaristas e federalistas, a economia e as finanças, além do parque bélico dos vizinhos do sul, foram assuntos destacados, muitas vezes, na primeira página do jornal.

Apesar de a Argentina chamar maior atenção do *Província*, no ano de 1879 as crescentes tensões entre Bolívia, Peru e Chile começaram a ganhar espaço nas páginas do periódico. Quando teve início a Guerra do Pacífico – fevereiro de 1879 – o jornal publicava notícias semanais sobre o conflito, algo considerável para os padrões da época.

No caso específico das notícias envolvendo a América Latina, as principais fontes do *Província* eram as informações obtidas por via telegráfica. Esse meio de comunicação passa a ser difundido com o início da Guerra do Paraguai, quando se intensifica a montagem de linhas telegráficas em direção ao sul do país. Nessa época, foram instalados cabos por todo o litoral brasileiro até Montevidéu que, garantidos por uma conexão, chegavam à costa do Pacífico. Em 1874, um cabo submarino ligou o Brasil à Inglaterra, garantindo ao país contato com a Europa. Nesse mesmo período foi realizada a ligação telegráfica, via Belém do Pará, aos norte-americanos. É importante frisar que a agência *Havas*, de capital francês, detinha o monopólio da transmissão de notícias para a América Latina e, evidentemente, cobrava por tal serviço²³⁵.

A eficiência desse novo meio de comunicação foi indispensável para o desenvolvimento da imprensa brasileira que, com essa nova ferramenta, passou a ter acesso a informações de várias partes do mundo. Com o periódico paulistano não foi diferente. Esse novo meio de comunicação foi muito útil em relação aos principais acontecimentos do continente. A importância do telégrafo fica evidenciada num trecho de um artigo publicado no jornal sobre o início do conflito, intitulado *A questão entre Chile e Bolívia*, de 9 de abril de 1879 :

Já sabemos por via telegráfica que estava definitivamente feita a aliança entre Bolívia e Peru e por ambos aqueles países declarada a guerra com o Chile. Jornais agora chegados do Rio da Prata, embora anteriores àquela notícia telegráfica, adiantam pormenores que aqui passamos a resumir. Dava-se como certa que em sessão secreta do congresso chileno fora aprovada a proposta do governo pedindo autorização para despesas extraordinárias da guerra; a anulação do tratado com a Bolívia [de 1874] e a conseqüente ocupação dos territórios; criação de alfândegas em Antofagasta, etc.²³⁶

²³⁵ CAMARGO, Haroldo Leitão. *Barcos, telégrafo elétrico e cabo submarino*, disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br>>, acessado em 24/05/2009.

²³⁶ “A questão entre Chile e Bolívia”, *A Província de São Paulo*, 09/04/1879, p. 01.

A partir do artigo acima transcrito, podemos assinalar que, além do telégrafo, o jornal consultava periódicos do Rio da Prata, em especial argentinos e uruguaios, para noticiar os acontecimentos envolvendo a Guerra do Pacífico. Esse recurso, mais antigo que o telégrafo, ainda era muito utilizado pela imprensa do período e suas vantagens eram claras: era mais barato e as informações mais completas. Entretanto, a velocidade da notícia era menor se comparada ao telégrafo. Os vapores do Prata, por exemplo, demoravam, em média, 20 dias para chegar ao litoral paulista. Esses jornais chegavam a São Paulo pelo porto de Santos dado o trânsito de vapores oriundos dos portos de Buenos Aires e Montevideú, os quais traziam os periódicos dessas cidades.

Levando em conta esse considerável acesso às notícias dos vizinhos sul-americanos, iremos analisar de que forma o *Província* noticiou a Guerra do Pacífico.

4.2. A Guerra no *Província de São Paulo*

Nos últimos anos da década de 1870 a tensão entre os países sul-americanos aumentou. O fim da ocupação brasileira no Paraguai, em 1876, e os respectivos acordos de paz entre o país guarani e Aliados encerraram todas as questões relativas a esse conflito. Entretanto, o clima de desconfiança entre Brasil e Argentina cresceu. Mais uma vez, os interesses de ambos na Bacia Platina, além das questões envolvendo as Missões, acabaram por distanciar os países que, a menos de uma década, lutavam juntos contra López.

Mas, dos países sul-americanos, o Chile foi o que mais se envolveu em disputas territoriais com os vizinhos. Nesse período, as fronteiras ao sul do continente estavam sendo negociadas com os argentinos, sendo a Patagônia e os Estreitos do Sul o grande ponto de discórdia entre esses dois países. Ao Norte, o deserto do Atacama era uma área litigiosa com os bolivianos. Por conta dessas questões eclode a Guerra do Pacífico, como já falamos anteriormente.

Devido a essas tensões no sub-continente, cada um dos países buscou estratégias diplomáticas e até militares na defesa de seus interesses. É com base nesse contexto que separamos os textos jornalísticos do *Província* a serem analisados. Podemos observar, na tabela seguinte, a disposição dos textos sobre o conflito por temas e anos:

Tabela 2

A Província de São Paulo: número de notícias, artigos e notas entre 1879-1883

TEMAS SELECIONADOS	ANOS					TOTAL
	1879	1880	1881	1882	1883	
Guerra do Pacífico	43	33	32	22	41	171
Questão da Patagônia: Chile e Argentina	11	05	10	01	-	27
Relações diplomáticas dos contendores com terceiros	08	07	06	03	08	32
Relações diplomáticas dos beligerantes com o Brasil	02	08	01	02	01	14
Outros	04	04	02	03	03	16
						260

Como pode ser vislumbrado através da tabela, no que se refere ao próprio conflito encontramos 171 textos distribuídos ao longo de 5 anos, o que nos dá uma média aproximada de 1 notícia a cada 10 dias. Contabilizando todos os textos que de uma forma ou de outra tratam da questão, a média é de 1 notícia por semana.

Em ambos os casos, consideramos elevada a divulgação dada pelo periódico ao evento bélico. A América Andina era, até aquele momento, uma região tida como marginal para o Brasil, seja pela distância geográfica, pela falta de comércio, pelas diferenças culturais, etc. Essa região era considerada por alguns jornalistas da época como inóspita ou exótica.

Entretanto, essa situação vinha se alterando, desde as vésperas da Guerra do Paraguai, nos círculos diplomáticos. Missões diplomáticas, fundação de Legações, acordos e tratados envolvendo fronteiras passaram a se tornar cada vez mais freqüentes entre o Brasil e esses países²³⁷. Isso talvez explique o interesse da diplomacia imperial em buscar aliados, ou diminuir o número de “inimigos”, durante a Guerra da Tríplice Aliança. Além disso, o desenvolvimento do transporte marítimo²³⁸ possibilitou uma maior integração diplomática e comercial entre os países sul-americanos, levando o governo brasileiro a ampliar o seu foco para além dos Andes.

Como já foi mencionado, o desenvolvimento dos meios de comunicação da época foi importante na circulação das notícias internacionais. Sem dúvida, o telégrafo foi ferramenta fundamental nesse processo, através do qual eram veiculadas “notas rápidas”, devido ao custo elevado. Essas notícias davam agilidade aos jornais da época, os quais passaram a dar notícias com um dia de atraso, algo impensado 10 anos antes. Esse

²³⁷ Para compreender melhor esta questão ver a p. 58-59.

²³⁸ Ao longo da segunda metade do século XIX, os barcos a vapor, gradativamente, foram substituindo as embarcações a vela o que tornou as viagens mais rápidas.

desenvolvimento tecnológico, aliado à profissionalização do meio jornalístico, sedento por notícias nacionais e internacionais, dava maior credibilidade aos jornais da época.

Tratando especificamente sobre o *Província*, as primeiras tensões entre Chile e Bolívia foram noticiadas nos primeiros dias do ano de 1879. Sobre os crescentes atritos envolvendo chilenos e bolivianos, vejamos o primeiro texto a tratar dessa questão, intitulado *Chile*, de 20 de janeiro de 1879:

(...) Ao que parecia, o Chile entrara num período de agitação. Ainda uma questão não estava finda [com a Argentina], e já surgira outra complicação com a Bolívia, que podia assumir grandes proporções. O governo boliviano lançara um tributo sobre o salitre elaborado em Antofagasta por industriais chilenos; o governo do Chile, porém, sustesntava, que o da Bolívia não podia impor no espaço de 25 anos tributo algum sobre a indústria chilena do salitre. Apesar disso, o governo boliviano mandara executar a lei votada pela assembléia da Bolívia. (...) ²³⁹

Essa notícia refere-se ao “estopim” da Guerra do Pacífico, o famoso “imposto dos dez centavos”. Com o Tratado de Limites de 1874 entre Chile e Bolívia, a Bolívia se comprometera a não sobretaxar os impostos sobre empresas salitrenhas chilenas, entre os paralelos 23° e 24°, em troca da soberania do mesmo território. Contudo, como destaca a notícia acima, o não cumprimento do tratado, pela Bolívia, levou os chilenos a ocuparem, militarmente, a região de Antofagasta, dando início ao conflito, em fevereiro de 1879. Sobre a ocupação chilena em Antofagasta, o jornal publicou em 1 de março daquele ano o texto intitulado *Guerra entre Chile e Bolívia*:

Em nossa última hora de ontem já dissemos que as últimas notícias davam como inevitável a guerra entre aqueles dois países do Pacífico. Já se achava em Antofagasta um batalhão chileno protegido por uma corveta e dois encouraçados da mesma nacionalidade.

_ um telegrama do Chile para o Rio da Prata, de 12 [de fevereiro], refere:

“A guerra com a Bolívia é um fato inevitável; já começou a ação. As folhas de hoje publicam o seguinte despacho telegráfico dirigido pelo governo [chileno] a todos os intendententes:

‘ O governo da Bolívia, sem atender as nossas reclamações, decreta a expropriação do que é nosso, apoderando-se do que é nosso, apoderando-se das salinas sem dar a menor explicação’. (...)

A agitação aqui em Santiago é extraordinária; a guerra aqui é popularíssima.

O encarregado de negócios do Peru ofereceu a mediação de seu governo, mas o governo chileno recusou-a, alegando ter sido a Bolívia quem precipitou o conflito.

²⁴⁰

Nesse trecho encontramos várias informações relevantes. A primeira reside no fato de que, para o jornal, o conflito entre Chile e Bolívia era praticamente inevitável devido

²³⁹ “Chile”, *A Província de São Paulo*, 20/01/1879, p. 01

²⁴⁰ “Guerra entre Chile e Bolívia”, *A Província de São Paulo*, 01/03/1879, p. 01.

ao deslocamento de tropas e navios de guerra chilenos para o território boliviano, e a aspectos mais abstratos como a influência de periódicos platinos na coleta de informações e interpretações relativas ao evento. Para tanto, é relevante considerar que o jornal transcrevia notícias publicadas nos periódicos platinos. Isso pode ser constatado através das aspas inseridas no texto e do atraso cronológico da informação transcrita. O fragmento copiado pelo *Província* faz referência a um telegrama emitido pelo governo chileno em 12 de fevereiro, e a referida edição do jornal paulista data de 1º de março. Assim, nesse intervalo de pouco mais de 15 dias, houvera tempo suficiente para os vapores transportarem jornais argentinos e uruguaio para São Paulo, a ponto de o *Província* noticiar os acontecimentos da costa do Pacífico.

Outro dado revelado, com a leitura do texto acima, é a preocupação do governo chileno em emitir notas sobre o assunto, sempre ressaltando o seu ponto de vista sobre a questão. Isso nos aclara que os governos do final do século XIX já demonstravam uma grande preocupação com a opinião pública, sendo cada vez mais necessário informar e justificar suas ações perante a mesma. O jornal era o principal meio de comunicação da época e a sua relação com o poder estatal aumentara no decorrer dos anos.

Por fim, a notícia anteriormente citada menciona uma possível mediação peruana sobre a questão chileno-boliviana. Sobre isso, há um outro texto, intitulado *Rompimento entre Chile e Bolívia*, datado de 12 de março:

É sem dúvida um grave acontecimento para a América do Sul a guerra entre aquelas duas potencias da costa do Pacífico.

Reunimos os telegramas que a respeito têm sido transmitidos das duas principais cidades do Chile (Santiago e Valparaíso) para o Rio da Prata: (...)

As notícias que chegam do Peru tem um caráter assustador. Monteiro, chefe prestigioso da marinha, proclamou a esquadra excitando-a a tomar parte odiosa em favor da Bolívia. Algumas folhas chamam a esse país o *aliado natural do Peru*. Contudo, não há um só ato do governo de Lima (capital do Peru) correspondente a essas agitações. O presidente Prado é muito chileno, e não creio que se faça cúmplice dos desejos dos *agitadores*. (...)

Valparaíso, 26 de fevereiro.

O governo do Peru decidiu-se a oferecer sua mediação aos governos de Chile e da Bolívia. Para esse fim, o Dr. Lavalle vem acreditado no caráter de ministro plenipotenciário, coma missão especial de iniciar em Santiago a mediação. (...) O ministro Lavalle veio oferecer a mediação do governo do Peru, mas já é tarde.

O Peru ficará neutro.²⁴¹

Como consta no texto, o Peru estava empenhado em oferecer a mediação, tanto que enviara um representante a fim de resolver todas as pendências entre as partes. Embora o jornal julgue tarde a oferta de mediação, por causa do agravamento da tensão entre Bolívia e

²⁴¹ “Rompimento entre Chile e Bolívia”, *A Província de São Paulo*, 12/03/1879, p.1, (grifos do autor)

Chile, havia uma crença de que o Peru ficaria neutro ao conflito, seja porque resolveu mediar o mesmo, seja pela “amizade” com os chilenos.

Essa visão do jornal *A Província de São Paulo* deve-se ao fato de que a maioria das fontes de informações provinha de jornais do Rio da Prata, os quais se baseavam nas notícias de jornais chilenos, como faz referência o segundo parágrafo do trecho transcrito. Assim, podemos dizer que uma parte da imprensa chilena, nos primórdios do conflito, esperava a neutralidade dos peruanos. Apesar de essa mesma imprensa reconhecer a amizade entre o povo boliviano e peruano, havia uma confiança na “austeridade” do presidente Prado que, para eles, fazia esforços para um entendimento mútuo.

Para tanto, a imprensa platina não era passiva em relação às informações coletadas junto aos chilenos no que se referia à Guerra do Pacífico. Para os jornalistas uruguaios e argentinos, o papel da diplomacia peruana requeria muita atenção. Vejamos a parte final do mesmo texto citado anteriormente:

O *Siglo* de Montevideú, de 2 corrente diz:

O telegrafo nos apresenta os assuntos do Pacífico com um aparato bélico cada vez mais pronunciado.

A atitude do Peru (diz um colega argentino) é de caráter duplo. É a mediação armada, que se interpõe entre os beligerantes para obter ou impor a paz.

O contrapeso do Peru muda completamente a preponderância ativa do Chile no Pacífico.

A pressão que sua esquadra exerce sobre as costas da Bolívia se debilita com a presença de um poder marítimo que tem de antemão justas queixas contra o espírito agressivo do Chile.

Faz-se o equilíbrio e desaparece a preponderância chilena. (...)

Faltava-lhe quem neutralizasse a ameaça da esquadra, e aí aparece o Peru como amigo dos contendores, iniciando a conciliação, ou como aliado da Bolívia, no caso extremo de uma colisão.

Isso parece iminente, mas é necessário esperar o resultado das negociações iniciadas em Santiago pelo ministro peruano.

Não teremos muito que esperar.²⁴²

O periódico paulistano, que como sabemos reproduzia as notícias de jornais do Rio da Prata, afirmou que a mediação peruana foi dúbia. Isso se devia ao fato de o país se dizer neutro ao conflito e, ao mesmo tempo, mostrar simpatias à causa boliviana. Além do mais, fazia anos que os peruanos se mostravam incomodados com a expansão chilena no Pacífico, tanto no âmbito econômico como militar. Assim, dado esse contexto, o jornal mostra-se relativamente cético quanto ao sucesso da mediação peruana na questão.

Com isso, percebemos que o *Província de São Paulo*, em uma mesma notícia, trabalha com visões antagônicas sobre o mesmo evento. No primeiro fragmento citado, a

²⁴² Idem.

notícia foi endossada por telegramas de Santiago e Valparaíso, o que levou o jornal a compartilhar da interpretação chilena sobre os fatos. Ao utilizar o adjetivo “assustador”, o jornal se refere à simpatia do chefe da Armada Peruana à causa boliviana e, ao classificar como “agitadores” os peruanos simpáticos à Bolívia, toma partido a favor dos chilenos, ao fazer votos pela neutralidade peruana na questão. Isso fica evidenciado com a afirmação: “O Peru ficará neutro”.

Já no segundo fragmento citado, apoiado em jornais do Prata, o *Província* questiona os motivos para a neutralidade peruana na questão. Isso se devia ao fato de que os interesses de Peru e Chile no Pacífico não eram convergentes, mas sim divergentes. A questão que se impunha era de que o Peru tinha “justas queixas” contra o expansionismo chileno no Pacífico que, há tempo, ameaçava os interesses de peruanos e bolivianos na região. Desse modo, os interesses de Bolívia e Peru seriam os mesmos, ou seja, combater o “espírito agressivo” do Chile na região. Portanto, segundo o jornal, a aliança entre os países – Peru e Bolívia – seria uma questão de tempo.

Um dado curioso é que nesse período as imprensas platina e chilena nutriam grande antipatia entre si. Como as relações entre Argentina e Chile estavam bastante tensas devido às disputas pela Patagônia e pelos Estreitos do Sul, a maior parte da opinião pública, desses países, nutria antipatia ao vizinho, aumentando a tensão já existente. Nesse contexto, era natural que a imprensa argentina se indispusesse à causa chilena. Assim, fica claro o porquê de os periódicos platinos classificarem como “agressiva” a postura chilena no Atacama e definir como “justas” as queixas bolivianas e peruanas sobre o Chile.

A dependência do *Província* em conseguir informações sobre o Pacífico, por intermédio de periódicos argentinos, uruguaios ²⁴³ e chilenos, o coloca em uma situação contraditória. Seja através dos vapores oriundos dessas regiões, seja por via telegráfica, as notícias vinham acompanhadas da visão daqueles periódicos que, na maioria das vezes, se contradiziam ou até defendiam pontos de vista opostos. Num período em que os correspondentes internacionais eram raros, quase todas as notícias internacionais eram obtidas, apenas, daquele modo. Como a distância geográfica era grande, o periódico paulista não tinha como verificar a autenticidade desta ou daquela notícia. Assim sendo, o jornal optava por divulgar o maior número de notícias sobre um determinado acontecimento, mesmo que contraditórias, certamente para não correr o risco de omitir informações de determinado evento.

²⁴³ É importante frisar que os periódicos uruguaios, por influência argentina, compartilhavam da mesma antipatia para com os chilenos.

Apesar desses fatores, não podemos esquecer que a mediação peruana, nas primeiras semanas de conflito, gerou grande controvérsia no meio político sul-americano. Por um lado, os bolivianos negociavam com os peruanos o cumprimento da Aliança Defensiva de 1873, ratificada por ambos; por outro, parte dos chilenos incentivavam a imparcialidade peruana na questão. Essa neutralidade favoreceria aos chilenos que, diplomática ou militarmente, resolveriam rapidamente suas pendências com a Bolívia. Além disso, os argentinos, que tinham consideráveis desavenças com os vizinhos ocidentais, acreditavam que os peruanos não tinham motivo para favorecer o Chile nessa questão. Os rumores da aliança secreta de Peru e Bolívia eram cada vez mais presentes no Rio da Prata. Sobre isso, uma notícia datada de 18 de março afirma que:

(...) As folhas do Chile noticiam com minuciosidade os preparativos bélicos por toda a república, organização de batalhões cívicos, repetidas manifestações populares de patriotismo e entusiasmo. Entretanto, dizia *El Mercurio* que não se podia crer na possibilidade de um tratado secreto de aliança entre Bolívia e Peru, nem tão pouco que o governo argentino fosse capaz de cometer uma perfídia, qual seria a de se envolver-se na questão chileno-boliviana, acabando-se ligada ao Chile pelo pacto de 6 de dezembro [de 1878].²⁴⁴

“Se o congresso argentino desaprovar esse pacto, a República Argentina poderá ser um aliado natural da Bolívia; por enquanto não”.

El Ferro-Carril disse, por sua vez, que não podia se compreender de que maneira o Peru justificaria o seu intrometimento na questão com a Bolívia.

O que é certo, é que mais e mais estreitam-se as simpatias e união de interesses entre Bolívia e Peru, provindo daí notável desequilíbrio na preponderância do Chile.(...)

Hoje continuou a conferência entre Fierro e Lavalle, sem nenhum resultado.

A crença é que o plenipotenciário se retirará sem apresentar suas credenciais.²⁴⁵

Para o jornal, a mediação peruana muito provavelmente não teria sucesso. Isso se deveria a uma maior aproximação das repúblicas do altiplano em detrimento do Chile. Entretanto, o que mais chamou a atenção do periódico foi o posicionamento da Argentina na questão. Dada a grande tensão entre chilenos e argentinos, em decorrência da disputa pela posse da Patagônia, havia um grande temor de a Argentina intervir na questão em favor dos bolivianos. Isso preocupava os chilenos, por motivos evidentes, e alguns diplomatas brasileiros. Pois, com isso, correr-se-ia o risco de um expansionismo argentino no continente, o que não era conveniente ao Império já decadente.

Nesse período, Brasil e Argentina ainda disputavam o domínio sobre o território das Missões. Uma Argentina fortalecida não interessava ao governo brasileiro, que poderia

²⁴⁴ O texto refere-se ao Tratado de Fierro-Sarratea assinado em dezembro de 1878, no qual Chile e Argentina se comprometeram em resolver suas disputas territoriais pela via diplomática.

²⁴⁵ “A questão chileno-boliviana”, *A Província de São Paulo*, 18/03/1879, p.1.

ser prejudicado nessa disputa. Dessa forma, podemos dizer que, apesar de a Guerra do Pacífico não envolver diretamente a Argentina, esta acabou por despertar tanta atenção da imprensa brasileira quanto o próprio conflito.

Com o passar do tempo, as desconfianças em relação à aproximação de Bolívia e Peru puderam ser comprovadas. Em abril de 1879, o jornal paulistano divulgou a formação da aliança entre esses dois países com notas nos dias 9 e 18, respectivamente:

Já sabemos por via telegráfica que estava definitivamente feita a aliança entre Bolívia e Peru e por ambos aqueles países declarada a guerra com o Chile. (...) ²⁴⁶
 As notícias dos últimos paquetes apenas confirmam e completam o que já é sabido por via telegráfica.
 Tendo o governo peruano declarado oficialmente que era certo existir entre a Bolívia e o Peru um tratado de aliança, celebrado anteriormente ao conflito atual, o governo chileno tomou a resolução de retirar de Lima o seu enviado plenipotenciário, D. Joaquim Godoy.
 A conduta do Peru excitava imensa indignação do povo chileno.
 Confirmando-se a existência desse tratado secreto entre Bolívia e Peru, e tendo sido remetidos pela legação do Chile em Lima os documentos a eles relativos, o conselho de estado chileno por unanimidade de votos resolveu no dia 1º corrente declarar guerra ao Peru. (...)
 No dia 5 foi solenemente promulgada a lei que declarava guerra ao Peru. (...)
 Tem-se de um momento para outro um combate naval, que talvez decida a questão.
²⁴⁷

Percebemos um pequeno intervalo de nove dias entre a primeira notícia telegráfica e a confirmação da mesma por impressos platinos. Somente de posse desses impressos é que o *Província* deu maiores detalhes sobre a aliança peruano-boliviana. Percebemos com isso que, apesar de o telégrafo ser o principal e mais eficiente meio de comunicação da época, o jornal ainda era dependente de fontes impressas obtidas, em sua maioria, através da imprensa platina. Certamente o grande empecilho para uma maior utilização do telégrafo tenha sido o preço, uma vez que o referido serviço era cobrado pela agência *Havas*. Apesar de *A Província de São Paulo* ser um jornal de tiragem razoável, e com máquinas relativamente modernas para a época, ainda não havia completado cinco anos de circulação e, portanto, não possuía recursos tão abundantes para tal investimento. Além disso, sabemos que se dava prioridade na utilização do telégrafo para a comunicação com a Europa, devido à importância política e econômica do continente europeu e à enorme distância geográfica do mesmo.

O *Província*, em contato com os impressos do Prata, divulgou maiores detalhes sobre a referida aliança e mencionou o “Tratado Secreto da Aliança Defensiva”, de 1873, ratificado por Peru e Bolívia, o qual procurava “barrar” o expansionismo chileno na região. A

²⁴⁶ “A questão entre Chile e Bolívia”, *A Província de São Paulo*, 09/04/1879, p. 01.

²⁴⁷ “A questão chilena”, *A Província de São Paulo*, 18/04/1879, p.01.

reação negativa dos chilenos era esperada e fora enfatizada pelo periódico paulista que detalhou as formalidades relativas à declaração de guerra destes aos aliados, bem como as subseqüentes operações militares. A partir desse momento, as expectativas do periódico estavam voltadas às operações bélicas dos contendores.

Nesse cenário, fora sugerido pelo jornal, e pela maioria da imprensa sul-americana, que o combate naval entre peruanos e chilenos decidiria o resultado do conflito, o que acabou ocorrendo. Pelo fato de o deserto do Atacama ser uma barreira natural para os beligerantes, o controle marítimo dessa região permitira um deslocamento mais eficiente de tropas e armamentos. Vejamos, a partir de agora, os principais textos relativos aos combates navais publicados pelo periódico paulista:

(...) Houve um combate entre navios chilenos e peruanos. O encontro efetuou-se perto do [rio] Loa. A canhoneira [chilena] *Magalanes* sofreu muito, bem como diz-se que a *Union* [peruana] também retirou-se mal do lugar da ação.

Parece que os navios peruanos retiraram-se em ordem, porém, também há quem diga que o fizeram em derrota batida e perseguidos pelo grosso da esquadra chilena, que se apresentou logo no lugar de combate.

O almirante chileno provoca um combate geral com a totalidade de ambas as esquadras e supõe-se que isso se realizará, essa notícia é esperada com ânsia.²⁴⁸

Como podemos conferir, foi relatado o primeiro encontro de forças nas águas do Oceano Pacífico. O combate ocorrera próximo à foz do Rio Loa, em território peruano. Apesar de o jornal relatar que, pelos menos, duas embarcações sofreram significativas avarias, não havia certeza sobre os resultados da batalha. É possível que isso ocorresse devido às notícias virem por intermédio de periódicos chilenos. Evidentemente que em tempos de guerra as notícias veiculadas eram tendenciosas e careciam de dados concretos. O próprio jornal reconhece esse fato e tem o cuidado em transmitir algumas notícias com ressalvas.

Sobre isso, o *Província* publicou uma notícia em que se discute o papel dos chilenos referente às informações relativas ao conflito:

(...) A imprensa [chilena] faz declarações oficiais dizendo que o telégrafo de Antofagasta está interrompido.

Em vista de tudo isso, presume-se que ocorram desastres que se ocultam ao povo.

Reina grande ansiedade. (...)

A imprensa argentina reclama contra a falta de notícias da guerra, e acusa o Chile de intencionalmente de perturbar as comunicações telegráficas entre o Rio da Prata e o teatro de guerra, porque isso lhe convém.²⁴⁹

²⁴⁸ “Rio da Prata e Pacífico”, *A Província de São Paulo*, 29/04/1879, p.01.

²⁴⁹ “A guerra chilena”, *A Província de São Paulo*, 20/05/1879, p. 01.

Através dessa notícia, foi feita, por intermédio da imprensa argentina, uma reflexão sobre o número escasso de informações sobre o conflito. Pela primeira vez, o jornal brasileiro afirmou, de forma mais incisiva, sobre a postura da imprensa chilena acerca do conflito. Até aquele momento, o periódico preocupava-se, apenas, em noticiar o evento, mas, como as informações veiculadas pela imprensa sul-americana começaram a ter um papel cada vez mais ambíguo, passou a publicar ressalvas sobre estas, além de mostrar ao leitor as várias visões do mesmo evento, polarizadas pela imprensa chilena e platina.

Sobre essa questão, um texto de 1º de junho trouxe informações e reflexões sobre a primeira grande batalha naval do conflito:

A imprensa do Rio [de Janeiro] continua a resumir o que trazem os jornais do Rio da Prata como antecedentes que parecem deixar alguma dúvida ao telegrama de 28, anunciando a vitória dos navios chilenos.

(...) Quarta-feira 21 corrente, houve um combate naval nas águas de Iquique, em frente ao porto.

Tomaram parte nele, do lado dos chilenos a corveta *Esmeralda* e a goleta *Covadonga*. Por parte dos peruanos entraram na contenda o monitor *Huascar* e a fragata *Independencia*, que levaram o ataque.

A *Independencia* estava encalhada e destruída a balas pelo fogo da *Covadonga*. (...)

Outras folhas dão o telegrama de Valparaíso nestes termos: “Quarta-feira, estando os navios chilenos *Esmeralda* e *Covadonga* bloqueando Iquique, foram surpreendidos pelos vasos peruanos *Huascar* e *Independencia*. Empenhou-se tremendo combate. (...) Ignora-se o resultado do combate. (...)”.

Referindo-se a este telegrama, faz *El Ferro-Carril* de Montevideú, as seguintes reflexões:

“A notícia deve ser recebida com reserva, porquanto sendo de origem chilena, é natural que os chilenos tratem de adulterar os fatos, sobretudo se forem desfavoráveis as suas armas. (...)

Pessoas que conhecem os mencionados navios dizem-nos que a *Esmeralda* é muito velha, e, conquanto reparada, não pode bater-se com navios tão poderosos como os que a surpreenderam. (...)

Assim, não é nenhuma temeridade supor que o Chile sofreu um sério desastre, cujos pormenores não tardaremos a saber”.

El Siglo de Montevideú, acompanhando essas observações, acrescenta: (...).

“De duas uma: ou os chilenos conseguiram um grande triunfo com elementos muito inferiores, ou nos está enganando o telégrafo fiscalizado pelos chilenos”.

Em quanto a nós, que estamos mais afastados das paixões que se agitam no teatro de guerra e no seio das nações vizinhas, também não será desacertado lembrar, que a seu turno a imprensa do Rio da Prata deve ser suspeita, atenta sua reconhecida má vontade contra o Chile.²⁵⁰

De fato, essa notícia é bastante controversa. Logo no início do texto foram expostas duas versões sobre o mesmo telegrama oriundo de Valparaíso. A primeira afirma que os navios chilenos tomaram a ofensiva frente às embarcações peruanas e, por isso, venceram a batalha. Já a segunda versão expõe que o ataque fora iniciado pelos peruanos, e

²⁵⁰ “O combate naval de Iquique”, *A Província de São Paulo*, 01/06/1879, p.01.

nada mais foi falado a respeito da batalha. Portanto, como anunciara o próprio jornal, o telegrama gerara incertezas sobre o triunfo chileno.

Para o jornal, as incertezas sobre a guerra não se restringiam ao que era publicado pelos periódicos brasileiros. Para o uruguaio *El Siglo*, uma vitória chilena se daria em condições muito especiais, sendo o mais provável a adulteração das informações por parte dos chilenos. O jornal *El Ferro-Carril*, também uruguaio, fora mais enfático ao afirmar que os navios chilenos se encontravam em péssimas condições e que jamais venceriam a moderna esquadra peruana. Por conseguinte, o mesmo afirma “ser natural” os chilenos alterarem o conteúdo das informações em seu favor.

Com isso, o *Província* trouxe as principais reflexões platinas sobre o conflito e procurou mostrar ao leitor não apenas as notícias referentes aos campos de batalha, mas também o que era publicado pelos principais periódicos sul-americanos. Evocando um ar de austeridade, o periódico paulista afirmara estar acima de toda essa discussão. Certamente isso se devia ao fato de o mesmo não estar envolto por “paixões”, como ocorria com os demais jornais do continente.

Dessa maneira, o jornal executaria, com propriedade, o seu papel de informar a “verdade”, na medida em que se mostra crítico o suficiente para não se deixar levar por extremismos sobre o assunto. O *Província* reconhece que suas fontes não eram confiáveis, mas é possível que através dessa postura procurasse mostrar ao leitor que se tratava de um periódico digno de confiança.

De qualquer forma, confiáveis ou não, os periódicos platinos continuaram a ser a principal fonte de informação do jornal paulistano sobre o conflito do Pacífico. Por influência desses periódicos, novos acontecimentos envolvendo chilenos e argentinos chamaram a atenção do *Província*. O tratado Fierro-Sarratea, pelo qual se buscava promover a arbitragem dos territórios do sul disputados por Chile e Argentina, não foi ratificado pelo Congresso argentino, gerando uma grande agitação política em Santiago e Buenos Aires, o que, evidentemente, acabou por abalar as relações entre os dois países.²⁵¹ Dada essas agitações políticas, principalmente na capital argentina, o periódico paulista veiculou a seguinte notícia:

Como que acompanhando *La Republica*, vários deputados provinciais apresentaram um projeto de lei autorizando o governo da província para adquirir na Europa um encouraçado de primeira classe, que se chamará *Buenos Aires*, e será posto à disposição do poder executivo nacional. (...)

Ao mesmo tempo diz-se que recentemente tinha-se mandado ordem para a Europa de quadruplicar o número de operários na construção do encouraçado *San Martin*. O

²⁵¹ Ver in: “Rio da Prata”, *A Província de São Paulo*, 08/07/1879, p.01.

conjunto destas circunstâncias parece indicar que as eventualidades da Guerra do Pacífico não apanharão despercebidos aos argentinos.²⁵²

No referido artigo, o *Província* destacou o comportamento da imprensa e dos congressistas argentinos que, em virtude do acirramento das relações com o Chile, eram favoráveis ao rearmamento naval como forma de resguardar os interesses dos argentinos frente aos chilenos. Nesse período de incertezas, o governo argentino investiu vultosas quantias de dinheiro no reaparelhamento da esquadra e do exército.²⁵³ Esta ação do governo de Buenos Aires relacionava-se ao seu temor a uma possível atitude belicosa do vizinho ocidental.

O investimento argentino no setor bélico gerou desconfianças às nações vizinhas sobre uma possível intervenção portenha na Guerra do Pacífico. Sobre esse assunto, a imprensa brasileira não ficou indiferente, publicando uma série de artigos com destaque para o periódico carioca *O Cruzeiro*, o qual teve alguns destes artigos publicados pelo *Província*:

O Cruzeiro começou a publicar uma nova série de artigos sobre a política platina. A propósito dos recentes armamentos da República Argentina e suas ambições de ampliação de território fez as seguintes observações: (...)

‘Vencendo os aliados no Pacífico, a presa cobiçada lhe cairia nas mãos facilmente. Eis o motivo do entusiasmo pelas vitórias de Peru e Bolívia no começo da guerra. Vencidos, porém, e esmagados como o estão sendo, o Chile não se *submeteria*, como não se *submeteu* até agora a suas exigências. O reconhecimento desta verdade produz o despeito que se nota, e que se traduz em ameaças de uma intervenção indébita no desfecho da guerra, que nada justificaria.

É por isso que a sua imprensa todos os dias denuncia a compra de encouraçados e de armamentos na Europa para organização de uma esquadra poderosa, e de um exército ameaçador. (...)

Uma nação não faz estes preparativos bélicos senão quando receia um rompimento próximo. Qual é a potência que ameaça a Confederação Argentina?’.²⁵⁴

O artigo acima sugere que os investimentos argentinos no setor bélico tinham por objetivo atingir aos chilenos, os quais ameaçavam as pretensões territoriais argentinas no Sul. O jornal acreditava que a Argentina pudesse ter uma atitude hostil frente ao Chile independentemente do resultado da Guerra como forma de garantir os seus interesses no continente.

O referido artigo também levanta um fato interessante em relação ao periódico paulista, pois foi o primeiro caso em que o *Província* recorreu a um periódico brasileiro, no

²⁵² “Confederação Argentina”, *A Província de São Paulo*, 1/07/1879, p.01.

²⁵³ RODRIGUEZ, Mariana. *Las relaciones entre Argentina y Brasil – 1870/1910: Una relación ambivalente*. CAEI (Centro Argentino de Estudios Internacionales), extraído do site: <www.caei.com.ar>, em 14/12/2009. p. 82

²⁵⁴ “Armamentos no Prata”, *A Província de São Paulo*, 22/01/1880, p.01, grifos do autor.

caso *O Cruzeiro*, para publicar notícias sobre a Guerra. Até então, o jornal paulistano recorria a impressos chilenos e, sobretudo, platinos para veicular qualquer novidade envolvendo os beligerantes. É provável que essa mudança tenha ocorrido pelo fato de o *Província* considerar a imprensa argentina e chilena parte interessada naquela questão, optando, assim, por uma visão “menos tendenciosa” sobre o assunto. Evidentemente que o *Província*, ao publicar o referido artigo do *Cruzeiro*, concordava com a visão do periódico carioca sobre a questão armamentista argentina.

A possibilidade de uma guerra entre Argentina e Chile gerou grande agitação na imprensa sul-americana daquele período, mas outra questão era igualmente preocupante. Esta se relacionava ao posicionamento do Brasil no caso de uma guerra entre chilenos e argentinos. Sobre isso, o *Província* publicou o seguinte artigo:

Há, porém, uma incógnita. Essa incógnita é a atitude que tomaria o Império do Brasil, se a república Argentina se decidisse à guerra. Se a guerra proviesse de questão exclusiva entre o Chile e os argentinos, o Império não teria razão nem pretexto para intervir. Aquele que agora se conserva neutral na contenda do Pacífico, deveria ser também numa guerra chileno-argentina.

Mas se a guerra surgisse em nome de um interesse *americano*, o Brasil teria o mesmo direito que outra qualquer nação americana para intervir na questão. Não consideramos agora de que maneira apresentaria a questão, nem que atitude tomaria nela. O que dizemos é que o fato de intervir com armas o Império seria gravíssimo para as repúblicas do Prata. O que se pode assegurar é que em tal eventualidade o Brasil não haveria de estar ao lado, senão em frente da República Argentina.²⁵⁵

Esse artigo refere-se a uma questão profundamente discutida na imprensa argentina e chilena, ou seja, à postura do Império diante de uma intervenção argentina na Guerra do Pacífico contra o Chile. Essas discussões em torno do Brasil se devem, em grande parte, à ação da diplomacia chilena em espalhar falsas notícias sobre a existência de uma aliança secreta entre Chile e Brasil. Apesar dos inúmeros convites feitos pela diplomacia chilena à diplomacia brasileira para formarem uma aliança, o Itamaraty sempre recusou a proposta por considerar que uma aliança desta natureza poderia trazer mais prejuízos do que benefícios. A recusa brasileira não impediu que a imprensa e os diplomatas chilenos espalhassem boatos sobre a existência da referida aliança, como forma de dissuadir os argentinos.

Mesmo que a atitude dos chilenos seja questionável, não se pode negar que conseguiram, de certa forma, afastar os argentinos do conflito, como evidencia o artigo publicado pelo *Província*:

²⁵⁵ “Chile, Prata e Brasil”, *A Província de São Paulo*, 24/10/1880, p.01, grifos do autor.

A imprensa do Prata não esquece o Brasil na questão chileno-argentina, cuja atitude considera como nó gordo das complicações internacionais da América do Sul. Assim é que *El Plata*, discutindo as questões internacionais, ocupa-se largamente de hipóteses de um tratado secreto entre Brasil e Chile (...). Também *El Siglo*, em artigo editorial, indaga o que fará o Brasil. E assim, ao menos por um ponto de vista, [nós brasileiros] estamos gozando de vistosa posição de mata-mouros!²⁵⁶

Segundo o periódico paulista, dadas as tensões entre chilenos e argentinos, a imprensa platina estaria demasiadamente preocupada com a existência de uma aliança secreta entre Chile e Brasil. Os motivos para essa preocupação eram óbvios e caso a suspeita se confirmasse, a Argentina poderia ser atacada em quase todas as suas fronteiras e sofreria conseqüências catastróficas. Assim, os argentinos, mais que temer uma guerra contra o Chile, o qual avançava triunfante sobre os exércitos de Peru e Bolívia, temiam uma guerra contra o Império, que possuía uma marinha poderosa e poderia promover grandes perdas aos argentinos no caso de um conflito no Prata.

A posição de destaque do Brasil, em meio às discussões em torno da Guerra do Pacífico e da questão chileno-argentina, gerou uma reação da imprensa argentina que passou a publicar artigos favoráveis a uma maior aproximação entre Brasil e Argentina, visando, certamente, evitar uma conflagração entre os dois países. Dos artigos publicados nas folhas de Buenos Aires sobre essa questão, o *Provincia* republicou alguns, dos quais optamos por destacar o seguinte:

A propósito das relações diplomáticas do Brasil na América do Sul, o jornal *La Republica*, diário argentino que tem como principal redator o Dr. Nicolás Avellaneda, que acaba de deixar a presidência da República, assim exprime: (...)
 O que iria buscar o Brasil no Pacífico?
 Nada – nem comércio, nem influência – mas o Rio da Prata é o seu vizinho, seu mercado comercial, seu campo de ação para a sua influência.
 O que ganharia o Brasil com um conflito com a República Argentina?
 Nada, não adiantaria um passo, porque três republicas limítrofes do Brasil poriam limites ao seu poder.
 Nossa aliança, nossas boas relações, são coisas que interessam vivamente ao Brasil moderno, ao Brasil comercial, pacífico, amante do progresso.²⁵⁷

O artigo acima evidencia uma opinião recorrente no meio político argentino, de que o Brasil não tinha motivos para intervir na Guerra do Pacífico ou na questão chileno-argentina. De fato, o Pacífico era uma região de pouco valor econômico e estratégico para o

²⁵⁶ “Revista Estrangeira”, *A Provincia de São Paulo*, 27/10/1880, p.01

²⁵⁷ “Brasil e Confederação Argentina”, *A Provincia de São Paulo*, 26/11/1880, p.01

Império, que tinha as suas atenções voltadas ao Rio da Prata. Justamente por isso o Brasil não teria motivos para se hostilizar com o vizinho platino, uma vez que as relações econômicas entre ambos estavam em pleno desenvolvimento.

Desse modo, podemos afirmar que o *Província*, ao divulgar esse artigo do jornal argentino *La Republica*, compartilha da mesma opinião no que se refere à postura do Império acerca da Guerra no Atacama e das tensões na Patagônia. Porém, apesar de ambos os periódicos dividirem da mesma opinião sobre esse assunto, os motivos que os levariam a isso seriam distintos.

Acreditamos que a postura do periódico paulista se explique por seu republicanismo sendo, portanto, simpático à postura americanista do Império, ou seja, de que deveria ter uma política regional objetivada em manter um bom relacionamento com as repúblicas americanas como forma de garantir o desenvolvimento econômico dos países do continente. Em relação ao periódico argentino, o motivo mais contundente seria o de evitar um conflito generalizado no continente, do qual, muito provavelmente, devido a questões de litígio fronteiriço, Chile e Brasil uniriam forças contra a Argentina.

Todas essas discussões sobre uma possível intervenção brasileira no Pacífico e/ou na questão chileno-argentina foram superadas em julho de 1881, com a assinatura do tratado de limites entre Chile e Argentina. A celebração desse tratado colocou fim a uma antiga disputa pela Patagônia e pelos Estreitos do Sul entre as duas nações. Segundo esse tratado, a Patagônia passou a ser de domínio argentino, bem como a borda oriental dos Estreitos do Sul e da Terra do Fogo. Já, aos chilenos, coube a porção ocidental dos referidos Estreitos e da Terra do Fogo.²⁵⁸ Com a assinatura do tratado de limites, a Argentina não tinha mais motivos para se hostilizar com o Chile, já que seus interesses territoriais já tinham sido contemplados e, na ausência de um conflito entre ambas as nações, o Brasil não iniciaria um conflito com o vizinho platino.

Finalizada essa questão, o periódico paulista apenas publicou informes militares sobre a Guerra do Pacífico, com destaque para as batalhas e para o deslocamento de tropas.²⁵⁹ Somente nos primeiros meses do ano de 1883 tiveram início as negociações de paz entre o novo presidente peruano, Miguel Iglesias, e a diplomacia chilena. Sobre essas negociações o *Província* publicou a seguinte nota:

²⁵⁸ FERNANDEZ, Juan José. Op. cit. p. 101.

²⁵⁹ Sobre esses assuntos ver os seguintes artigos: “Revista Estrangeira”, *A Província de São Paulo*, 20/08/1881, p.01; “Revista Estrangeira”, *A Província de São Paulo*, 25/09/1880, p.01; “Pacífico”, *A Província de São Paulo*, 31/01/1882, p.03; “Revista Estrangeira”, *A Província de São Paulo*, 15/02/1882, p.01.

A propósito da guerra chilena assegura-se que as bases da paz ajustadas entre Novoa e Iglesias são as seguintes: cessão do território ao sul de Camarones e cessão por dez anos de Tacna e Arica. Ao terminar os dez anos, se consultará em ambos os pontos, por meio de um plebiscito, si querem pertencer ao Peru ou ao Chile, e a decisão será respeitada.²⁶⁰

Nesse artigo, encontram-se os primeiros resultados das negociações de paz entre chilenos e peruanos. A cessão de territórios peruanos era uma exigência chilena para se finalizar a Guerra e desocupar Lima. As negociações entre ambos os países perduraram por mais alguns meses até que, em 20 de outubro de 1883, em Ancón, nas imediações de Lima, se firmou o tratado de paz entre Chile e Peru terminando, assim, mais de 5 anos de conflito. Sobre este tratado de paz, o *Província* escreveu:

Sobre a paz entre Chile e Peru as últimas folhas do Prata dão dois telegramas de Santiago, datados de 22 de outubro:
 ‘O ministro dos negócios estrangeiros do Chile, Sr. Luis Aldunate, comunicou de Lima o seguinte, com data de ontem: Sr. Presidente, está assinado o tratado de paz e o protocolo complementar. As suas clausulas são as mesmas que V. Ex. conhece, sem outra alteração se não as que forem indispensáveis, para ressaltar os interesses do Chile na atual e futura exploração de guanos’.²⁶¹

No referido artigo, podemos perceber que o *Província*, como fizera na maior parte das ocasiões, utilizou periódicos argentinos para noticiar os novos acontecimentos do Pacífico. O telegrama chileno citado pelo jornal foi obtido através dos jornais do Prata e não de folhas chilenas, evidenciando que até mesmo para relatar as notícias ou os documentos específicos do Chile o periódico brasileiro recorria às folhas de Buenos Aires.

Com isso, podemos dizer que o jornal o *Província de São Paulo* utilizou largamente da imprensa platina para informar aos leitores detalhes sobre o conflito no Pacífico. Justamente por isso, as notícias com mais espaço no jornal paulista foram aquelas que tratavam da possibilidade de uma intervenção argentina ou brasileira no conflito do Pacífico.

Assim, o fato de o *Província* usar, basicamente, periódicos argentinos para veicular informações sobre o Pacífico, acabou contribuindo para que ele privilegiasse as tensões entre chilenos, brasileiros e argentinos, frente ao conflito entre Chile, Bolívia e Peru, pois, em relação a esses últimos, as notícias se resumiam apenas a informes das operações bélicas.

²⁶⁰ “Pacífico”, *A Província de São Paulo*, 27/05/1883, p.02.

²⁶¹ “Revista Estrangeira”, *A Província de São Paulo*, 03/11/1883, p.01

4.3. O *Jornal do Comércio*

Em relação à Europa, a imprensa brasileira surgiu tardiamente. Enquanto no Velho Mundo a imprensa periódica nasceu no século XVII, aqui no Brasil os primeiros impressos foram emitidos somente em 1808, com a chegada da Corte portuguesa e a conseqüente instalação da tipografia de Impressão Régia, onde, no mesmo ano, surgiu o periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*, porta voz da Coroa na capital da colônia²⁶². A partir desse acontecimento, outros periódicos surgiram por toda a colônia e a imprensa no Brasil passou por um grande desenvolvimento. Evidentemente que o Rio de Janeiro concentrava a maior parte desses jornais, fato determinante no processo de independência devido ao apoio desses jornais a Pedro I ante as Cortes de Lisboa.²⁶³

Com a independência e a formação do Império do Brasil, a imprensa brasileira desenvolveu-se ainda mais, sobretudo na capital do país. Das várias folhas que surgiram, podemos destacar o *Jornal do Comércio*, o qual, segundo a historiadora Ana Luiza Martins, era “a melhor representação do jornalismo oficial do Império”²⁶⁴. Hoje, o referido jornal é considerado o mais antigo diário da América Latina a circular, ininterruptamente, desde a sua fundação.

O *Jornal do Comércio* foi fundado em outubro de 1827 pelo tipógrafo francês Pierre Plancher, que buscava quebrar o monopólio do *Diário do Rio de Janeiro*, principalmente na cobertura econômica. No entanto, o *Jornal* não se dedicou apenas a questões econômicas – como preços, movimentos de pacotes e informações acerca de importações e exportações – mas, também, tratou de assuntos políticos e culturais.²⁶⁵ Em 1834, Plancher, por ter de regressar à França, vendeu o jornal a Julius de Villeneuve, que o administrou até o final do Império.

Segundo Ana Luiza Martins, a linha editorial do *Jornal* era conservadora, além de se eximir de assuntos polêmicos e partidários, figurando como um jornal apartidário. Justamente por isso, na segunda metade do século XIX, o *Jornal do Comércio* contou com vários colaboradores como José de Alencar, Alcindo Guanabara, José de Maria da Silva Paranhos, Joaquim Nabuco, entre outros, que davam maior credibilidade ao jornal na

²⁶² MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tânia Regina. (Orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23.

²⁶³ Ver: LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

²⁶⁴ MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tânia Regina. (Orgs.). *Op.cit*, p. 52.

²⁶⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 109-11

época²⁶⁶. O conservadorismo do periódico carioca ficou mais evidente a partir da década de 1870, quando o movimento republicano e o movimento abolicionista ganharam força e espaço nos mais importantes diários da capital. O *Jornal do Comércio* sempre procurou ser cauteloso ao tratar desses assuntos, evitando participar da campanha republicana e tratando da questão abolicionista de maneira discreta.²⁶⁷

Apesar de conservador politicamente, o *Jornal do Comércio* foi inovador no aparato técnico, pois, foi o primeiro jornal do hemisfério sul a possuir uma impressora mecânica e, mais tarde, a primeira rotativa. Graças a essas máquinas, a tiragem do jornal aumentou de 4 mil exemplares, em 1840, para 15 mil, em 1871. Além disso, o periódico carioca foi o primeiro do país a publicar notas telegráficas da Europa por meio da agência *Havas*, em agosto de 1877, prática seguida pelas demais folhas da época²⁶⁸.

As várias inovações técnicas introduzidas pelo *Jornal do Comércio* indicam que esta folha tinha destacada importância na Corte Imperial, sendo um dos jornais de maior prestígio do período. Outro aspecto de destaque do jornal era a sua preocupação em “documentar os fatos”. O periódico dedicava um amplo espaço à chamada “documentação oficial”, como, por exemplo, discursos de parlamentares, atas de sessões do Congresso, textos de projetos de leis, textos de tratados comerciais, de limites, etc. Sodré comparava o *Jornal do Comércio* a uma espécie de “*Times* sem virilidade”, sem os *leading articles*, com um bom repertório de fatos e um conjunto útil de documentos²⁶⁹, ou seja, com ampla documentação e pouca opinião.

Sua diagramação demonstra esse seu caráter “oficial”, sendo as suas principais seções: *Jornal do Comércio* (editorial), *Assembléia Geral*²⁷⁰, *Parte Jurídica*, *Rio de Janeiro*, *Interior*, *Exterior*, *Comércio*, *Telegramas* e *Gazetilha*, distribuídas ao longo de 8 páginas divididas em 8 colunas. A maior parte das seções mencionadas se encontrava nas três primeiras páginas do jornal, ficando a seção *Comércio* com as páginas intermediárias e a seção *Anunciantes* com as páginas finais do periódico. Esporadicamente, ao pé da primeira página, por influência da imprensa francesa, o *Jornal* publicava o *Folhetim*, um suplemento literário que publicava traduções de Victor Hugo, Eugenio Sue e Alexandre Dumas²⁷¹.

²⁶⁶ MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tânia Regina. (Orgs.). Op.cit, p. 54.

²⁶⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. p. 223

²⁶⁸ BORGES, Valdeci Rezende. *Meios de comunicação da cultura escrita na Corte Imperial*. OPSIS - Revista do NIESC, Vol. 5, 2005, p. 83. disponível em <<http://www.revistas.ufg.br>>, acessado em 20/04/2010.

²⁶⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. p. 253.

²⁷⁰ A seção *Assembléia Geral* possuía grande destaque no jornal por se encontrar sempre na primeira página do jornal. Esta seção destinava-se a publicar os discursos, debates, projetos de leis e atas das seções do Senado e da Câmara do Império.

²⁷¹ BORGES, Valdeci Rezende. Idem.

Das divisões do *Jornal do Comércio*, dedicamos maior atenção às seções *Jornal do Comércio* e *Exterior* que, na maioria das vezes, se encontravam na primeira página e versavam sobre os acontecimentos internacionais.

Também foram analisadas as seções *Telegramas* e *Gazetilha*, as quais possuíam menor destaque e eram compostas por “notas rápidas” sobre variados assuntos nacionais e internacionais.

Ao analisar estas seções, notamos que o *Jornal do Comércio* dedicou um considerável espaço às questões internacionais. Apesar de a maior parte das notícias internacionais tratarem das potências européias – Inglaterra, França, Alemanha, Portugal, Espanha, Itália e Áustria –, uma parte delas falava sobre vários assuntos envolvendo a América do Sul, com destaque para o Rio da Prata e para a Guerra do Pacífico.

Como já destacamos quando discorremos sobre o jornal *Província de São Paulo*, o *Jornal do Comércio* também utilizou como fonte para as notícias do continente o telégrafo e os periódicos do Prata. A diferença entre esses dois jornais é que o periódico carioca utilizava com maior frequência o telégrafo, já que era um jornal de maior tiragem e com mais recursos financeiros para pagar pelos serviços da agência *Havas*.

Sabendo disso, partimos para a análise dos acontecimentos relacionados à Guerra do Pacífico publicados por esse jornal.

4.2. A Guerra no *Jornal do Comércio*

A primeira notícia do *Jornal do Comércio* ligada à guerra se refere ao início das tensões entre chilenos e bolivianos e foi publicada em 27 de janeiro de 1879²⁷², quando as questões relativas ao aumento do imposto do salitre geraram protestos do governo chileno. Com o agravamento dessas questões, o governo chileno ocupou militarmente a província boliviana de Antofagasta, como foi noticiado pelo *Jornal do Comércio* em 27 de fevereiro:

Parecia inevitável a guerra entre Chile e Bolívia. Já se achava em Antofagasta um batalhão chileno protegido por uma corveta e dois encouraçados da mesma nacionalidade. (...)

O *Diário Oficial* do Chile publicou no dia 14 um artigo editorial concebido nestes termos. (...) ‘Em consequência disso, foram dadas as ordens necessárias para tomar posse dos territórios que pertenciam à república [do Chile] antes da data de 1866, e os vasos da armada nacional (...) subiram de Caldera a 12 corrente, levando a bordo a força e os elementos necessários para a execução de semelhante ato.

²⁷² Ver: “Jornal do Comércio”, *Jornal do Comércio*, 27/01/1879, p.01

Dentro de poucos dias o governo fará ao país e às nações amigas uma exposição circunstanciada dos antecedentes e das considerações que o levaram a tomar [esta] grave resolução'.²⁷³

Nesse fragmento, é possível conferir importantes informações. A primeira é de que o periódico carioca considerava a guerra entre Chile e Bolívia “inevitável”, por conta da atitude chilena de ocupar o território boliviano. Essa sua interpretação provavelmente se explique pelo fato de o *Jornal* considerar que aquela atitude de força do governo chileno, necessariamente, seria respondida da mesma forma pelo governo boliviano. Uma outra informação relevante é de que o *Jornal do Comércio* publicava trechos do *Diário Oficial* do Chile como meio de detalhar algumas questões do imbróglio do Pacífico.

A publicação de trechos de “documentos oficiais” era um recurso muito utilizado pelos jornais da época, que optavam em usá-lo por entenderem que a “verdade” da informação estava inserida naqueles documentos, havendo, assim, uma associação direta entre “documentação” e “realidade”. O *Jornal do Comércio* foi um dos periódicos que mais utilizou desse pressuposto e, por isso, dedicava várias linhas a esta “documentação”.

No caso específico do *Diário Oficial* do Chile, o periódico carioca tinha acesso ao conteúdo por intermédio de diários chilenos e platinos, como evidencia o artigo abaixo:

A 12 [de março] realizou-se em Valparaíso um grande *meeting* popular, e a 14 o governo fez inserir no *Diário Oficial* uma declaração que publicamos a 27 passado. Até aqui alcançam as informações da imprensa chilena; porém, muito mais temos adiantado, à vista das comunicações telegráficas de Santiago e Valparaíso dirigidas às folhas do Rio da Prata, fonte de onde ainda extraímos as notícias dos últimos acontecimentos.²⁷⁴

Neste trecho podemos notar que o periódico brasileiro trata da origem das fontes sobre a questão do Pacífico. O periódico destaca, primeiramente, a imprensa chilena, da qual teria obtido um número restrito de informações, sendo a maioria delas obtidas por intermédio dos jornais do Rio da Prata. Assim, a publicação de trechos do *Diário Oficial* do Chile, pelo jornal brasileiro, foi realizada por intermédio de periódicos chilenos e platinos.

No entanto, as folhas chilenas e platinas não eram as únicas fontes de informações do *Jornal do Comércio*, que também utilizava do telégrafo para obter notícias de regiões distantes do Rio de Janeiro. Como já foi mencionado, a agência *Havas* era quem oferecia o serviço telegráfico na América do Sul, utilizado somente em casos de grande necessidade. O *Jornal do Comércio*, comparado a outros jornais, utilizava deste serviço com frequência, a

²⁷³ “Jornal do Comércio”, *Jornal do Comércio*, 27/02/1879, p.01

²⁷⁴ “Jornal do Comércio”, *Jornal do Comércio*, 14/03/1879, p.01.

ponto de ter a seção *Telegramas* para publicar as notas telegráficas, como podemos visualizar abaixo:

Buenos Aires, 2 de abril.
 Por telegramas de Valparaíso soube-se que se concluiu um tratado de aliança ofensiva e defensiva entre o Peru e a Bolívia contra o Chile. Declarou-se a guerra entre o Chile, o Peru e a Bolívia.²⁷⁵

Essa nota, bastante breve em decorrência do alto custo do serviço de telégrafo, traz duas informações sobre o conflito do Pacífico: a aliança entre Peru e Bolívia e o início do conflito entre esta aliança e o Chile.

Contudo, esta nota contém um erro de conteúdo, pois a aliança entre Peru e Bolívia fora firmada em 1873 e não às vésperas do início do conflito como foi anunciado. É interessante notar que o próprio *Jornal do Comércio*, no desenrolar dos acontecimentos, percebeu que a informação sobre a origem da aliança peruano-boliviana poderia ser duvidosa. Sobre isso, o periódico carioca publicou:

Nota-se na imprensa do Chile particular empenho em fazer crer, que aquela república fora tomada de surpresa pelos acontecimentos, achando-se, no entanto, preparadas para elas as duas nações a quem declarou guerra.²⁷⁶

Apesar de o jornal brasileiro utilizar-se de várias fontes dos chilenos, impressas ou telegráficas, em várias ocasiões a edição do *Jornal do Comércio* desconfiou do real teor das informações transmitidas por eles. Evidentemente que um país em guerra, em algum momento, acaba por alterar ou omitir informações a favor de sua causa e, no caso da imprensa do Chile, não foi diferente. Como visualizamos no trecho anteriormente transcrito, o periódico brasileiro tinha dúvidas sobre as informações divulgadas pela imprensa chilena acerca do tratado peruano-boliviano.

A suspeita do *Jornal do Comércio* confirmou-se em poucos dias com a publicação do tratado peruano-boliviano por um periódico peruano, conforme divulgou o diário brasileiro:

O governo do Peru, (...) mandou publicar na folha oficial da república, *El Peruano*, o tratado de aliança defensiva celebrado entre as repúblicas da Bolívia e do Peru a 6 de fevereiro de 1873. Esta data e as próprias cláusulas do tratado tiram toda a força aos motivos invocados pelo Chile para romper violentamente com o Peru, como se a

²⁷⁵ “Telegramas”, *Jornal do Comércio*, 03/04/1879, p.02.

²⁷⁶ “Jornal do Comércio”, *Jornal do Comércio*, 11/05/1879, p.01.

aliança tivesse sido celebrada dias antes das questões que produziram a guerra com a Bolívia.²⁷⁷

As dúvidas do *Jornal do Comércio* sobre o tratado firmado entre Peru e Bolívia se confirmaram com a publicação do mesmo por um periódico peruano. Para o diário carioca, a exposição do texto original do tratado de aliança confirmou as suas suspeitas sobre a imprensa chilena. Essa descoberta só pôde ser feita pelo jornal devido ao acesso a vários periódicos platinos e alguns peruanos que, em sua maioria, tinham um posicionamento oposto ao dos diários chilenos e questionavam as informações veiculadas por eles. O jornal brasileiro, de posse dessas informações, muito provavelmente foi persuadido ou simplesmente concordou com os argumentos das folhas de Buenos Aires e Lima e, assim, questionou as informações divulgadas pelos chilenos sobre o tratado de aliança.

O *Jornal do Comércio* não esteve atento apenas às especulações da imprensa chilena, mas também observou as discussões feitas pela imprensa argentina sobre o posicionamento do Império frente à contenda do Pacífico. Como já foi dito anteriormente, vários jornais platinos acreditavam que existia uma aliança secreta entre Brasil e Chile, sobre a qual o jornal brasileiro reproduziu algumas notícias, dando a elas um espaço reduzido no jornal. A única exceção, nesse sentido, foi a publicação de um artigo do jornal argentino *La República* nas folhas do *Jornal do Comércio*:

Falando da missão Lastarria, diz *La República Argentina* (...)

[O Chile] ‘Acreditou recentemente outro ministro na corte do Brasil, e nomeou para esta missão ao Sr. Lastarria, que foi ministro acreditado em Buenos Aires, em 1865 e 1866.

A que vai essa missão no Brasil?

Não procurara armas para o Chile; não vai também pedir que o Brasil se declare neutro na Guerra do Pacífico, porque essa declaração foi feita espontaneamente no parlamento, e porque os fatos a tem confirmado.

O Brasil não tem interesse legítimo nem direto na questão que se debate a ferro e fogo no Pacífico. Ali não há súditos brasileiros, nem comércio. (...)

Que objetivo tem semelhante missão? (...)

Vai para intimidar a República da Argentina com uma sonhada aliança do Chile com o Brasil, a fim de mantermo-nos impassíveis e frios espectadores ante as conquistas do Chile. (...)

Essa missão é uma ameaça que a república [Argentina] não deve temer, porque vive em paz e boas relações com o Brasil, e porque o Império não está disposto a entrar em uma aliança na qual tem muito que perder e nada a ganhar’.²⁷⁸

Sobre esse artigo, notamos que o *La República* acreditava que a missão do plenipotenciário chileno no Rio de Janeiro tinha por objetivo apenas “intimidar a República

²⁷⁷ “Jornal do Comércio”, *Jornal do Comércio*, 15/05/1879, p.01.

²⁷⁸ Idem.

Argentina” ao buscar firmar uma “sonhada” aliança do Chile com o Brasil. No entanto, o jornal não acreditava no êxito do chileno por conta do diminuto interesse do Brasil no Pacífico e do bom relacionamento do Império com a Argentina. Quanto ao *Jornal do Comércio*, ao publicar na íntegra o artigo do periódico argentino, compartilha da mesma opinião daquele sobre a missão de Lastarria e sobre as relações do Brasil com as repúblicas sul-americanas.

Curioso notar que o *Jornal do Comércio* não fez qualquer comentário sobre o papel da diplomacia brasileira frente às nações vizinhas, optando por manifestar-se apoiado na opinião de um periódico argentino. Mesmo o *Jornal do Comércio* sendo um dos maiores jornais do Brasil, não procurou obter uma declaração a respeito do conflito do Pacífico por parte do Império. É interessante observar que por mais semelhante que fosse o ponto de vista do *Jornal do Comércio* com o *La República*, consideramos curioso o fato de o jornal brasileiro, em nenhum momento, buscar esclarecimentos do governo brasileiro sobre a questão do Pacífico, optando, assim, por fazer suposições a respeito do posicionamento brasileiro na questão.

Essa postura do *Jornal* certamente se deve ao fato de o mesmo pouco tratar da política externa do Império, ao contrário do que acontecia com a política externa de outros países, que recebia um considerável espaço no periódico.

Em meados de 1879, o *Jornal do Comércio* publicou uma série com documentos chilenos e peruanos, relativos ao conflito do Pacífico, na seção *Exterior*. Nesta série, intitulada “Documentos da guerra do Chile com a Bolívia e Peru”, publicou-se, primeiramente, o “Manifesto” chileno, encaminhado a vários países, no qual constava a versão do governo chileno sobre o conflito. O referido documento foi publicado ao longo de 18 edições do jornal, sendo a primeira delas em 19/06 e a última em 25/07 daquele ano. Encerrada esta publicação, o periódico reproduziu o “Contra-Manifesto”, emitido pelo governo peruano entre os dias 30/07 e 28/08. Por um lado, a publicação dos respectivos manifestos demonstra certa preocupação em divulgar a posição dos respectivos governos envolvidos no conflito do Pacífico. Mas, por outro, a simples transcrição daqueles documentos, sem qualquer comentário do jornal, permite-nos concluir, parafraseando Nelson Werneck Sodré, que o *Jornal do Comércio* continha muita documentação e pouca opinião.

Concluída a publicação da referida série de documentos, o *Jornal do Comércio* divulgou, basicamente, informes militares do conflito, como batalhas navais, terrestres, deslocamento de tropas etc. No decorrer dos anos de 1880 e 1881, o *Jornal* publicou inúmeros telegramas utilizados pelo exército chileno no transcorrer do conflito, nos quais

continham instruções do generalato chileno às tropas, além de informes específicos sobre as batalhas e as conseqüentes baixas no seu desenvolvimento.

Em meados do ano de 1882, o *Jornal* priorizou em suas publicações as negociações de paz que se iniciavam entre os beligerantes. A vitória do Chile na guerra era inquestionável naquele momento em que seus exércitos controlavam todo o litoral boliviano e ocupavam as principais regiões mineiras do Peru, bem como a capital Lima e o porto de Callao. Dada essa posição favorável no desfecho da guerra, o governo do Chile desejava firmar, com seus oponentes, um tratado de paz que privilegiasse os seus interesses econômicos no Atacama.

Essa questão envolvendo o tratado de paz foi amplamente discutida no Congresso do Chile, onde, em várias ocasiões, o presidente Santa María esteve presente, como publicou o *Jornal do Comércio*:

La Nación, de Buenos Aires, publicou o seguinte telegrama que lhe dirigiu no dia 1º [de junho] o seu correspondente em Santiago: ‘Realizou-se a abertura do congresso com solenidade e estilo. Transmito em seguida, os pontos mais importantes da extensa mensagem lida na ocasião pelo presidente da republica [do Chile]. Diz que julga necessário submeter Tarapacá ao regime constitucional e legal da república’.²⁷⁹

Ainda que não deixasse de falar sobre os últimos acontecimentos da guerra, um menor espaço foi dado a esses pelo *Jornal do Comércio*, diferentemente do que ocorreu em outros momentos do conflito. Nesse caso, houve apenas a transcrição de telégrafos chilenos, obtidos por intermédio da imprensa platina:

A cerca do ajuste paz entre Chile e Peru, encontramos os três seguintes telegramas expedidos de Valparaíso a 19, 20 e 21 [de outubro]:
 ‘Ontem assinou-se, em Ancón, um tratado de paz entre o Chile e o Peru’.
 ‘Em conseqüência deste tratado, o [presidente do Peru] general Iglesias ocupará hoje a cidade de Lima’.
 ‘Nos círculos bem informados asseguram que o governo dos Estados Unidos reconhecerá o governo de Iglesias’.²⁸⁰

O periódico brasileiro, que tinha por hábito publicar na seção *Exterior* discursos, manifestos e tratados internacionais, não o fez no caso do tratado de Ancón. Ao que tudo indica, o *Jornal do Comércio* foi perdendo o interesse pelo conflito, pois, a maior parte das notícias e documentos que tratava da Guerra do Pacífico foi publicada logo no seu início, diminuindo o número, conteúdo e densidade das mesmas com o passar dos anos. Os motivos

²⁷⁹ “Jornal do Comércio”, *Jornal do Comércio*, 10/06/1882, p.01.

²⁸⁰ “Rio da Prata”, *Jornal do Comércio*, 30/10/1883, p.01.

disso, certamente estavam relacionados às possibilidades de uma intervenção brasileira na questão. Ou melhor, a partir do momento em que essa possibilidade foi encerrada, o jornal passou a dedicar menor espaço ao conflito do Pacífico.

Portanto, podemos dizer que o *Jornal do Comércio* deu considerável atenção aos momentos iniciais da guerra, divulgando, inclusive, várias notícias nas primeiras páginas, a ponto de publicar, na íntegra, os manifestos emitidos pelo governo chileno e peruano às nações amigas. Esse destaque dado pelo *Jornal* coincidiu com as especulações, veiculadas na imprensa argentina, sobre uma possível intervenção brasileira no Pacífico. No decorrer do conflito, na medida em que essas especulações se encerram, dada à neutralidade brasileira na guerra, o jornal deu menos importância ao conflito, chegando a publicar apenas uma nota sobre o seu término.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de pouco tratada pela historiografia brasileira, a Guerra do Pacífico foi um conflito de destacada importância para o continente e gerou questões que estão presentes até nossos dias, como as discussões sobre a mediterraneidade da Bolívia e a controvérsia sobre a fronteira marítima de Chile e Peru. No conflito do Pacífico, o Brasil desempenhou um papel de destaque ao prestar seus bons ofícios às nações beligerantes, bem como ser árbitro das comissões mistas entre o Chile e as potências européias. A presença do Império na guerra não esteve vinculada somente a esses aspectos mais práticos, mas também teve um papel importante nos cálculos políticos e diplomáticos das nações envolvidas.

Desde o fim das guerras da Tríplice e Quádrupla Aliança, surgiram várias especulações sobre a formação de alianças entre as nações sul-americanas, das quais apenas a aliança de Bolívia e Peru se concretizou. Essas especulações ressurgiram com o início da Guerra do Pacífico com o Brasil e o Chile como protagonistas, dado o esforço da diplomacia chilena em fixar uma aliança estratégica com o Império, a fim de contrabalancear as supostas iniciativas da Argentina em formar uma *entente* com Bolívia e Peru. Aliás, em diferentes momentos o Chile buscara essa parceria, o que não alterou a posição neutra do Brasil.

Todas essas discussões estiveram presentes na imprensa sul-americana. Por intermédio de periódicos brasileiros verificamos que o posicionamento do Império frente à contenda do Pacífico foi largamente explorado. Apesar de os periódicos *Província de São Paulo* e *Jornal do Comércio* darem razoável destaque ao conflito, o fizeram por intermédio de jornais platinos, não buscando, assim, qualquer tipo de informação junto ao governo brasileiro.

Desde os primeiros incidentes entre bolivianos e chilenos no Atacama, a diplomacia brasileira mostrou-se disposta a colaborar com a resolução das questões, sendo sua neutralidade algo esperado pelos beligerantes. Mesmo assim, o Chile insistiu na formação de uma aliança com o Império, que a recusou, mas, nem por isso, as relações entre as duas nações foram alteradas. O enfraquecimento interno do Império inviabilizava qualquer possibilidade de envolvimento em um conflito externo, ainda mais no Pacífico, região de pouco interesse econômico e estratégico para o Brasil. Assim, o Império se manteve neutro na Guerra do Pacífico, com sua atuação restrita ao campo diplomático, prestando seus bons ofícios e participando dos tribunais arbitrais por sugestão das nações envolvidas no conflito.

FONTES

1. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro
 - 1.1 Legação Imperial do Brasil (LIB)
 - 1.1.1. Santiago (Ofícios) – 1879-1883
 - 1.1.2. Santiago (Despachos) – 1879-1883
 - 1.2 Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros 1879-1883

2. CEDAP – (Unesp/Assis) – Periódicos
 - 2.1 *A Província de São Paulo* (1879-1883)
 - 2.2 *Jornal do Comércio* (1879-1883)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. *Formação da diplomacia econômica do Brasil: as relações econômicas internacionais do Império*. São Paulo: Editora SENAC; Brasília: FUNAG, 2001.

AMAYO, Enrique. *La política británica en la Guerra del Pacífico*. Lima: Editorial Horizonte, 1988.

ARGUEDAS, Alcides. *Historia General de Bolivia: El proceso de la nacionalidad (1809-1921)*. La Paz: Arno Hermanos Editores, 1922.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul: Da tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BARROS, Mario. *Historia diplomática de Chile (1541-1938)*. Barcelona: Ediciones ariel, 1970.

BASADRE, Jorge. *Historia de la República del Peru*. Ed .Universitaria, Lima 1983.

BERSTEIN, Serge A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998. p.349-363.

BETHELL, Leslie. *História da América*. Vol.10 (America de sur, 1870-1930), Barcelona, 1992.

BLAKEMORE, Harold. O Chile da Guerra do Pacífico à Grande Depressão, 1880-1930. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina: De 1870 a 1930, volume V*; tradução de Geraldo Gerson de Souza, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, DF, Brasília, 2002. p.413-471.

BONILLA, Heraclio. O Peru e a Bolívia da independência à Guerra do Pacífico. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina: Da Independência a 1870, volume III*; tradução de Maria Clara Cescato, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, DF, Brasília, 2001. p. 541-590.

BORGES, Valdeci Rezende. *Meios de comunicação da cultura escrita na Corte Imperial*. OPSIS - Revista do NIESC, Vol. 5, 2005. disponível em <<http://www.revistas.ufg.br/>>, acessado em 20/04/2010.

BRUIT, H. H. (Org.). *Estado e burguesia nacional na América Latina*. São Paulo: Ícone, Editora da Unicamp, 1985.

BUENO, Clodoaldo. *Da pax britânica à hegemonia norte-americana: integracionismo nas conferências internacionais americanas (1826-1906)*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1997.

_____. *Do idealismo ao realismo: Brasil e Cone Sul no início da República (1889-1902)*. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 1990.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Barcos, telégrafo elétrico e cabo submarino*, disponível em <<http://www.historiaehistoria.com.br>>, acessado em 24/05/2009.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lúgia. *O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia: o jornal o Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Alfa - Omega, 1980.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite imperial*. Brasília: Editora da Unb, 1981.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da Organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: UNB, 1983.

CERQUEIRA LEITE, Beatriz Westin de. *O Senado nos anos finais do Império (1870-1889)*. Senado Federal/ Universidade de Brasília, 1978 (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos)

CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001.

_____. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora da Unb, 1981.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

CISNEROS, Andrés & ESCUDÉ, Carlos. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Grupo Editor Latinoamericano: Buenos Aires, 2000, capítulo 33.
Extraído do site: <<http://www.argentina-rree.com>>, acessado em 01/04/2010.

COLLIER, Simon. O Chile da independência à Guerra do Pacífico. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina: Da Independência a 1870, volume III*; tradução de Maria Clara Cescato, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, DF, Brasília, 2001. p.591-624.

COMPARATO, Fábio Konder. *Convenção de Genebra (1864)*, extraído do site: <<http://www.dhnet.org.br>>, acessado em 14/04/2010

DA COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo, Ed. Unesp: 1999.

DE CAMPOS, Raul Adalberto. *Relações diplomáticas do Brasil: de 1808 a 1912*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), sd.

DORATIOTO, Francisco. *Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

_____. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUROSELLE, Jean-Baptiste, *Todo império perecerá*. São Paulo, Ed. Unb: 2000.

EYZAGUIRRE, Jaime. *Breve história de las fronteras de Chile*. Editorial Universitária S. A: Santiago, 1967.

FERNANDEZ, Juan José. *República de Chile y El Império Del Brasil: história de suas relaciones diplomáticas*. Santiago: Andrés Bello, 1959.

FURTADO, Celso. *A Economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. 4ª edição. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOMES MANZUR, Tânia Maria Pechir. Opinião pública e política externa do Brasil do Império a João Goulart: um balanço Historiográfico. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.º. 42 (1): 30-61 [1999].

GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário Biobibliográfico de diplomacia, política externa e direito internacional*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1938.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 4ªed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

_____. *A era do capital (1848-1875)*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

_____. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *História geral da civilização brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965. t II, III e IV.

KAPLAN, M. *Formação do Estado nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

KLARÉN, Peter P. As Origens do Peru Moderno, 1880-1930. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina: De 1870 a 1930, volume V*; tradução de Geraldo Gerson de Souza, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, DF, Brasília, 2002. p. 317-376.

KLEIN, Herbert S. A Bolívia da Guerra do Pacífico à Guerra do Chaco, 1880-1932. In: BETHELL, Leslie. (Org.) *História da América Latina: De 1870 a 1930, volume V*; tradução de Geraldo Gerson de Souza, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, DF, Brasília, 2002. p. 377-412.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2003.

MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tânia Regina. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. (Orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008

MERLE, Marcel. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília, Ed. Unb, 1981

OLIVEIRA, Cecília H. S., PRADO, Maria L. C., JANOTTI, Maria L. M. (Orgs.) *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.

PEASE, Franklin. *Breve historia contemporánea del Peru*. México D.F: Fundo de Cultura Económica 1995.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais: temas autores e visões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina do século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 1999.

RAZOUX, Pierre. La Guerra del Pacífico (1879-1884). *Istor*, Cidade do México, ano VI, n 21, Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE). 2005, extraído do site: <<http://www.istor.cide.edu>>, acessado em 15/06/2009.

RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RENOUVIN, Pierre, DUROSELLE, Jean-Baptiste, *Introdução à história das relações internacionais*. Trad. de Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

RODRIGUEZ, Mariana. *Las relaciones entre Argentina y Brasil – 1870/1910: Una realación ambivalente*. CAEI (Centro Argentino de Estudios Internacionales), sd, extraído do site: <www.caei.com.ar>, em 14/12/2009

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O império e as repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)* Curitiba: Editora UFPR, 2002.

_____. *O Brasil entre a América e Europa: o Império e o internacionalismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*, São Paulo; Editora UNESP, 2004.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.), *Relações Internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília, IBRI, 2001.

SILVA GALDAMES, Osvaldo. *Breve historia contemporánea de Chile*. México D.F: Fondo de Cultura Económica, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TAUNAY, Luiz G. Escragnolle. *A Guerra do Pacífico: Chile versus Peru e Bolívia*: 2ª edição, São Paulo, Melhoramentos, 1925.

VALLADÃO, Alfredo. *Brasil e Chile na época do Império: amizade sem exemplo*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959.